

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MARCOS PAULO DOS REIS QUADROS

**PROGRESSISTAS, MAS CONSERVADORES:
A IDEOLOGIA DO PARTIDO PROGRESSISTA (PP) NO RIO GRANDE DO SUL**

Porto Alegre
2012

MARCOS PAULO DOS REIS QUADROS

**PROGRESSISTAS, MAS CONSERVADORES:
A IDEOLOGIA DO PARTIDO PROGRESSISTA (PP) NO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Machado Madeira

Porto Alegre

2012

MARCOS PAULO DOS REIS QUADROS

**PROGRESSISTAS, MAS CONSERVADORES:
A IDEOLOGIA DO PARTIDO PROGRESSISTA (PP) NO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Rafael Machado Madeira – PUCRS

Profa. Dra. Maria Izabel Mallmann – PUCRS

Profa. Dra. Maria Izabel Saraiva Noll – UFRGS

Porto Alegre

2012

Dedico esta dissertação ao Divino Mestre,

Aquele que tudo sabe.

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos dois anos de curso, contraí dívidas com muitas pessoas. No entanto, inicio fazendo referências a duas instituições. A primeira delas é a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, lugar que me ofereceu toda a estrutura necessária para trilhar o escarpado caminho que nos conduz ao conhecimento. Em seguida, não poderia deixar de manifestar meu agradecimento a CAPES, que financiou esta pesquisa.

Agradeço ao professor Rafael Machado Madeira, orientador criterioso e incrivelmente prestativo. Dele assimilei muitos saberes, aprendendo a admirá-lo também como pessoa.

Agradeço aos demais docentes do curso, que pelo exemplo e erudição, aguçaram em mim a paixão pelos livros.

Agradeço aos colegas de mestrado, especialmente àqueles que participaram do grupo de estudos coordenado pelo professor Rafael.

Agradeço a Fábio Scopel Vanin, pessoa que me abriu muitas oportunidades.

Agradeço a todos os militantes do PP que de algum modo contribuíram para esta pesquisa.

Agradeço a minha família: sem o amor e a compreensão de cada um de vocês, nada daquilo que sonho e faço seria possível.

Por fim, pela tolerância diante das minhas divagações, pelo senso de humor, pelo companheirismo, pela confiança nos meus projetos, agradeço a Andréa. Para ti, o meu amor.

A árvore da ideologia está sempre verde.

Norberto Bobbio

RESUMO

Esta pesquisa investiga inicialmente as raízes do conceito de ideologia, abordando seus desdobramentos no campo político, sobretudo no que se refere à dimensão direita-esquerda. Examina a relativização destes conceitos a partir de sugestões difundidas por algumas correntes intelectuais da atualidade, contestando-a com base na hipótese da permanência da diáde no senso comum dos cidadãos/eleitores, no entendimento dos atores políticos e nos aportes teóricos difundidos por parte da literatura da Ciência Política. Em seguida, através do exame do comportamento da Fundação Tarso Dutra (FTD), órgão responsável pelo treinamento da militância e pela salvaguarda da ideologia do Partido Progressista (PP) no Rio Grande do Sul, almeja apreender o conteúdo da ideologia e do discurso interno da sigla no estado. Além de analisar a formação histórica e o desempenho eleitoral do PP/RS, sugere que expressivas parcelas dos militantes progressistas absorvem a doutrinação conservadora difundida pela FTD, permanecendo alheias ao fenômeno da “direita envergonhada”. Ademais, a partir de uma metodologia embasada em questionários aplicados junto a militantes e em análises da propaganda partidária e do *site* do PP, constata que o discurso conservador se transfere também para a arena eleitoral e contribui para a elaboração de uma visão de singularidade do PP/RS em face do PP nacional. Por fim, elenca os subsídios colhidos durante uma “observação participante” realizada em um curso de formação promovido pela FTD, que somados ao exame das publicações da entidade, revelam os elementos que alicerçam sua doutrina e a justificção de seus posicionamentos políticos.

Palavras-chave: Partido Progressista; Fundação Tarso Dutra; ideologia; conservadorismo, “direita envergonhada”.

ABSTRACT

This research investigates the origins of the concept of ideology, addressing its consequences in the political arena, especially considering the left-right dimension. Examines the relativity of these concepts based on the suggestions of some contemporary intellectual currents and disputes such suggestions with the hypothesis that the dyad remains present in the common sense of citizens/voters, in the perceptions of political actors and Political Science literature. Then, by examining the behavior of the *Fundação Tarso Dutra* (FTD), the entity responsible for training the militants and defend the ideology of the *Partido Progressista* (PP) in Rio Grande do Sul, aims to understand the indoctrination and the ideology of the party in that state. Analyzing the historical development and electoral performance of the PP/RS, suggests that many party members absorb the conservative indoctrination of FTD, rejecting the phenomenon of “*direita envergonhada*”. Moreover, from a methodology based on questionnaires along with *progressistas* and analysis of party propaganda and the PP site, notes that the conservative discourse is transferred also to the electoral arena and contributes to form the idea of singularity of the PP/RS before the national PP. Finally, the research lists the subsidies collected during a "participant observation" occurred in a training course sponsored by FTD, which added to the examination of the publications of the organization, reveal the elements that sustain his doctrine and justify their political positions.

Keywords: *Partido Progressista, Fundação Tarso Dutra, ideology, conservatism, “direita envergonhada”*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A DISTINÇÃO ENTRE DIREITA E ESQUERDA: TESES E ANTÍTESES	14
1.1 OS PARTIDOS POLÍTICOS E O PAPEL DA IDEOLOGIA.....	13
1.2 O APORTE MARXISTA E SEU CONTRAPONTO.....	14
1.3 DIREITA E ESQUERDA: TESES E ANTÍTESES.....	17
1.3.1 <i>Um consenso questionado</i>	18
1.3.2 <i>A validade prática da díade</i>	23
1.3.3 <i>O diagnóstico de Bobbio</i>	33
2 O PP GAÚCHO: IDEOLOGIA E PRÁXIS POLÍTICA CONSERVADORA	39
2.1 GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DO PP. SEU DESEMPENHO ELEITORAL.....	38
2.2 O PP E A CLASSIFICAÇÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA.....	51
2.3 PP/RS: UM CASO DE “DIREITA ENVERGONHADA”?.....	53
2.3.1 <i>A mensagem institucional externa do partido</i>	55
2.3.2 <i>O discurso interno</i>	58
2.3.3 <i>A visão dos militantes</i>	61
2.4 PROGRESSISTAS E PETISTAS NO RIO GRANDE DO SUL.....	67
2.5 O PP GAÚCHO E O DISCURSO DA DIFERENÇA.....	75
3 A FUNDAÇÃO TARSO DUTRA: DOCTRINA E MÉTODOS DE AÇÃO	79
3.1 ORIGENS E COMPETÊNCIAS FORMAIS.....	79
3.2 FORMANDO MILITANTES CONSERVADORES: OS “RETIROS”.....	81
3.3 OS “CADERNOS DE AÇÃO POLÍTICA” E A DOCTRINA DA FTD.....	91
3.4 O SOLIDARISMO.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	111

INTRODUÇÃO

Somando atualmente mais de duzentos mil filiados no Rio Grande do Sul, o Partido Progressista (PP), sob as diferentes denominações com as quais foi identificado desde a última redemocratização, é um dos protagonistas da política gaúcha. Sua expressividade se revela também através da considerável densidade eleitoral que historicamente vem obtendo no estado. Mesmo se desconsiderarmos os dados referentes ao período da supremacia política conquistada no passado pela ARENA e pelo PDS, partidos que lhe antecederam, o PP conquistou, em média, 18,6% das vagas disponíveis ao Rio Grande do Sul na Câmara dos Deputados ao longo das eleições ocorridas entre 1994 e 2010. Além disso, em média 18,2% das vagas na Assembleia Legislativa gaúcha foram ocupadas pelo PP no mesmo período, e são progressistas 30,6% dos prefeitos eleitos no Rio Grande do Sul entre 1996 e 2008, número que confere ao partido a condição de maior detentor de executivos municipais no estado atualmente (149 eleitos em um universo de 496 municípios). Por fim, desde 1996 em média 27,3% dos vereadores eleitos no Rio Grande do Sul pertencem ao PP.

Contudo, a despeito de sua relevância eleitoral, o PP não vem recebendo a devida atenção da Ciência Política como objeto de investigação. Ainda que a temática que envolve os partidos políticos seja uma área de estudos amplamente abordada pela literatura, percebe-se que os pesquisadores tendem a debruçar-se sobretudo nas estratégias eleitorais das siglas (discurso externo) ou no comportamento por elas manifestado nas instâncias decisórias formais, como o parlamento e o Poder Executivo. Assim, investigações centradas no mapeamento do discurso interno e nas ideologias dos partidos são pouco frequentes no Brasil, especialmente quando se trata de siglas situadas à direita no *continuum* ideológico.

Visando minimizar essa lacuna, a presente dissertação investiga, entre outros elementos, os fundamentos da doutrina e do discurso interno do PP no Rio Grande do Sul. Através do exame das posturas adotadas pela Fundação Tarso Dutra (FTD), “guardião” da ideologia do partido no estado e órgão responsável pelo treinamento da militância, a pesquisa almeja verificar em que medida este pensamento orbita em torno de valores associados ao “conservadorismo”, vocábulo que emerge como bandeira principal da FTD. Além disso, expressivas parcelas dos militantes do PP/RS absorvem a doutrinação difundida pela entidade, permanecendo, na prática, alheios ao fenômeno da “direita envergonhada” (SOUZA, 2008),

fato que contraria a tendência majoritária entre os movimentos políticos brasileiros de direita na contemporaneidade.

A pesquisa se estrutura em três capítulos. No primeiro, examinamos a gênese do conceito de ideologia, abordando seus desdobramentos no campo político, sobretudo no que concerne à dimensão direita-esquerda. Considerando a relativização que vem sofrendo por parte de alguns teóricos sociais contemporâneos, verificamos se os conceitos de “direita” e “esquerda”, impactados por novas clivagens sociais (como, por exemplo, as “questões pós-materialistas”), permaneceriam presentes como elementos de identidade política, conforme asseveram autores como Bobbio (1995). De fato, assinalamos a manutenção da díade em pelo menos três esferas distintas (notadamente no contexto brasileiro): no senso comum dos cidadãos/eleitores, no entendimento dos atores políticos e nos aportes teóricos difundidos por parte da literatura da Ciência Política.

No segundo capítulo, procuramos situar o PP/RS no espectro ideológico ordinariamente concebido pela Ciência Política, apresentando o desempenho eleitoral da sigla no Rio Grande do Sul e no Brasil, além de sua formação histórica. Frisamos que o PP, apesar da trajetória descendente dos progressistas em âmbito nacional, vem demonstrando estabilidade eleitoral nas eleições legislativas no Rio Grande do Sul e significativo sucesso na conquista de prefeituras, especialmente em municípios localizados no interior do estado. A relevância eleitoral dos progressistas no estado sustenta-se em uma estratégia política que aproxima a sigla do campo político da direita, posição que é coerente com a classificação de boa parte da Ciência Política e com a inclinação dos próprios militantes do partido. Neste sentido, observamos que a FTD exerce um papel importante na formação da militância progressista, contribuindo para consolidar o discurso conservador. Com efeito, a adesão ao conservadorismo é manifestada abertamente, sobretudo pelos filiados que estiveram diretamente expostos à doutrinação difundida pela entidade (um contingente importante e potencialmente ideologizado). Além disso, assinalamos que o discurso externo da sigla eventualmente pode coincidir com o discurso interno, que é fortemente conservador quando emanado a partir da FTD e de seus líderes. Procuramos testar a hipótese de que o fenômeno da “direita envergonhada” não poderia ser aplicado ao PP/RS, que, aliás, construiria um discurso de diferenciação em face do PP nacional.

Considerando a influência da FTD para a elaboração da identidade do PP gaúcho e de sua doutrina, o terceiro capítulo examina aspectos como a estrutura da entidade, seus métodos

de ação, seus fundamentos ideológicos, suas relações com o PP e a percepção de dirigentes e militantes a respeito do papel por ela desempenhado, que, saliente-se, está voltado à construção da consistência doutrinária dos quadros progressistas. Para tanto, relatamos detalhadamente nossa experiência em um curso de formação oferecido pela instituição, estudando também o conteúdo de cada um dos “Cadernos de Ação Política” (material de propaganda doutrinária da FTD) publicados até o momento.

A fim de atingir estes objetivos, nossa metodologia recorre a instrumentos como questionários, exame de *sites* e publicações ligados ao PP, análise de propagandas partidárias e revisão da bibliografia vinculada ao tema. Aplicamos questionários junto a militantes progressistas que estiveram diretamente expostos aos cursos de formação política empreendidos pela FTD, visando mensurar, entre outros elementos, seu grau de adesão ao conservadorismo, sua percepção a respeito das bandeiras ideológicas do PP e a eventual incorporação do discurso que procura diferenciar o PP/RS do PP nacional. Já no que se refere aos *sites* e publicações, detivemo-nos principalmente na investigação da página da FTD na internet e no exame de cada uma das edições dos “Cadernos de Ação Política”, boletim doutrinário regularmente publicado pela entidade. No tocante às propagandas partidárias, abordamos algumas inserções do PP/RS veiculadas nos meios de comunicação (rádio e televisão) no ano de 2010, que agasalhadas pela lei nº 9096/95, tem como pressuposto a difusão da mensagem institucional dos partidos, sendo excluída a propaganda pessoal de candidatos. Em decorrência desta característica, entendemos que sua análise, *a priori*, possivelmente seja mais promissora devido a maior incidência de elementos ideológicos inerentes ao partido, elementos esses que dizem respeito à cosmovisão e às bandeiras doutrinárias da instituição.

Finalmente, temos como privilegiada fonte de dados uma observação empírica realizada durante nossa participação em um evento promovido pelo PP. Também chamado de “retiro” pelos militantes devido à ênfase cristã e ao regime de internato imposto aos participantes, o evento, planejado pela FTD, intitulou-se “VIII Curso de Formação Humanística e Política”, teve duração de três dias ininterruptos (abril de 2011) e ocorreu em um antigo convento localizado na cidade de Porto Alegre. Por meio dessa “observação participante”, pudemos compreender na íntegra a lógica que rege os “retiros” da FTD, observando o ambiente, as pessoas e o conteúdo da doutrinação da entidade *in loco*, sem intermediários, o que sem dúvida acrescentou à presente dissertação valiosos subsídios.

Ademais, pudemos manter contato com militantes progressistas e diretores da FTD, o que nos permitiu obter documentos e depoimentos essenciais à pesquisa que dificilmente poderiam ter sido obtidos por outros meios.

São essas as interrogações e as pretensões que norteiam a presente dissertação.

1 A DISTINÇÃO ENTRE “DIREITA” E “ESQUERDA”: TESES E ANTÍTESES

1.1 OS PARTIDOS POLÍTICOS E O PAPEL DA IDEOLOGIA

Considerados, não sem razão, imprescindíveis à consolidação e ao pleno funcionamento do mecanismo competitivo das democracias, os partidos políticos forjam ou reproduzem demandas públicas, protagonizando permanentemente o debate político na maior parte das sociedades ocidentais contemporâneas. Tal atuação, por conseguinte, excede o período estritamente eleitoral, uma vez que o embate entre posições distintas, a contestação de políticas vigentes, a disputa por visibilidade e a oferta de alternativas ao eleitor, são apenas alguns dos fatores que permitem a dilatação da esfera de influência dos partidos – mediante metódico esforço de proselitismo – também para a micro-dimensão da sociabilidade cotidiana dos cidadãos.

Contudo, a ideologia emerge como elemento fundamental para que a ampliação de influência dos partidos eventualmente possa incidir mais intensamente na opinião pública. Com efeito, argumenta-se que o partido político “é uma das poucas estruturas sociais que pode envolver um número elevado de indivíduos em uma ação política permanente e controlada”, concorrendo para a criação de “novas atitudes e crenças políticas” (PETERSEN *et al*, 1999, p. 92). Nesse sentido, uma das suas prerrogativas essenciais seria justamente “a formação da opinião pública, o que demonstra que os partidos políticos exercem um papel visivelmente ideológico” (idem, p. 93).

Logo, este protagonismo simbólico, dotado de implicações práticas de toda ordem, seria exercido por meio da mobilização organizada de pessoas que comungam de um universo ideológico comum. Os partidos políticos, assim, tornar-se-iam verdadeiras “organizações de combate” e atuariam, nas palavras de Bourdieu (2001, p. 174), “mobilizando de maneira duradoura, por previsões prescritíveis, o maior número possível de agentes dotados da mesma visão do mundo social e de seu porvir”. Para atingir seu objetivo (a conquista do poder), aos partidos seria impositivo “elaborar e impor uma representação do mundo social capaz de obter a adesão do maior número possível de cidadãos” (idem, p. 174).

Ao longo deste capítulo pretendemos demonstrar que as ideologias, especialmente no que tange à dimensão direita-esquerda, permanecem tendo importância para a dinâmica operacional dos atores políticos e dos cidadãos em geral, inclusive no contexto brasileiro. A

despeito do aumento da complexidade social e política na contemporaneidade, as ideologias, alheias às críticas suscitadas por algumas correntes sociológicas do tempo presente, não perderam inteiramente seu poder simbólico, sua significância e seu valor instrumental na arena política.

Tão relevante se torna a ideia de ideologia, que parte da Ciência Política identifica na sua robustez a inibição de práticas políticas menos louváveis. No bojo deste juízo, assinala Morgenstern (2002, p. 442): “strong ideological parties should be less venal than a diverse coalition of politicians seeking fame, fortune and power”. Assim, a coesão dos partidos em torno de ideais e causas doutrinárias compartilhadas coletivamente poderia oferecer anteparos aos malefícios daqueles consórcios em que a preocupação com a coisa pública torna-se apenas marginal, de onde se poderia entrever uma espécie de “função social” da ideologia.¹

1.2 O APORTE MARXISTA E SEU CONTRAPONTO

Antes de analisarmos a natureza da(s) doutrina(s) e dos discursos irradiados pelo Partido Progressista (PP) gaúcho e pela Fundação Tarso Dutra (FTD) – objetos nucleares da presente dissertação – cumpre uma referência às significações outorgadas ao termo “ideologia”. Sabe-se que a noção de ideologia teve seu sopro inicial no pensamento marxista,² onde o emprego do vocábulo esteve ordinariamente associado à supremacia da “classe dominante” (ou burguesia) sobre a “classe dominada”. Instrumentalizada pelo primeiro grupo e elevada à voz acreditada da “superestrutura” do Estado, a ideologia convergiria para a legitimação das assimetrias sociais, semeando “alienação” entre o proletariado. Em última análise, o aparato ideológico operaria como um esforço de amortização da luta de classes, negando-a através do embaçamento deliberado da realidade. Içada à categoria de instituição cognitiva difundida desde o alto, a ideologia seria uma das carapaças do domínio burguês. Habermas sublinha essa natureza supostamente dissimuladora ou sub-reptícia da ideologia, revisitando os postulados de Marx sem descartá-los integralmente:

A partir das experiências do dia-a-dia, sabemos que as idéias servem muitas vezes bastante bem para mascarar com pretextos legitimadores os motivos reais das nossas ações. O que a este nível se chama racionalização chamamos-lhe, no plano da ação coletiva, ideologia (HABERMAS, 1968, p. 140-141).

¹Entretanto, é preciso ponderar que elementos como ideologização e fisiologismo político não são, na prática, sempre mutuamente excludentes, a despeito do diagnóstico contrário oferecido por alguns autores.

²Ver especialmente Marx e Engels (2007).

Percebe-se que o teórico alemão enfatiza a ocultação da veracidade que estaria embutida nos propósitos da ideologia, ardil que poderia se reproduzir inclusive no âmbito da ação individual humana. Desse modo, se a dissimulação contida no indivíduo que conspira se articularia através da racionalização, também o Estado elaboraria e imporá sua ideologia racionalmente a fim de garantir um objetivo concreto: manter os privilégios da classe dominante.

Ainda que o aporte marxista seja considerado, cumpre observar que inúmeros questionamentos estão em curso no que concerne à amplitude de seus crivos interpretativos, sobretudo em face da imbricada teia de significados na qual se move a sociedade contemporânea. Assim, conjectura-se que “é fato notório que o conceito marxiano de ideologia, por si só, já não daria conta da complexidade que as Ciências Sociais passaram a reconhecer”, tendo-se em vista as “novas configurações econômicas e sociais” com as quais atualmente se nos deparamos (XAVIER, 2002, p. 32).

De fato, a aceleração histórica que se processou a partir da segunda metade do século XX trouxe consigo uma ordem social fragmentada, diante da qual a interpretação binário-maniqueísta de Marx assiste à fragilização de seu apelo. Inteiramente diversa daquele mundo industrial oitocentista criticado pelo autor de *O Capital*, a sociedade contemporânea conforma-se com base em códigos de sociabilidade diferentes. Tais ineditismos, por sua vez, desencadearam mutações culturais tamanhas, que a ideia de ideologia como mero instrumento pré-concebido pelos interesses exclusivistas da “dominação burguesa” esmorece, ao menos como explicação definitiva. Não parece ser outra a perspectiva adotada por Mannheim, que se referindo à ideologia, destaca que “embora o marxismo tenha contribuído grandemente para a formulação do problema, tanto a palavra como o seu significado são muito mais antigos do que o marxismo”, e acrescenta que “depois que apareceu este movimento, o termo se viu enriquecido por novos sentidos, concebidos independentemente dele” (MANNHEIM, 1952, p. 51).

Na esteira destas conclusões, emergem percepções menos penetradas pelo ardor da militância antissistêmica que caracteriza a ortodoxia da escola marxista:

A ideologia, [...] atende a esse “anseio” de toda ordem social em se preservar, preservando as crenças que asseguram a consagração simbólica de suas normas, padrões, instituições, costumes – não sendo um atributo específico desta ou daquela expressão social, mas inerente a todo sistema de sociedade, e só secundariamente

(por extensão de seus efeitos) podemos pensar que concorre para a reprodução das relações de produção (SOUSA FILHO, 2003, p. 73).

Portanto, na ótica de Sousa Filho a ideologia seria um atributo próprio da organização social. Tratar-se-ia, enfim, de uma espécie de auto-proteção coletiva na qual os valores de determinada sociedade encontrariam guarida. Logo, sua formulação ocorreria à margem de quaisquer maquinações ou interesses inconfessáveis, sejam eles de fundo econômico, cultural ou político. A operacionalização da ideologia dar-se-ia na esfera psicológica, desprovida de dirigismos, alheia a possíveis projetos de dominação classista. Nasce deste princípio a noção de uma “função integrativa da ideologia” – para valermo-nos da reflexão de Cohen (1978, p. 105) – argumento que se choca com os postulados das correntes marxistas.

Para além dessas questões, se desejássemos elucidar integralmente o significado epistemológico dos valores que, somados, comporiam a “ideologia”, fatalmente seríamos absorvidos por um labirinto conceitual e filosófico que definitivamente não pode ser comportado nos moldes aqui propostos. Semelhante empresa não está no horizonte das nossas presunções e guarda relação secundária com a problemática de um partido político específico, no caso, o PP do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, a ponderação de Eagleton (1997, p. 15) torna-se salutar:

[...] o termo “ideologia” tem toda uma série de significados convenientes, nem todos compatíveis entre si. Tentar comprimir essa riqueza de significado em uma única definição abrangente, seria, portanto, inútil, se é que é possível. A palavra “ideologia” é, por assim dizer, um *texto*, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais; é traçado por divergentes histórias, e mais importante, provavelmente, do que forçar essas linhagens a reunir-se em alguma Grande Teoria Global é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser descartado.

Ainda assim, dentre essa gama complexa – e talvez ininteligível – de significados, alguns conceitos podem ser funcionais ao estudo das ideias características, da “identidade” e do discurso interno da FTD e do PP/RS, como veremos nos capítulos seguintes. Apesar disso, ganha razoabilidade até aqui a tentativa de interpretar um aspecto elementar que compõe a ideologia político-partidária em geral: referimo-nos à velha díade direita/esquerda e seus desdobramentos.

1.3 DIREITA E ESQUERDA: TESES E ANTÍTESES

Originados na França setecentista, os conceitos de *Direita* (Girondinos, sentados à direita da Assembléia) e *Esquerda* (Jacobinos, sentados à esquerda) permanecem fortemente

assentados no vocabulário político contemporâneo. Ainda que seu emprego tenha sido originalmente adotado para os fins específicos de uma situação em particular (no caso, a Revolução Francesa), nota-se que a validade da terminologia transcendeu não apenas o espaço físico europeu, mas também o próprio passar dos séculos.

As palavras “direita” e “esquerda”, no entanto, sofreram alterações, enriquecidas que foram por uma bagagem axiológica multifacetada adquirida através de sucessivos contextos históricos e culturais. Em decorrência disso, a utilização irrestrita destes conceitos está sendo fonte de controvérsia no bojo das interrogações formuladas por determinadas correntes intelectuais no tempo presente, como veremos adiante. Trata-se, portanto, de um consenso (no que se refere à penetração dos termos no senso comum e na linguagem política), mas de um consenso questionado (no que diz respeito a sua relevância e aplicabilidade na contemporaneidade).

1.3.1 Um consenso questionado

Balizando-se, em última análise, na presunção de que o industrialismo e a *Weltanschauung* dele decorrente teriam sido suplantados, já no último quartel do século XX, pela ascensão de um novo código de estruturação e de comportamento social, alguns pensadores sancionam o pressuposto do advento de uma nova era histórica na atualidade. Condensando-se na literatura através do rótulo de “pós-modernidade”, “hipermodernidade” ou ainda “modernidade tardia”, os novos tempos necessariamente imporiam seus universos simbólicos vanguardeiros também ao campo político (GIDDENS, 1994; LIPOVETSKY e CHARLES, 2004; TOFFLER, 1980), relativizando dualidades como “direita” e “esquerda”.

Toffler (1980), a guisa de exemplo, sustenta que a lógica do centralismo industrial, que se manifestou na massificação absorvente, no atomismo filosófico, na produção em escalas gigantescas e padronizadas (fordismo), na família nuclear, na concentração de populações em grandes centros, na rigidez dos horários e na representação política tradicional, vai sendo paulatinamente minada por uma ruptura histórica traumática, por uma “nova onda” de valores. O próprio Estado, que havia superado os autoritarismos tribais (posteriormente feudais) baseados na força e/ou na tradição (senhorio, vassalagem, escravidão), para nacionalizar-se com a adoção da burocracia centralizada como seu motor de funcionamento, estaria sofrendo um processo de fragilização e imobilismo que decorreria da sua presumida incapacidade de responder às demandas complexas emanadas da contemporaneidade. A

comunicação instantânea e o globalismo reclamariam um processo decisório veloz e aos líderes políticos não mais seria facultada a comodidade de submeter-se ao lento processo de que o burocratismo se alimenta. Em substituição à concepção industrial, levantar-se-ia, enfim, um código inédito de valores, que sob a ótica de Toffler, causaria um espanto tão profundo quanto aquele provocado pelos ecos metálicos das primeiras máquinas na Inglaterra em meados do século XVIII. Haveria uma dissipação das antigas verdades, vindo à tona novos paradoxos e colisões sociais que exigiriam ampla ressignificação em vários sentidos. Tantas mutações incidiriam também na relativização da estrutura política vigente:

Estas colisões fazem em frangalhos os vocabulários políticos tradicionais e tornam muito difícil separar progressistas de reacionários, amigos de inimigos. Todas as velhas polarizações e coalizões se desagregam. [...] Em muitas nações, a classe operária, que havia tradicionalmente favorecido as políticas “progressistas”, como, por exemplo, a redistribuição de renda, agora muitas vezes assume posições “reacionárias” com respeito ao direito das mulheres, aos códigos de família, à imigração, às tarifas ou ao regionalismo. [...] Não admira que as pessoas estejam confusas e desistam de compreender seu mundo (TOFFLER, 1980, p 29).

Aderindo, *grosso modo*, à tese do advento de uma estruturação social inteiramente diversa daquelas que a precederam, Fukuyama (1992) transpõe ainda mais as reflexões de Toffler à arena política. Seus subsídios para sentenciar o “fim da história” podem ser associados à lógica utilizada pelo autor de *A Terceira Onda* para decretar o ocaso do industrialismo. Após um espiral conflitivo dominado pelas ideologias de massa, a queda do Muro de Berlim e o desmoronamento da URSS teriam representado, para Fukuyama, o golpe de misericórdia desferido contra as velhas ideologias políticas dominantes. A “era dos extremos” – conforme célebre alcunha de Hobsbawm (1994) – teria cedido lugar à uniformidade político-axiológica universal garantida sob a égide da democracia liberal. O próprio Fukuyama assim resume sua teoria:

[...] eu argumentava que, nos últimos anos, surgiu no mundo todo um notável consenso sobre a legitimidade da democracia liberal como sistema de governo, à medida que ela conquistava ideologias rivais como a monarquia hereditária, o fascismo e, mais recentemente, o comunismo. Entretanto, mais do que isso, eu afirmava que a democracia liberal pode constituir o ‘ponto final da evolução ideológica da humanidade’ e ‘a forma final de governo humano’, e como tal, constitui o ‘fim da história’. [...] não seria possível aperfeiçoar o ideal da democracia liberal (FUKUYAMA, 1992, p. 11).

Nota-se que o consenso que teria sido universalmente edificado em torno da liberal-democracia representaria o estágio-síntese do processo evolutivo da política, em uma visão paradoxalmente análoga às profecias de Marx acerca do papel desempenhado pela sociedade comunista do porvir, que encarnaria, por sua vez, o produto final e perfeito da experiência

humana sobre a Terra. Ainda assim, no cerne dos postulados teleológicos de Fukuyama não há o descarte da dualidade direita-esquerda ou de suas variantes, uma vez que o argumento apresentado supõe o triunfo de uma ideologia ou sistema político sobre seus adversários, lógica que reclama disputa precedente entre pensamentos opostos. É apenas na presunção da vitória peremptória de um lado sobre outro (situação em que, portanto, não haveria contestações *a posteriori*) que a idéia da implosão das ideologias se insinua. Além disso, é razoável depreender que o decreto de morte expedido por Fukuyama é dirigido apenas às correntes políticas antissistêmicas que visam fulminar a democracia liberal, sendo toleradas as alternativas reformistas à esquerda e à direita. Logo, ideologias subsidiárias ao sistema a ele sobreviveriam, valendo-se, para tanto, das liberdades asseguradas pelo arcabouço legal da democracia.³

Embora se esquive da justificação do (neo)liberalismo, Giddens também afiança a tendência irreversível ao surgimento de um consenso global, que se não está fundado na adoção uniforme de um sistema político-ideológico acabado, como pretendeu Fukuyama, encontra subsídios no campo dos valores: “esta é a primeira vez na história em que podemos falar da emergência de valores universais” (GIDDENS, 1994, p. 29). Assim, princípios como democracia e direitos humanos estariam moldando uma sociedade “pós-tradicional”, o que impulsionaria uma “ordem cosmopolita global” (idem, p. 99), onde as antigas clivagens, inclusive aquelas de caráter político, ficariam exauridas.

De fato, ao assinalar que “a observação trivial de que não existe mais uma direita ou uma esquerda assume um novo poder intelectual e prático nas atuais condições sociais”, (ibidem, p. 61) o sociólogo britânico supera as controversas assertivas de Fukuyama e ensaia um passo adiante. Dada a reinvenção que estaria sendo gestada no cerne simbólico-estrutural da sociedade, em *Para Além da Esquerda e da Direita*, Giddens decreta não o ostracismo, mas o esgotamento mesmo da dicotomia direita-esquerda:

Se os termos direita e esquerda não possuem mais o significado que já tiveram, e se cada uma dessas perspectivas políticas está, à sua própria maneira, esgotada, é porque o nosso relacionamento (na condição de indivíduos e de humanidade como um todo) com o desenvolvimento social moderno se alterou. Vivemos hoje em um mundo de incerteza (GIDDENS, 1994, p. 93).

³Reflexões acerca da desejabilidade da tolerância de grupos autoritários e antissistêmicos no seio da democracia podem ser encontradas, por exemplo, em Rawls (2000).

Realmente, os paradigmas suscitados pelo “líquido mundo moderno” (BAUMAN, 2007) parecem corroborar para a sustentação das teorias que diagnosticam o fim das ideologias como as conhecemos. O advento das chamadas “questões pós-materialistas”, em particular, estabeleceu novas clivagens que modificaram significativamente as pautas sociais, com reflexos evidentes na política. O fator tempo, assim, transformaria a percepção dos valores associados à direita e à esquerda, resignificando-os. Confrontados com problemas como direitos humanos, preservação ambiental, bioética, aborto, imigração, etnicidade, união civil entre pessoas do mesmo sexo e eutanásia, partidos filiados à direita ou à esquerda processariam auto-reconfigurações intermitentes, inclusive visando a satisfação das demandas diversificadas oriundas do eleitorado. Tendo em vista essas preocupações, os partidos políticos estariam abandonando posicionamentos rígidos, o que concorreria para o surgimento de indiferenciações programáticas e ideológicas mesmo entre grupos historicamente antagônicos. Inserindo as problematizações geradas pelos instrumentos analíticos da *saliency theory*,⁴ Tarouco (2007, p. 24) discorre sobre essa realidade:

A emergência de questões pós-materialistas [...] exige que os partidos busquem se distinguir uns dos outros, não mais apenas por um posicionamento unidimensional, já que as diferenças ideológicas estão menos nítidas. Para apresentar alternativas aos eleitores os partidos teriam então passado a se identificar com questões específicas, selecionando temas da agenda pública, e oferecendo esta seleção como agenda específica através das ênfases nos seus programas.

De fato, *saliency theory* supõe que, diante da competição, os partidos optariam pela seleção estratégica de bandeiras políticas prioritárias ao invés de assumirem posicionamentos distintos em torno das mesmas questões. Por conseguinte, a aderência dos eleitores não se daria a partir da comparação entre propostas de dois ou mais partidos para questões postas para todos eles, e sim com base na preferência pelo partido que priorize em seu programa certas plataformas políticas em detrimento de outras. Decorre daí o exame dos manifestos partidários, prática amplamente difundida entre os cientistas políticos ligados a esse instrumental teórico. Como se percebe, a dualidade linear expressa pela díade direita-esquerda cede espaço a um entendimento multidimensional, onde *como fazer* é menos importante do que *o que fazer*.

Embora seus estudos tenham precedido o problema do pós-materialismo e o debate em torno da *saliency theory*, não é outro o contexto para o qual Kirchheimer (1972) forja sua

⁴A *saliency theory* e a análise dos manifestos desenvolveu-se sobretudo no contexto europeu. Sobre o assunto, ver Budge (1999) e Robertson (1976). Para uma reflexão acerca do caso brasileiro, ver Madeira e Tarouco (2009).

hipótese dos *catch-all parties*. Diante de um cenário em que parte da literatura da Ciência Política visionava a supremacia irreversível dos “partidos de massa” sobre os partidos de “origem parlamentar” (DUVERGER, 1980) e mesmo a obsolescência definitiva dos partidos políticos (MAIR, 1997), Kirchheimer introduziu a ideia de uma auto-reconfiguração que estaria se processando no interior destas agremiações. Em oposição a Duverger, seus postulados sugerem o fim da dinâmica identitária rígida entre bases sociais classistas e partidos políticos com elas fortemente comprometidos. A ausência desta conexão entre os partidos e grupos específicos da sociedade teria gênese na crescente competitividade imposta pela democracia contemporânea. Pragmaticamente avessos às polarizações irrevogáveis, os partidos políticos passariam a advogar para si a capacidade de atender a maior gama possível de demandas sociais, concentrados na perseguição técnica dos votos e na conquista do poder, ainda que para tanto seja necessário abdicar de princípios doutrinários menos populares (mas eventualmente caros às bases partidárias). Este fator, somado ao descolamento das plataformas políticas dos partidos em relação aos reclames oriundos do seu próprio corpo de militantes, resultaria em uma acentuada tendência à moderação, suposto ponto de encontro da maioria dos eleitores.⁵

Em síntese, seriam aspectos inerentes aos *catch-all*:

a) Drastic reduction of the party's ideological baggage [...] [and] the absolute reign of short-term tactical considerations; b) Further strengthening of top leadership groups [...]; c) Downgrading of the role of the individual party member [...]; d) Deemphasis of the *classe gardée*, specific social-class or denominational clientele, in favor of recruiting voters among the population at large; e) Securing access to a variety of interest groups (KIRCHHEIMER, 1972, p. 190).

Assim, a existência de um grande contingente de eleitores centristas ou moderados reclamaria o advento de *catch-all parties*, que objetivariam atender os pleitos das maiorias eleitorais antes das eventuais reivindicações ideológicas das bases (procedimento facilitado pelo emponderamento crescente das cúpulas dirigentes). Esta disposição centrípeta, por consequência, paulatinamente rechaçaria vieses de radicalismo que teriam permeado a disputa política até os anos 1970, tornando os partidos drasticamente menos ideologizados e programaticamente indiferenciados. Por conseguinte, direita e esquerda, a exemplo do pensamento elaborado por Giddens, estariam se esvaziando do sentido que outrora possuíram.

⁵A busca dos partidos pela sintonia com a maioria do eleitorado é tendência também apontada pelos autores que trabalham com a *saliency theory*.

A necessidade de conquistar a maioria do eleitorado, mesmo que isso acarrete indiferenciação ideológica, é também verificada por Bourdieu. A luta interna entre as correntes partidárias para a implantação de suas pautas políticas seria decidida pela capacidade de mobilização de cada proposta, uma vez que “a tendência para a fissão tem seu limite no fato de a força de um discurso depender menos das suas propriedades intrínsecas do que da força mobilizadora que ele exerce”, decorrendo daí que a difusão exitosa de bandeiras políticas atrativas tornaria o partido “reconhecido por um grupo numeroso e poderoso que se reconhece nele e de que ele exprime os interesses” (BOURDIEU, 2001, p. 183).

Conforme verificaremos posteriormente, o PP do Rio Grande do Sul poucas similaridades parece guardar com os *catch-all parties* visualizados por Kirchheimer, sobretudo se considerarmos a doutrina propagada pela FTD, seu principal órgão de formação política. Da mesma forma, pode-se afirmar que as propriedades apriorísticas do discurso da FTD adquirem supremacia diante de eventuais preocupações com a permeabilidade das ideias em um grupo amplo de eleitores, o que se choca também com a percepção de Bourdieu. No entanto, o discurso da FTD volta-se para o público interno (militantes), o que abre margem para uma análise dirigida também para as batalhas simbólico-ideológicas que ocorrem no seio dos partidos. Poucas vezes transpostos para o público extramuros, tais embates produzem efeitos na ponta final da atividade partidária e representam uma arena ainda pouco estudada pela Ciência Política, o que colabora para justificar a presente pesquisa.

Antes de penetrarmos na análise do PP/RS, porém, cumpre prosseguir na apreciação dos pareceres sustentados por alguns cientistas políticos a respeito dos conceitos de direita e esquerda.

1.3.2 A validade prática da díade

Mesmo diante das advertências acima citadas, muitos autores sugerem que a escala direita-esquerda e seus desdobramentos ideológicos encerrariam um grau de razoabilidade ainda capaz de relacionar a abstração conceitual com a esfera da *praxis* política propriamente dita. Aderindo a esse pressuposto, afirmaríamos que tal razoabilidade se cristaliza por meio de um enraizamento secular em pelo menos três esferas: no senso comum dos cidadãos/eleitores (atingindo níveis desiguais de compreensão de acordo com precedentes históricos e fatores sócio-culturais particulares de cada indivíduo ou sociedade), no entendimento dos atores

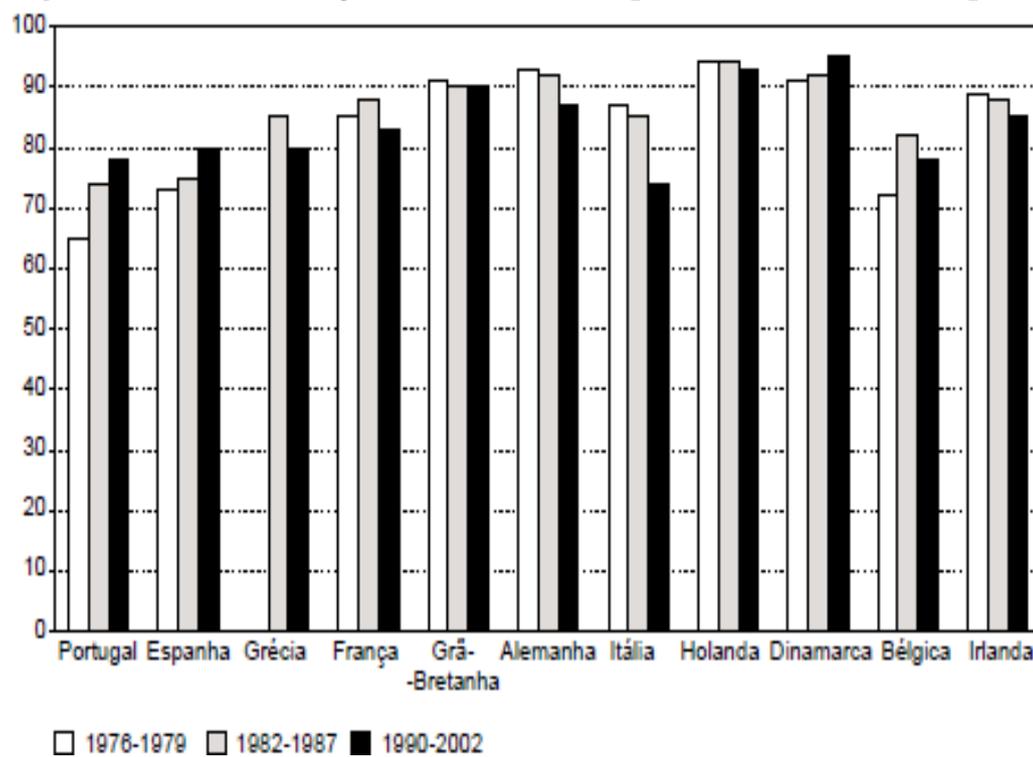
políticos (detentores de mandato, militantes partidários e ativistas sociais) e na literatura difundida por parte da Ciência Política (onde Bobbio assenta-se como autor referencial).

No que tange ao enraizamento de direita e esquerda na dimensão psicológica dos cidadãos, pode-se referir que a abstração potencialmente contida nos termos não foi suficiente para suprimi-los inteiramente do imaginário social. Nesse sentido, Lipset (1967, p. 234) projeta que fatos como “a estratificação direita-esquerda estão presentes, provavelmente, no espírito dos eleitores comuns”. A afirmação um tanto ampla e intuitiva de Lipset encontra ressonância nas medições empreendidas por Freire (2004, p. 11-12), que se referindo ao contexto Europeu da atualidade, assinala que a díade ideológica persiste e exerce influxo nas escolhas políticas dos cidadãos:

[...] vários estudos têm documentado a importância crescente da posição dos eleitores na escala esquerda-direita enquanto fator explicativo da sua opção de voto. Gunther e Montero (2001: 124-126) revelaram que, entre as décadas de 1980 e 1990, se verificou um declínio do impacto das clivagens sociais no voto em Portugal, Espanha, Itália e Grécia, bem como nos vários países da Europa ocidental e América do Norte usados como termo de comparação. Mas no que respeita ao impacto das orientações esquerda-direita nas opções eleitorais a conclusão foi precisamente inversa, quer para os quatro países da Europa do sul, quer para vários outros. Outros estudos têm evidenciado uma tendência similar para a Bélgica, a Dinamarca, a Holanda, a Nova Zelândia e a Suécia. Também em termos absolutos, para cada eleição, a ideologia (medida da forma referida) se revela, geralmente, como o mais importante ou como um dos mais importantes preditores das opções partidárias.

Logo, o emprego das noções de direita e esquerda permaneceria admissível para os eleitores europeus. Valendo-se de fontes como o Eurobarômetro (o que inclui entrevistas com eleitores em três períodos diferentes – a saber: 1976-1979, 1982-1987 e 1990-2002) o autor identifica significativo percentual de eleitores capazes de realizar auto-identificações na escala direita-esquerda. Eleitores da Grã-Bretanha, Holanda e Dinamarca, por exemplo, geraram índices superiores a 90% de identificação, sendo o percentual português o mais baixo (65% no período 1976-1979):

Figura 1 - Auto-localização dos eleitores europeus na escala direita/esquerda



Fonte: Freire (2004, p. 18).

Além disso, Freire conclui que a identificação à direita ou à esquerda transcende o mero sentimento de pertencimento a um determinado espectro ideológico, uma vez que esse posicionamento incidiria também na opção de voto dos eleitores. Enquanto as clivagens classistas perderiam sua importância categórica, as preferências ideológicas surgem como elementos explicativos à conduta eleitoral dos europeus no período estudado, hipótese radicalmente diferente dos argumentos de Kirchheimer, como vimos anteriormente.⁶

Além disso, tais assertivas expandiriam sua validade também ao caso brasileiro, o que nos conduz ao contexto estudado na presente dissertação. Não é outra a constatação de Bresser-Pereira (2006, p. 36):

[...] os eleitores — apesar da falta de estrutura ideológica definida, para a qual seriam necessários conhecimentos que eles não têm — possuem identificação ideológica suficiente que lhes permite distinguir as posições de esquerda ou de direita, progressistas ou conservadoras.

Mesmo sob a ressalva de que a compreensão “correta” acerca do real universo de valores associados à direita e à esquerda nem sempre seja apreendida pelo eleitor, os pressupostos de Bresser-Pereira encontram eco entre estudiosos brasileiros. Seguindo essa

⁶Inglehart (1984), trazendo dados diversos, chega a conclusão semelhante.

linha de raciocínio, Singer (2000, p. 143), questiona: “como pode o eleitor usar seu posicionamento em um espectro ideológico esquerda-direita para orientar seu voto, se não sabe o que é esquerda e direita?”. Sua resposta é a seguinte:

A nosso ver, trata-se [...] de um conhecimento intuitivo, se um sentimento do que significam as posições ideológicas. Esse sentimento permite ao eleitor colocar-se na escala em uma posição que está de acordo com suas inclinações, embora não as saiba verbalizar. E a mesma intuição o conduz a situar os candidatos (e os partidos) nessa escala e votar coerentemente. No entanto, além de permitir uma orientação em relação a candidatos e partidos, essa intuição ideológica está associada a um conjunto de opiniões que representam, a nosso ver, o modo pelo qual o eleitor enxerga a sociedade (idem, p. 143).

Portanto, o eleitor portaria um “sentimento”, que prescindindo da compreensão teórica sofisticada acerca das ideologias, seria suficiente para dar coerência à sua visão política.⁷ Incorporando esse cálculo, Singer apresenta dados obtidos pelos *surveys* intitulados *Cultura Política* (realizados em conjunto por Cedec, USP e Datafolha nos anos de 1989 e 1990). As pesquisas abarcaram um universo de 2.083 eleitores brasileiros, que quando estimulados a realizarem sua auto-identificação no *continuum* direita-esquerda, posicionaram-se da seguinte maneira (sendo que o ponto 1 expressa a postura mais à esquerda e o ponto 7 a atitude mais à direita):

Figura 2 - Distribuição dos eleitores brasileiros no *continuum* esquerda-direita (1989 e 1990), em %:

Posição no <i>continuum</i>	1989	1990
<i>1 - Esquerda</i>	5,8	5,8
2	6,4	7,7
3	8,8	9,2
4	18,1	16,7
5	12,4	14,4
6	9,8	10,4
<i>7 - Direita</i>	13,5	15,9
<i>Outros</i>	25,1	19,9
Total	100	100

Fonte: Singer (2000, p. 131).

⁷Em linhas gerais, Knight e Lewis (1996, p. 176), enfocando a realidade estadunidense, embasam essa perspectiva: “In the traditional view, the direction of ideological sentiment should influence the vote only among respondents who tend to organize their political perceptions along liberal and conservative lines. This will generally be a minority of the public. Since the ability to organize political objects along abstract dimensions requires some cognitive capacity, the extent of ideological sophistication is expected to be fairly stable over time. The revisionist view holds the effects of ideological sentiment to be much more persuasive. In addition, the revisionist view would argue that the effects of ideology operate at an emotional level, and are therefore somewhat malleable – capable of being influenced by the efforts of the political campaigns, and other social interaction process”.

Embora se baseie em critérios diferentes (a pontuação da escala passa para dez graduações), a pesquisa *Cultura Política* realizada em 1993 apresenta dados similares:

Figura 3 - Distribuição dos eleitores brasileiros no *continuum* esquerda-direita (1993), em %:

1 Esquerda	2	3	4	5	6	7	8	9	10 Direita	Outros	Total
6,9	6,1	7,9	6,9	11,4	10,9	12,2	18,6	5,8	6,3	7	100

Fonte: (idem, p. 131).

A análise detida destes dados extrapola os objetivos do presente capítulo, bastando ressaltar, por hora, que a significativa diminuição no índice das pessoas que não quiseram responder, não souberam ou não se identificaram com a escala (identificados como “outros” em ambas as figuras) reflete um possível aumento da identificação ideológica dos eleitores com o passar do tempo, e não o contrário.

Contudo, as conclusões de Singer não são consensuais. Carreirão (2002, p. 57), por exemplo, pondera que

[...] o significado do auto-posicionamento dos eleitores numa escala esquerda-direita varia para eleitores com diferentes graus de escolaridade. Da mesma forma, a utilização de uma escala esquerda-direita para se situar politicamente e votar em acordo com ela, exige um grau de informação e uma capacidade cognitiva mínimos, que podem não estar presentes na maioria dos eleitores de menor escolaridade. O trabalho aqui desenvolvido é o de testar a tese de Singer sobre a "identificação ideológica" do eleitorado brasileiro, mas utilizando a escolaridade como um fator de diferenciação do grau em que aquela "identificação" realmente ocorreria entre os eleitores e influenciaria seu voto.

Logo, a exatidão do auto-posicionamento dos eleitores brasileiros no *continuum* ideológico é contestada a partir da consideração do fator escolaridade, que segundo Carreirão, influiria na coerência entre a percepção dos indivíduos e a realidade. A ideia da existência de uma “intuição” que amorteceria a carência de conhecimentos precisos, portanto, ficaria fragilizada. Ademais, a tese de que a inclinação ideológica seria preditora essencial do voto – conforme pretende Singer – é posta em xeque “já que outras variáveis [...] revelaram ter maior influência na determinação dos resultados das eleições presidenciais brasileiras recentes” (idem, p. 75).

Com efeito, Singer opõe-se às conclusões de Carreirão e assevera que a ideologia teria “poderosa” influência sobre a decisão de voto do eleitor brasileiro. Analisando os contextos

eleitorais de 1989 e 1994, o autor observa que, somados a outros fatores pontuais, os reflexos práticos de tal ideologia teriam respeitado a díade direita-esquerda, pois “a identificação ideológica, medida pela autolocalização do eleitor na escala esquerda-direita, permaneceu como pano de fundo em 1994, e acabou sendo um poderoso preditor de voto, como já havia sido em 1989” (SINGER, 2000, p. 17).⁸

Outro dado instigante é trazido por Olavo Lima Júnior. Valendo-se de pesquisa realizada pelo IUPERJ no ano de 1989,⁹ o autor destaca que os eleitores teriam situado ideologicamente os principais partidos políticos brasileiros em conformidade relativa com a avaliação corrente na Ciência Política. Assim, à esquerda foram incluídos PT, PDT, PSB, PCB e PC do B; à direita PFL,¹⁰ PRN¹¹ e PDS,¹² ficando no centro partidos como o PSDB¹³ e o PMDB (LIMA JR., 1993, p. 136-137). Além de permanecer presente na mentalidade dos eleitores, a escala direita-esquerda seria por eles compreendida, servindo como parâmetro para a localização política dos partidos.

Apesar de tal coerência, importa acrescentar que pesquisa realizada pelo ISEB nos anos de 2002 e 2006 apresenta dados que apontam para um aumento da fatia do eleitorado que não apreende o significado dos termos “direita” e “esquerda”:

Figura 4 – Identificação ideológica dos eleitores brasileiros (ISEB – 2002 e 2006):

	Esquerda	Centro	Direita	Não sabe/não respondeu	Total da amostra
2002	25,7	23,3	27,8	23,2	2513
2006	9	25,4	23,8	41,8	1000

Fonte: ESEB (2002 e 2006).

⁸Singer, porém, não está sozinho neste pormenor. Examinando o comportamento do eleitorado do estado de São Paulo, Ferreira (1990, p. 260) argumenta que: “a identidade partidária parece apresentar uma associação com o comportamento eleitoral muito mais robusta do que a participação política. Coerente com o estudo de Singer (2000), o eleitorado paulista apresenta segmentos claramente identificados com a esquerda, direita, centro [...] em termos políticos”.

⁹Lima Jr. não apresenta diretamente os dados da pesquisa, citando apenas suas conclusões.

¹⁰Atual DEM.

¹¹Já extinto.

¹²Atual PP.

¹³No contexto de 1989 nos parece plausível situar o PSDB como um partido centrista. No momento atual, porém, a precisão de tal classificação poderia sofrer contestações.

Carreirão (2007, p. 314) propõe uma hipótese para a ocorrência desta variação:

[...] em relação à compreensão que os eleitores têm dos termos “esquerda” e “direita” seria importante verificar se ainda havia em 2006 uma parcela significativa do eleitorado que em 2002 associou “esquerda” à oposição e “direita” ao governo. Se, em âmbito nacional havia até 2002 uma certa “adequação” destas “definições” aos fatos (já que os governos em âmbito federal haviam sido de centro-direita e a esquerda sempre havia ficado na oposição), a partir do governo Lula esta “adequação” deixa de ocorrer. Isto pode ter contribuído para “confundir” esta parcela do eleitorado, resultando no aumento das “outras respostas” à questão do posicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita.

Pondo de lado a esfera que abarca apenas o eleitor, a validação da díade ocorre também na perspectiva dos atores envolvidos diretamente com a política em períodos indefinidos, para além das eleições. De parlamentares a chefes do Poder Executivo, de militantes partidários a líderes sociais, a capacidade de auto-identificação no *continuum* ideológico tradicional pode persistir no imaginário coletivo. Nesse sentido, Leoni (2002, p. 372) observa que “analogias espaciais da política, como ‘esquerda’, ‘centro’ e ‘direita’, [...] são representações abstratas, mas legisladores e eleitores parecem utilizar esses conceitos como auxílio em suas decisões políticas”.

Assim, o comportamento dos atores políticos em instâncias formais como o parlamento seria capaz de oferecer subsídios para a mensuração do raio de alcance da ideologia em seus posicionamentos. A fim de empreender análise semelhante, Figueiredo e Limongi utilizam o seguinte indicador:

Figura 5 - Encaminhamentos similares dos líderes partidários (1989-94), em %:

Partidos	PFL	PTB	PMDB	PSDB	PDT	PT
PDS	68,8	61,5	54,8	43,4	20,4	13,6
PFL		64,3	64,3	46,6	17,2	11,8
PTB			55,2	45,7	22,2	15,8
PMDB				64,3	37,6	30,3
PSDB					49,3	48,9
PDT						71,5

Fonte: Figueiredo e Limongi (1995, p. 77).

A tabela diz respeito à proporção de encaminhamentos similares remetidos pelos líderes de cada partido no Congresso Nacional entre os anos de 1989 e 1994. Segundo os

autores, os dados indicam que haveria uma relação coerente entre a posição ideológica dos partidos (e de seus líderes) e as propostas apresentadas em plenário.¹⁴ Logo, “a disposição dos partidos no *continuum* ideológico direita-esquerda emerge de maneira nítida” e “a probabilidade de dois partidos se coligarem cai monotonicamente com a distância ideológica a separá-los” (idem, p. 77).

A apreciação dos autores considera as atitudes concretas dos parlamentares e suas relações com o pertencimento a um partido considerado mais à direita ou mais à esquerda. No entanto, visualizando que o embate entre governo e oposição eventualmente pode se sobrepor à defesa de bandeiras ideológicas “inatas” (o que poria em xeque a exatidão dos dados de Figueiredo e Limongi), Zucco Jr. (2009) almeja apreender a percepção dos próprios parlamentares brasileiros em face da dualidade direita-esquerda, além de medir a classificação ideológica por eles concebida para os principais partidos políticos do país. Após entrevistar três deputados federais previamente selecionados, o autor apresenta os seguintes dados:

Figura 6 - Classificação ideológica dos principais partidos políticos brasileiros de acordo com três deputados federais:

	Esquerda			Centro		Direita		
Fulano PT-SP	PC do B			PSDB	PMDB	PFL, PDS, PRN PTB, PL, PDC 10		
	PT	PCB	PDT					
Beltrano PFL-MS	1	PSB	5			PFL, PDS, PRN PTB, PL, PDC 5		
		2						
Sicrano PMDB-PE	PT		PDT	PSDB		PTB	PFL	PRN
	PC do B		PSB	PMDB				
	PCB	1	2	3				
	PT, PC do B, PCB			PSDB		PL	PDS	PRN
	PDT, PSB			PMDB				
	3			4				

Fonte: Zucco Jr. (2009, p. 3).

Ainda que cada entrevistado tenha utilizado pontuações diferentes para localizar os partidos (a metodologia permitia a escolha de 1 a 10, onde 1 representa a esquerda e 10 a

¹⁴Nota-se que o PDS, predecessor do atual PP, aparece como um partido de direita que age em coerência com seus pares ideológicos, sobretudo o PFL (atual Democratas), que se originou de uma dissidência do próprio PDS. Analisaremos a classificação do PP empreendida pela Ciência Política no próximo capítulo.

direita), nota-se que a ideia de direita, centro e esquerda é acatada pelos parlamentares e funciona para eles como parâmetro para a diferenciação entre os partidos. Ademais, a classificação empreendida pelos três deputados guarda similaridades com a percepção corrente acerca do posicionamento ideológico dos partidos políticos brasileiros.¹⁵

Apesar da sugestiva conclusão da amostra de Zucco Jr., o caso brasileiro apresenta particularidades que não podem ser desconsideradas. Uma delas diz respeito à associação entre o pensamento de direita e a última ruptura institucional sofrida pelo país. Instaurado em março de 1964, o regime militar simbolizou um modelo autoritário e antidemocrático à direita, sendo o cerceamento sistemático das liberdades políticas seu atributo essencial. A fim de distanciar-se deste espectro, forças políticas conservadoras que outrora sustentaram o regime, dele se beneficiando, teriam optado por ocultar sua filiação ideológica no tempo presente, caracterizando, assim, uma “direita envergonhada”, conforme alcunha criada por Souza (1988).

Capturando essa percepção, Pierucci (1999, p. 72-73) assinala:

Não obstante o uso generalizado da dimensão direita/esquerda no linguajar dos estratos politizados da cidadania brasileira, existe aqui uma acentuada assimetria no modo de ambos os lados se auto-representarem. É que, à esquerda, não lhe incomoda aparecer como tal, antes, lhe agrada; os políticos de direita, por sua vez, têm o reflexo de se esconder como tais. Enquanto a esquerda se exhibe como esquerda, sobretudo os da esquerda radical, assumindo com ares às vezes provocativos nome e orientação, os homens de direita que se declaram de direita, que “se assumem”, são bem raros.

Com efeito, as conclusões geradas pelo trabalho de Pierucci possivelmente tenham validade para o caso brasileiro em geral, embora seu objeto de pesquisa fossem as especificidades de um ambiente regional específico: a política paulista. Partindo do pressuposto de que a direita seria ordinariamente concebida como negativa, sendo relacionada a um passado recente de práticas ditatoriais, os atores políticos conservadores prefeririam identificar-se com setores ideologicamente mais ao centro. O fenômeno da “direita envergonhada” é também verificado por Leôncio Martins Rodrigues:

Quando se trata de se auto-definirem ideologicamente, os parlamentares evitam as posições mais radicais, e se situam um pouco mais para a esquerda. No conjunto, a esquerda (“extrema-esquerda”, “esquerda” mais “centro-esquerda”) tem mais da metade da constituinte, enquanto a direita (“extrema-direita”, “direita” e “centro-direita”) praticamente desaparece, tal como evidenciamos em nossa pesquisa. A

¹⁵O PDS novamente aparece vinculado à direita. Porém, conforme foi observado na nota anterior, optamos por mapear a classificação empreendida pela Ciência Política no próximo capítulo.

julgar pela auto-definição política dos deputados, o Brasil seria um país sem direita (RODRIGUES, 1987, p. 99).

Rodrigues investiga, entre outros fatores, o perfil ideológico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte que formularam a Carta Magna de 1988. Como se depreende deste excerto, suas conclusões, sem abdicarem de uma dose de ironia, guardam sintonia com as reflexões de Pierucci e de Souza: haveria um receio generalizado de se declarar ideologicamente à direita, mesmo entre os políticos historicamente ligados a essa tendência. De fato, entre os 428 deputados federais entrevistados por Rodrigues, nenhum declarou pertencer à “extrema-direita” e apenas 6% se auto-identificaram como “centro-direita”, enquanto 37% preferiram o “centro”, 52% a “centro- esquerda” e 5% a “extrema esquerda” (idem, p. 97).¹⁶

Apesar disso, o posicionamento do PP gaúcho (particularmente da FTD) e de boa parte de seus líderes não parece acompanhar tal tendência. Antes de testarmos essa hipótese, cumpre assinalar que os dados trazidos por Pierucci e Rodrigues indicam que os rótulos “direita”, “esquerda” e “centro” são de alguma maneira absorvidos pelos parlamentares. Ainda que boa parte dos atores nitidamente posicionados à direita hesitem em reconhecer e publicizar suas identidades, não se percebe uma negação sistemática da legitimidade intrínseca do *continuum* ideológico. Nesse sentido, pode-se inferir que se os políticos esquerdistas ostensivamente se declaram como pertencentes à esquerda, os direitistas deixam de fazê-lo menos pela crença de que os conceitos estão exauridos do que pelo ônus ou constrangimento político que semelhante declaração supostamente poderia acarretar. Logo, ambas as correntes concordam que é possível empreender uma classificação político-ideológica a partir de uma escala direita-centro-esquerda.

Ademais, outra ressalva se faz necessária. Dado que a redemocratização brasileira é ainda recente, os ecos do regime de exceção que lhe antecedeu permanecem audíveis, o que possivelmente influencia o comportamento de certos atores. Assim, à medida que os anos passem, trazendo consigo a paulatina consolidação da democracia, é plausível supor que alguns preconceitos políticos percam a significância de outrora. Se os líderes políticos atrelados à esquerda já manifestam sua posição ideológica sem receios, é admissível

¹⁶Para além da auto-identificação expressa pelos deputados, Madeira (2011), sugere que nas votações da constituinte os parlamentares tiveram comportamentos condizentes com as suas efetivas posições ideológicas. Assim, remanescentes de ARENA e MDB, diante de pautas que se polarizavam entre interesses capitalistas e interesses ligados aos trabalhadores, votaram em harmonia com as bandeiras defendidas pelas antigas agremiações a que pertenceram, delineando, na prática, uma clivagem direita *versus* esquerda.

conjeturar que o mesmo pode ocorrer futuramente também com os membros da direita (MAINWARING, POWER e MENEGUELLO, 2000).¹⁷

1.3.3 O diagnóstico de Bobbio

A reflexão acerca da temática pode ser de suma importância para o mapeamento das correntes que protagonizam o embate político-partidário brasileiro na atualidade, transformando-se, além disso, em um interessante instrumento de auto-identificação ideológica para o indivíduo que dele recebe influências, através de seus posicionamentos nas relações sociais e na micro-política cotidiana. Nesse sentido, o pensamento de Norberto Bobbio coloca-se com clareza:

Esquerda e Direita não indicam apenas ideologias. [...] indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de idéias, mas também de interesses e de valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade, contrastes que existem em toda a sociedade e que não vejo como possam simplesmente desaparecer (BOBBIO, 2001, p. 51).

Como se percebe, Bobbio trata de rechaçar a suposição de que o antagonismo entre direita e esquerda estaria vivendo seu ocaso no momento atual, sendo superado por conceituações pretensamente mais sofisticadas e capazes de decodificar com maior propriedade as interrogações geradas pela contemporaneidade. O pensador italiano considera, pelo contrário, que embora ligadas umbilicalmente à política, as ideias daquilo que seja direita e esquerda transcendem esta esfera, permeando a totalidade das relações sociais. Partindo do âmbito político-ideológico, a díade conceitual o extrapolaria, sendo perceptível nas mais variadas esferas. Ademais, as demandas oriundas dos eventos cotidianos vividos pela coletividade e pelo indivíduo isolado seriam por fim resolvidas de acordo com uma inclinação à direita ou à esquerda, ainda que a consciência acerca desse fato seja apenas relativa ou restrita a um número reduzido de pessoas. Permeados pela dualidade desde as mais simples decisões que tomamos, ou seríamos de direita ou seríamos de esquerda, ou agiríamos com base nos pressupostos ideológicos de um lado ou de outro alternadamente, de modo cíclico ou não, conforme as exigências impostas por cada situação.

Como complemento, Bobbio assegura que o citado antagonismo resiste às problematizações que lhe são dirigidas e possui vitalidade suficiente para absorvê-las:

¹⁷No entanto, Power e Zucco (2009, p. 239) negam essa perspectiva. Agregando *surveys* mais recentes, os autores assinalam que “the phenomenon of the *direita envergonhada* is a remarkably durable facet of elite political culture in Brazil”.

Precisamos partir da convicção de que a distinção clássica entre direita e esquerda ainda tem razão de existir, e faz sentido voltar a propô-la. Parece difícil sustentar o contrário; não obstante as velhas e novas rejeições, continuamos a usar as palavras direita e esquerda na linguagem política corrente, como se ainda significassem alguma coisa. E é evidente que, se continuamos a nos entender quando as usamos, é porque possuem algum significado (idem, p. 150).

Assim, seria possível falarmos em direita e esquerda sem que desta aparente simplificação decorram dificuldades decisivas para a identificação dos agentes políticos. Devido a uma carga de conhecimentos previamente firmados, a postura e os valores defendidos por um determinado ator de algum modo o rotulam como direitista ou esquerdista, liberal ou socialista, conservador ou progressista. Embora os citados “rótulos” pareçam, *a priori*, limitar a descrição, seu emprego não conduziria à simplificação apartada da realidade: apenas lhe ofereceria um enquadramento relativo – sem imperativos estáticos – ou um indicativo de pertencimento a determinado grupo.

Além disso, mesmo que determinada postura seja considerada “de centro”, seus fundamentos necessariamente beberiam das fontes de uma ou das duas faces do espectro político. A apologia da moderação e a repulsa ao maniqueísmo ideológico, portanto, almejavam conciliar parte dos argumentos da direita e da esquerda antes de simplesmente negá-los. Trata-se de uma concessão que acata a lógica dicotômica, mesmo que seu intuito final seja a superação das contradições inerentes à disputa política entre grupos francamente adversários e até mutuamente intolerantes: “a distinção entre direita e esquerda não exclui de modo algum [...] posições intermediárias que ocupam o espaço central entre os dois extremos, normalmente designado, e bastante conhecido, com o nome de ‘centro’” (ibidem, p. 53).

Também é possível que o centrismo opte pela seleção de idéias específicas da direita e da esquerda, agrupando-as em uma nova perspectiva (o que é diferente de uma conciliação entre as partes). Logo, uma determinada facção pode – como não é raro – empunhar a bandeira do direito irrestrito à propriedade privada (um argumento direitista) e sustentar, paralelamente, uma intensa regulação estatal em certas relações econômicas (proposta de boa parte da esquerda ortodoxa). Nasce daí um hibridismo que se não concilia direita e esquerda, ao menos filtra proposições de ambos os lados, condensando-as sem negá-las totalmente.

Ainda assim, seria problemático decretarmos esta postura como uma nova ideologia. Sobre o assunto, Duverger categoricamente afirma que “o centro não existe”:

As opções políticas se apresentam, comumente, sob a forma dualista [...]. Toda política implica escolha entre dois tipos de soluções: as soluções chamadas

intermediárias se relacionam umas com as outras; o que equivale a dizer que o centro não existe em política: pode existir partido de centro, mas não tendência do centro, doutrina do centro. Chama-se ‘centro’ o lugar geométrico em que se juntam os moderados das tendências opostas, moderados da direita e moderados da esquerda. [...] o centro não é mais que o agrupamento artificial da parte direita da esquerda e da parte esquerda da direita (DUVERGER, 1980, p. 250-51).

Por conseguinte, a neblina que se insinua pode ser conceitualmente dissipada se atentarmos para determinados aspectos axiológicos que realmente têm peso suficiente para diferenciar as *psiques* de direita e esquerda. Temos indicativos iniciais na síntese de Bobbio sobre o pensamento de J. Laponce a respeito desta temática:

A distinção entre direita e esquerda resolve-se em última instância na distinção entre o sacro e o profano, no interior da qual encontram seu posto outras diferenças, como aquela entre ordem hierárquica e ordem igualitária e aquela entre postura tradicionalista favorável à continuidade e postura aberta ao novo ou progressista, favorável à ruptura, à descontinuidade. Uma das afirmações que percorrem todo o livro, reaparecendo nas mais diversas ocasiões, é que a religião está à direita e o ateísmo à esquerda (BOBBIO, 2001, p. 93).

Logo, um dos aspectos inaugurais do choque ideológico entre as duas esferas políticas residiria na afirmação ou negação da idéia de Deus. Sob esta ótica, algumas das correntes ligadas à esquerda usualmente inspirar-se-iam do materialismo histórico, declarando que os eventos naturais e sociais derivam apenas ou principalmente de fatores físicos, sem qualquer interferência das dimensões espirituais. Em suma, a religião, uma falsidade, seria o “ópio do povo”, como pretendia Marx. Por outro lado, a adesão pública a algum tipo de fé no divino seria comum entre os grupos de direita.

A perspectiva de Laponce está longe de obter consenso, conforme pondera o próprio N. Bobbio. É preciso alertar que concepções intrinsecamente opostas (inclusive aquelas de caráter religioso) podem migrar de um campo para outro, promovendo um hibridismo bastante complexo. Exemplo clássico deste mecanismo é a emergência da chamada *Teologia de Libertação*, movimento católico que, sem abandonar sua crença religiosa, incorporou a linguagem e a macro-ideologia do marxismo à doutrina social da Igreja. De outro lado, a mesma doutrina social católica foi apropriada por entidades como a FTD como instrumento de ação política à direita, conforme veremos adiante.

Para além da dimensão religiosa (bastante relativa como elemento diferenciador entre esquerda e direita no contexto atual), Bobbio elenca alguns valores a partir dos quais seria viável empreender comparações e distinções entre os dois pólos ideológicos da política.

Primeiramente, o autor propõe o critério da oposição entre “tradição” e “emancipação”, baseado na prévia análise das considerações de D. Confrancesco:

A tradição assume uma função preeminente na definição de direita proposta nesta nova interpretação, ao passo que o traço característico da esquerda seria o conceito, que é também um valor (e, tal como “tradição”, um valor positivo), de emancipação. A referência à tradição, diversamente entendida e analisada em seus vários significados, seria pois um traço constante da dicotomia direita-esquerda (idem, p. 95).

Tem gênese neste particular a idéia de conservadorismo/tradicionalismo em oposição às noções de ruptura e progressismo. *Grosso modo*, a direita encamparia uma conduta que prima pela manutenção de um estado de coisas já existentes como base para qualquer ação futura. Imbricado ao esmero pelas tradições, o conservadorismo da direita reconheceria um senso de continuidade que se opõe frontalmente ao apelo de ruptura difundido pela esquerda. O desenvolvimento das sociedades é visto como condicionado ao prosseguimento de uma lógica estrutural pré-estabelecida, de uma tradição, que por sua instituição secular, não poderia ser simplesmente abolida. A esquerda, pelo contrário, priorizaria em seu ideário e em suas ações uma urgência emancipadora, um chamamento à progressão, uma atitude de releitura sistemática do *status quo* e do ordenamento político-social que lhe acompanha.¹⁸

Desta visão antagônica nasceria outra fonte de distinção: a postura em face do problema da igualdade. A direita consideraria “que as desigualdades são naturais, e enquanto tal, inelimináveis”, ao passo que o pensamento de esquerda “parte da convicção de que a maior parte das desigualdades que o indignam, e que gostaria de fazer desaparecer, são sociais, e enquanto tal, elimináveis” (ibidem, p. 121).

Se comungarmos da assertiva que supõe estar na aceitação da desigualdade o alicerce maior da hierarquia, também um conceito de liberdade será definido a partir dessa aceitação: “o critério para distinguir a direita da esquerda é a diferente apreciação da idéia de igualdade (...), o critério para distinguir a ala moderada da ala extremista, tanto na direita quanto na esquerda, é a diferente postura diante da liberdade” (BOBBIO, 2001, p. 134).

Como é evidente, a direita moderada – o liberalismo e o conservadorismo, sobretudo – acatará a desigualdade como um fator natural. No entanto, receitará (ao menos formalmente) a plena liberdade de ação e de consciência como escudos para garantir a individualidade

¹⁸Bobbio chancela o raciocínio de Confrancesco, mas pondera que “o oposto de tradição não deveria ser emancipação, mas inovação. E, reciprocamente, o oposto de emancipação não deveria ser tradição ou conservação, mas ordem imposta do alto, governo paternalista ou algo assim” (BOBBIO, 2001, p. 100).

subjetiva de cada homem perante o coletivo, e estimulará a competição como instrumento legítimo (e desejável, inclusive) para que o indivíduo situado nas esferas subalternas possa ascender, ocupando novo espaço na hierarquia social. Tal hierarquia só será modificada, na ótica liberal/conservadora, por aqueles que ascenderem ou decaírem socialmente como consequência de suas ações, teoricamente livres de quaisquer constrangimentos. Enquanto a igualdade subsiste na universalidade da lei, a liberdade ocupa a coroa de soberana entre os valores liberais e conservadores.¹⁹

Será bastante diferente o proceder dos extremistas de direita. Para esses, a ordem hierárquica é natural, e por isso mesmo imutável. Deriva de um imperativo automático (muitas vezes de ordem biológica, como no caso do racismo hitlerista) que forjou os homens como superiores ou inferiores ainda no útero materno, sendo irrecorrível a crua sentença proferida pela desigualdade. Logo, a liberdade recebe todo tipo de anteparos, não sendo admitidas lealdades paralelas ao Estado, que é a ordem primeira, o ápice da hierarquia e o símbolo da unidade nacional. Portanto, o valor fundante do extremismo de direita é a força, eventualmente secundada pela tradição.²⁰

Porém, se a liberdade norteia a direita clássica e a força entre não iguais move sua dissidência radical, a esquerda moderada alimenta-se da noção de igualdade, que por sua vez é transformada em igualitarismo coletivista pela extrema-esquerda. Privilegiando a igualdade sem pretender a uniformização das massas pela imposição igualitária, as esquerdas moderadas – social-democratas, fabianistas, trabalhistas, etc. – abdicam da primazia da liberdade sem anulá-la de todo. A própria liberdade conforma-se à máxima da igualdade, na medida em que também ela é igual para todos, sendo para todos limitada a fim de não se tornar uma competição aberta, como prevê o liberalismo. Entretanto, a hierarquia rígida é vista como um mal a ser combatido, e determinadas gradações sociais são aceitáveis, mas jamais desejáveis.

Já a mentalidade do extremismo de esquerda – trotskistas, maoístas, stalinistas, etc. – acompanha o fascismo na sua ojeriza à liberdade, mas molda-a a partir de uma convicção igualitária, de uma vontade presumida que se nutre em Rousseau: “aquele que recusar obedecer à vontade geral a tanto será constrangido por todo um corpo, o que não significa senão que o forçarão a ser livre” (ROUSSEAU, 1978, p. 36).

¹⁹Para os fins dessa dissertação, abdicamos da discussão acerca do significado pleno da ideia de liberdade pugnada pela direita.

²⁰Exemplo desse arranjo pode ser verificado no franquismo, onde a tradição católica espanhola foi instrumentalizada para a sustentação da autoridade estatal.

Vimos no decorrer deste capítulo que a concepção de ideologia, nascida no seio da teoria marxista, difundiu-se para as mais variadas esferas da atividade humana, especialmente para o universo político. De fato, ainda que um de seus desdobramentos – a ideia de direita e esquerda – tenha tido gênese também em tempos idos (no caso, a Revolução Francesa), pode-se assinalar que o debate sobre o tema permanece vivo, alvo que é de inúmeras pesquisas na contemporaneidade.

Contudo, a permanência deste referencial não implica necessariamente em sua aceitação. Nesse sentido, o apontamento das fragilidades do dualismo direita-esquerda em face da realidade vivenciada pela complexa sociedade atual se faz presente em parcela importante da literatura das Ciências Sociais. Poderia a multissecular ideia de direita e esquerda apreender com razoabilidade a intrincada e ainda não inteiramente decodificada dinâmica política da era dita “pós-moderna”?

Ousamos responder positivamente a essa questão. Ainda que a precaução quanto ao simplismo interpretativo seja sempre impositiva, diríamos que a permanência de termos como “direita” e “esquerda” – acompanhados de valores específicos – excede o campo meramente acadêmico, permeando a arena política, a atuação dos partidos e a sociedade como um todo. Ressignificada e reinterpretada, a díade sobrevive no imaginário dos eleitores, no critério dos atores políticos, na efetivação da conduta dos partidos e no instrumental teórico da Ciência Política.

No próximo capítulo, passaremos para a tentativa de identificar o alinhamento do PP gaúcho neste contexto.

2 O PP GAÚCHO: IDEOLOGIA E PRÁXIS POLÍTICA CONSERVADORA

Vimos na seção anterior que os significados de direita e esquerda vêm sendo relativizados a partir de críticas formuladas por algumas correntes intelectuais contemporâneas, notadamente entre os estudiosos interessados pelo chamado “pós-modernismo”. Apesar disso, também verificamos que a validade da díade é sustentada por pesquisadores de relevo (dentre os quais se destaca Norberto Bobbio), bem como por parcela importante dos atores políticos e dos eleitores, inclusive no caso brasileiro. Almejando transcender tais argumentos, direcionando-os às especificidades do nosso objeto, ao longo do presente capítulo pretendemos analisar a formação do Partido Progressista (PP), bem como seu desempenho eleitoral. Em seguida, situaremos o partido no espectro ideológico brasileiro, recorrendo à classificação ordinariamente empreendida pela Ciência Política. Ademais, verificaremos que a localização concebida pelos progressistas a respeito de si próprios e de seu partido no *continuum* direita-esquerda guarda coerência com a opinião dos analistas e com a trajetória histórica do PP na arena eleitoral gaúcha. Nesse sentido, demonstraremos que importantes segmentos de militantes do PP no Rio Grande do Sul, conservadores declarados, permanecem alheios ao sentimento que caracteriza a “direita envergonhada” (SOUZA, 2008) e sustentam um discurso interno ideologizado que contradiz a tese de que os partidos estariam rumando à indiferenciação programática centrípeta, tornando-se *catch-all parties* (KIRCHHEIMER, 1972). Por fim, abordaremos as possíveis particularidades do partido no Rio Grande do Sul, bem como a doutrina contida nos seus documentos oficiais e em alguns materiais de campanha disponíveis.

2.1 GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DO PP. SEU DESEMPENHO ELEITORAL

Instalado em março de 1964, o regime militar promove uma ruptura institucional que fulminaria o sistema democrático inaugurado dezoito anos antes. A imposição do AI-2 extingue os velhos partidos, ao passo que o Ato Complementar nº4 disciplina a formação dos novos (impondo, na prática, o bipartidarismo). A introdução da dinâmica bipartidária trouxe consigo uma readequação das forças políticas, que antes dispersas em múltiplas siglas, passaram a agrupar-se em apenas dois blocos distintos: ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Enquanto o MDB aglutinou os opositores moderados do novo regime, pela ARENA se canalizou a atuação das elites políticas que aderiram ao governo militar.

A base do recrutamento arenista foi, *grosso modo*, a União Democrática Nacional (UDN), de onde migrou fração expressiva de seus quadros. Conquistando imediatamente 62,8% das cadeiras na Câmara dos Deputados, 69,2% dos espaços no Senado e todos os governos estaduais,²¹ o partido governista evidenciava sua supremacia política nos primeiros anos do regime autoritário. Contudo, a hegemonia da ARENA – que se consolidara com o sucesso obtido nas eleições de 1970 – sofre duros reveses a partir do pleito de 1974, enquanto os crescentes questionamentos acerca da legitimidade do regime são paulatinamente instrumentalizados pela oposição, que os transforma em capital político para impulsionar a transição.

Como consequência da agonia das instituições autoritárias, em 1979 emerge a Lei n° 6.767, que restitui o pluripartidarismo. Dentre os novos partidos, destaca-se, para os fins desta pesquisa, o PDS (Partido Democrático Social), agremiação que agasalhou a maior parte dos antigos arenistas. A figura abaixo apresenta a filiação dos deputados federais no período posterior ao bipartidarismo:

Figura 6 - Posição dos ex-emedebistas e ex-arenistas no pluripartidarismo inicial dos anos 1980:

	MDB	ARENA	TOTAL
PMDB	109	6	115
PDS	22	193	215
PP	41	28	69
PTB	1	3	4
PDT	10	–	10
PT	5	–	5
Indecisos	1	1	2
TOTAL	189	231	420

Fonte: Kinzo (1988).

Além do PDS, portanto, surgiram inicialmente o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, sucessor do extinto MDB), o Partido Popular (PP, fundado por Tancredo

²¹Sobre a disposição dos partidos no Congresso e a hegemonia conquistada pela ARENA durante os primeiros anos do regime militar, ver KINZO (1988) e SCHIMITT (2000).

Neves), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB, que se advogava herdeiro do partido homônimo existente no período anterior à ruptura de 1964), o Partido da Democracia Trabalhista (PDT, chefiado por Leonel Brizola) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

Ainda colhendo os frutos ofertados pela gigantesca estrutura da ARENA, o PDS, seu herdeiro, nasce como um típico “partido de quadros” (DUVERGER, 1980) e logra relativo êxito nas primeiras eleições pós-abertura.²² Em 1982, o partido elegeu doze (12) governadores, inclusive no Rio Grande do Sul (Jair Soares, vencedor com 34,1% dos votos,²³ seria o último chefe de executivo gaúcho proveniente das forças que compõem o atual PP). Na mesma eleição, o partido conquista dezesseis (16) cadeiras no Senado, sendo o Rio Grande do Sul representado por Carlos Alberto Chiareli.²⁴

No que se refere à Câmara dos Deputados, o PDS elege nada menos que duzentos e trinta e cinco (235) parlamentares, o que representa 49,06% dos assentos na casa, a maior votação nominal do país (43,2% dos votos válidos). Do Rio Grande do Sul partiram treze desses deputados, o que, em um universo de trinta e duas (32) vagas então disponíveis ao estado, representa 40,6% da bancada gaúcha (40,1% dos votos válidos).

Quanto ao desempenho nos legislativos estaduais, cabe assinalar que o partido ocupa quatrocentos e setenta e seis (476) das novecentas e quarenta e sete (947) cadeiras disponíveis em todo o Brasil (50,2%). Dessas, vinte e três (23) cabem aos gaúchos (41% da composição da Assembleia Legislativa e 40% dos votos válidos).

No entanto, a alta representatividade do PDS na arena política brasileira se despedaça no pleito de 1986, ocasião em que o partido não elege nenhum governador e apenas dois senadores em todo o Brasil.²⁵ O resultado ruim fica evidente também na composição da Câmara dos Deputados – onde são pedessistas apenas trinta e três (33) eleitos (6,7% das cadeiras e 7,8% dos votos válidos no país) – e nos legislativos estaduais, nos quais o PDS elegeu um total de noventa (90) representantes (9,4% das cadeiras e 9,2% dos votos válidos no país). Embora a sigla no Rio Grande do Sul tenha acompanhado o restante do partido na

²²Todos os dados eleitorais que apresentaremos daqui em diante tem como fonte as informações contidas no *site* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

²³Ainda não havia previsão de segundo turno.

²⁴Dados pormenorizados do pleito de 1982 podem ser consultados no trabalho de Nicolau (1998).

²⁵Foram eleitos pelo PDS Jarbas Passarinho (PA), e Lavousier Maia (RN). A queda de expressividade do partido pode ser explicada, entre outros fatores, pela criação do PFL, que foi composto também por muitos dissidentes do PDS.

derrota para o governo estadual e para o Senado, a cota do estado no universo de parlamentares eleitos pelo PDS foi significativa.

No que concerne à Câmara dos Deputados, os pedessistas gaúchos somaram cinco (5) cadeiras (16,1% das vagas cabíveis, sendo a segunda maior bancada no estado), enquanto na Assembleia Legislativa coube ao partido dez (10) assentos (18,2% das vagas, o que também significa a segunda maior bancada). Essa tendência de expressividade do atual PP no Rio Grande do Sul se manterá nas eleições posteriores com algumas flutuações, ao passo que os resultados do partido no Brasil se mostrarão invariavelmente inferiores em comparação com o sucesso dos gaúchos.

Com efeito, nas eleições ocorridas em 1990 o PDS elege dois (2) governadores (em 1986 não havia conquistado nenhum executivo estadual), e insere quarenta e dois (42) representantes (8,1% das cadeiras e 7,9% dos votos válidos) na Câmara dos Deputados. Nos legislativos estaduais, o partido elege oitenta e oito (88) deputados, o que reflete 8,3% das cadeiras existentes em todo o país e 8,5% dos votos válidos. Logo, desconsiderando-se o acréscimo de dois governadores eleitos, em 1990 o PDS apenas mantém o desempenho modesto obtido quatro anos antes.

Entretanto, no caso do Rio Grande do Sul, mais uma vez o partido alcança um desempenho superior em relação aos resultados apresentados pela sigla em âmbito nacional. Na Câmara dos Deputados, os pedessistas gaúchos somaram nove (9) cadeiras (29% das vagas cabíveis ao estado e 19,9% dos votos válidos). Tais números representaram numericamente a maior bancada do partido em todo o Brasil, seguida de São Paulo (com sete deputados) e Santa Catarina (cinco eleitos). No que diz respeito à composição da Assembleia Legislativa gaúcha, coube ao partido treze (13) assentos (23,6% das vagas existentes e 17,5% dos votos válidos). Na figura a seguir, procuramos compilar os dados disponibilizados pelo TSE referentes às eleições proporcionais analisadas até aqui:

Figura 7 - Desempenho do atual PP nas eleições para a Câmara dos Deputados e para as Assembleias Estaduais (1982-1990)

		Deputados Federais - BR	Deputados Federais - RS	Deputados Estaduais - BR	Deputados Estaduais - RS
1982	<i>Eleitos</i>	235	13	476	23
	<i>% das vagas disponíveis</i>	49,06	40,06	50,2	41
1986	<i>Eleitos</i>	33	5	90	10
	<i>% das vagas disponíveis</i>	6,7	16,1	6,7	18,2
1990	<i>Eleitos</i>	42	9	88	13
	<i>% das vagas disponíveis</i>	8,1	29	8,3	23,6

Ainda que os números deixem patente a trajetória descendente do partido também em âmbito estadual entre 1982 e 1986, percebe-se que a queda foi menos acentuada em comparação com os resultados obtidos pelo PDS nacionalmente. Assim, se na Câmara dos Deputados a percentagem das vagas obtidas pelo PDS nacionalmente teve uma redução de 42,3 pontos percentuais, no Rio Grande do Sul essa queda foi de 23,9 pontos. Já em relação aos legislativos estaduais, a perda de espaço do partido atingiu 43,5 pontos, ao passo que no cenário gaúcho não ultrapassou 22,8 pontos. Unidos na perda de expressão política a partir da redemocratização, o PDS nacional e o PDS gaúcho, no entanto, sofreram choques distintos de fragilização: a decadência daquele é praticamente duas vezes superior à fragilização deste.

Porém, em 1990 o partido aumenta sua representatividade no Rio Grande do Sul, enquanto o desempenho da sigla permanece estável nacionalmente. O PDS apresenta a candidatura de Nelson Marchezan na disputa pelo cargo de governador, chapa que foi conduzida ao segundo turno, obtendo, nesta fase, 1.472.356 votos. Embora o vitorioso tenha sido Alceu Collares (PDT), o bom desempenho de Marchezan provavelmente tenha contribuído para as conquistas expressivas do partido em 1990. Além disso, a estabilidade do

PDS nacional é obtida a partir de uma representatividade eleitoral bastante modesta, uma vez que os espaços ocupados pelo partido na Câmara dos Deputados e nas Assembleias Estaduais somam menos de 10% das vagas disponíveis em ambos os casos. Alheio ao desempenho do PDS nacional – que passa de 33 para 42 deputados federais (27,2% de crescimento) e de 90 para 88 deputados estaduais entre 1986 e 1990 – o partido cresceu mais no Rio Grande do Sul durante o mesmo período: passa de 5 para 9 deputados federais (80% de crescimento) e de 10 para 13 deputados estaduais (30% de crescimento), o que significa respectivamente 29% e 23,6% das vagas disponíveis.

A bancada do PDS gaúcho na Câmara dos Deputados em 1990 é numericamente a maior do partido no país, com 9 dos 42 deputados federais pessedistas eleitos (21,42%). Se levarmos em conta apenas a proporcionalidade das vagas de cada estado, os pessedistas eleitos pelo Rio Grande do Sul em 1990 compõem a terceira maior bancada do partido (9 deputados eleitos em um universo de 31 vagas cabíveis ao estado - 29%), sendo ultrapassada somente pelo Acre (3 deputados eleitos em um universo de 8 vagas cabíveis ao estado - 37,5%) e por Santa Catarina (5 deputados eleitos em um universo de 16 vagas cabíveis ao estado – 31,3%).

No tocante aos legislativos estaduais, observa-se que a bancada do PDS na Assembleia gaúcha, a exemplo do que ocorreu na Câmara dos Deputados, é numericamente a maior do partido no país: 13 eleitos em um universo de 55 vagas (23,6% das cadeiras). Proporcionalmente, os gaúchos ficam na segunda colocação, sendo superados apenas pelos pessedistas acreanos: 29,2% das cadeiras (7 eleitos em um universo de 24 vagas).

Ainda que este avanço do PDS/RS de maneira alguma seja suficiente para restituir a supremacia que o partido detinha nas eleições de 1982 (ainda sob o influxo proporcionado pela máquina eleitoral arenista e pela dinâmica bipartidária), os dados demonstram uma tendência progressiva do PDS gaúcho, em oposição à estabilidade de bases acanhadas do partido nacionalmente.

O atual PP disputa o pleito de 1994 sob a denominação de PPR (Partido Progressista Renovador), uma vez que no ano anterior o PDS fundira-se com o PDC (Partido Democrático Cristão), formando o PPR. Cabe ressaltar que esta seria a última eleição em que o partido apresenta candidatura própria à Presidência da República, o que se efetivou através do ex-governador de Santa Catarina, Espiridião Amin. O candidato obtém apenas a sexta colocação

na disputa (2,7% dos votos válidos), tendo se sagrado vitorioso Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

O péssimo desempenho em âmbito nacional, porém, ecoou apenas parcialmente no Rio Grande do Sul. De fato, excetuando-se Santa Catarina, onde os eleitores lhe conferiram 21,77% dos votos válidos, Amin conquista 8,19% dos votos no Rio Grande do Sul, o segundo melhor resultado em todo o país. Ainda que a adesão dos gaúchos ao candidato do PPR tenha sido proporcionalmente tímida, o percentual obtido no estado revela uma adesão três vezes superior à média da votação obtida junto ao restante dos brasileiros.

Diante disso, a seguinte questão se insinua: em contraposição ao anêmico desempenho de Amin nas demais unidades da federação, a adesão proporcionalmente significativa dos gaúchos à candidatura do PPR não seria fruto da preferência destes por um candidato identificado com a região sul do Brasil? Em outras palavras: o fato de Amin ser um “sulista” pode ter influenciado decisivamente o comportamento dos eleitores gaúchos que nele votaram? Uma das hipóteses capazes de clarificar esse questionamento reside no posicionamento dos eleitores paranaenses em relação à candidatura Amin. No Paraná – estado que, como o Rio Grande do Sul, faz divisa territorial com Santa Catarina e compõe a região sul – o candidato do PPR obteve 4,2% dos votos válidos. Este dado, somado à grande votação conquistada em Santa Catarina, corrobora para a explicação que propõe a questão regional como elemento chave para o desempenho diferenciado do candidato do PPR na região sul. Contudo, enquanto no Paraná a votação de Amin é uma vez e meia superior à média dos resultados obtidos nacionalmente, no Rio Grande do Sul, repita-se, a adesão (8,1%) é três vezes superior à média nacional dos votos confiados ao candidato (2,7%).²⁶

Assim, embora seja imprescindível considerar a possibilidade de que a questão regional tenha sido fundamental para a conquista desses números – afinal, em decorrência de sua origem “sulista”, um eventual governo chefiado por Amin pode ter sido concebido como potencialmente promissor pelos gaúchos – o desempenho do candidato no terceiro estado da região sul, o Paraná, não foi proporcionalmente tão significativo como o resultado atingido no Rio Grande do Sul.

A eleição para o executivo estadual em 1994 é sintomática e reclama nosso exame. Naquele pleito, o PPR apresenta a candidatura própria de Celso Bernardi, que obtém 8,7% dos

²⁶A votação de Amin nos demais estados da federação ultrapassou a casa dos 2% apenas no Distrito Federal (2,1%) e no Mato Grosso (2,04%).

votos válidos no Rio Grande do Sul. Trata-se praticamente da mesma votação obtida pelo candidato do partido à Presidência da República no estado (8,1% dos votos válidos). Se analisarmos a votação nominal dos dois candidatos, a relação torna-se ainda mais explícita: Amin recebe 393.752 votos e Bernardi conquista 393.524 votos. A julgarmos por estes dados, pode-se supor que os eleitores gaúchos que escolheram Amin escolheram Bernardi e vice-versa, o que fragiliza a presunção que insere a questão regional como única explicação para o relativo êxito de Amin no Rio Grande do Sul.

Embora os resultados não tenham sido tão exitosos nas ocasiões em que o partido lança candidaturas próprias ao executivo estadual (Celso Bernardi obteve 8,7% dos votos válidos em 1994 e 6,2% em 2002, enquanto o outro candidato progressista, Fransciso Turra, conquista 6,6% dos votos em 2006), a expressividade eleitoral do PP gaúcho se manifesta nas eleições proporcionais e nas majoritárias municipais.²⁷ A fim de evitar a análise exaustiva dos resultados de cada um dos pleitos ocorridos entre 1994 e 2010, optamos por condensar os resultados de forma que seja possível, inclusive, comparar o desempenho do PP/RS com o PP nacional. No que se refere à composição da Câmara dos Deputados, os resultados são os seguintes (sempre tendo o TSE como fonte de dados brutos):

Figura 8 – Comparação entre as cadeiras obtidas na Câmara dos Deputados pelo PP/RS e o PP nacional (1994-2010):

<i>Eleições</i>	<i>Cadeiras ocupadas pelo PP/RS</i>	<i>% das vagas cabíveis ao RS</i>	<i>Cadeiras ocupadas pelo PP</i>	<i>% das vagas do parlamento</i>
1994	7	22,6	52	10,1
1998	5	16,1	60	11,7
2002	6	19,3	49	9,5
2006	5	16,1	40	7,7
2010	6	19,3	41	7,9
Média	5,8	18,6	48,4	9,4

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (dados brutos).

²⁷De fato, a grande maioria das prefeituras comandadas por progressistas situa-se em cidades de pequeno porte localizadas no interior do Estado, onde o eleitorado tende a ser mais conservador. Este dado facilitaria a identidade entre o eleitor interiorano e o discurso do PP (SANTIN, 2005).

Através dos dados se depreende que o PP gaúcho, em comparação com o PP nacional, obtém maior sucesso na conquista das vagas disponíveis à Câmara dos Deputados. De fato, uma média de 18,6% das vagas ofertadas por cada legislatura ao estado do Rio Grande do Sul são preenchidas pelo partido. Em contrapartida, no mesmo período o PP nacional ocupou uma média de 9,4% das cadeiras disponíveis,²⁸ o que significa que o PP/RS possui uma expressividade duas vezes superior ao PP nacional. Além disso, é de estabilidade a tendência dos progressistas no Rio Grande do Sul (uma estabilidade expressiva), ao passo que o PP nacional demonstra um desempenho que, embora apenas levemente descendente, ocupa uma fatia de menos de dez por cento da representação na Câmara dos Deputados. Também cabe referir que a bancada oriunda do PP/RS esteve sempre entre as maiores do partido, numérica e proporcionalmente. Compilando dos dados do TSE, os resultados do PP nos legislativos estaduais foram os seguintes:

Figura 9 – Comparação entre as cadeiras obtidas nas Assembleias Legislativas pelo PP/RS e o PP nacional (1994-2010):

<i>Eleições</i>	<i>Cadeiras ocupadas pelo PP/RS</i>	<i>% das vagas disponíveis na Assembleia Legislativa</i>	<i>Cadeiras ocupadas pelo PP</i>	<i>% das vagas disponíveis em todas as Assembleias Estaduais</i>
1994	13	23,6	110	10,4
1998	11	20,7	106	10,02
2002	10	18,1	91	8,5
2006	9	16,3	53	5,01
2010	7	12,7	49	4,6
Média	10	18,2	81,8	7,7

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (dados brutos).

Os dados sugerem que o PP vem perdendo sua expressividade, tanto no contexto do Rio Grande do Sul quanto no âmbito que computa a totalidade das Assembleias estaduais.²⁹ Cumpre também assinalar que é possível visualizar um padrão de queda gradual e contínua na

²⁸Salientamos que as vagas conquistadas pelo PP/RS foram somadas ao total de vagas obtidas pelo PP nacional.

²⁹A exemplo da metodologia que empregamos para avaliar a Câmara dos Deputados, o número de vagas obtidas pelo PP na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul foi somado às demais cadeiras conquistadas nas outras Assembleias estaduais.

representatividade dos progressistas na Assembleia gaúcha, o que não se verifica em relação à Câmara dos Deputados. Os fatores que motivaram essa queda fogem dos propósitos dessa dissertação, mas podemos ressaltar que o PP/RS possuía proporcionalmente na Assembleia gaúcha mais do que o dobro das vagas pertencentes ao PP nacionalmente entre 1994 e 2002. Já entre 2006 e 2010, a essa diferença é três vezes superior, o que evidencia que os progressistas gaúchos, embora fragilizados, têm muito mais êxito eleitoral do que a média dos seus correligionários dos demais estados. Na média, o PP/RS ocupa 18,2% das vagas da Assembleia Legislativa, enquanto os progressistas, nacionalmente considerados, ocupam em média apenas 7,7% das vagas nos parlamentos estaduais durante o período. Logo, a exemplo do ocorrido da Câmara dos Deputados, a representatividade do PP/RS é mais de duas vezes superior àquela obtida pelo PP nacional.

Além disso, os resultados do PP/RS nas eleições à Câmara dos Deputados e à Assembleia estadual guardam certa similaridade, fato que pode significar alguma estabilidade eleitoral, mantida com base na identificação com extratos definidos do eleitorado. Com efeito, os índices proporcionais de participação dos progressistas sobre a totalidade das vagas possíveis ao Rio Grande do Sul em ambas as casas legislativas é bastante similar:

Figura 10 – Comparação entre as cadeiras obtidas pelo PP/RS na Assembleia Legislativa gaúcha e as vagas obtidas na bancada do Rio Grande do Sul na Câmara dos Deputados (1994-2010):

<i>Eleições</i>	<i>% das vagas do PP/RS sobre o total das vagas cabíveis ao RS na Câmara dos Deputados</i>	<i>% das vagas do PP/RS na AL/RS</i>
1994	22,6	23,6
1998	16,1	20,7
2002	19,3	18,1
2006	16,1	16,3
2010	19,3	12,7
Média	18,6%	18,2%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (dados brutos).

A média dos assentos ocupados pelo PP/RS no período é praticamente o mesmo: 18,68% das vagas cabíveis ao estado na Câmara dos Deputados e 18,28% das cadeiras totais da Assembleia Legislativa gaúcha. Além disso, em cada uma das eleições analisadas a variação entre os desempenhos do partido em um e outro parlamento é relativamente tímida (excetuando-se o ano de 2010, cuja variação foi superior a seis pontos). Essa variação sutil pode indicar a existência de uma adesão eleitoral mais ou menos estável. Porém, ainda que a média das cadeiras ocupadas seja quase idêntica em ambas as casas, não se pode ocultar que os progressistas de fato estão gradualmente perdendo espaços no parlamento gaúcho nas últimas cinco eleições, fato que suscitaria outras pesquisas.

Por fim, a representatividade do PP no Rio Grande do Sul também é considerável se levarmos em conta o desempenho do partido nos pleitos municipais ocorridos entre 1996 e 2008.³⁰ O PP conquistou os seguintes resultados:

Figura 11 – Prefeituras conquistadas pelo PP no Rio Grande do Sul (1996-2008):

<i>Eleição</i>	<i>Prefeitos eleitos pelo PP</i>	<i>Total de prefeituras</i>	<i>% sobre o total de prefeituras</i>
1996	142	469	30,2
2000	175	493	35,4
2004	134	496	27,1
2008	148	496	29,8
Média	149,7	488,5	30,6

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (dados brutos).

Os números são expressivos, já que em média 30,5% dos municípios gaúchos foram comandados por prefeitos progressistas entre 1996 e 2008, sendo que o PP é atualmente o maior detentor de prefeituras entre todos os partidos do Rio Grande do Sul. Além disso, a exemplo do que ocorre na representação do partido na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa, nota-se alguma estabilidade no número de eleitos. Porém, a tendência

³⁰O TSE não divulga informações referentes às eleições municipais anteriores à 1996, motivo pelo qual as desconsideramos.

decrecente que caracteriza o histórico do partido no preenchimento das vagas na Assembleia Legislativa não se repete ostensivamente no caso das prefeituras. Nos municípios, é tênue a oscilação entre os resultados de cada uma das eleições, o que também pode evidenciar a existência de uma adesão eleitoral mais ou menos estável.

Quanto à vereança, a performance do PP/RS não é menos exitosa:

Figura 12 – Vereadores eleitos pelo PP no Rio Grande do Sul (1996-2008):

<i>Eleição</i>	<i>Vereadores eleitos pelo PP</i>	<i>Total de vagas disponíveis</i>	<i>% sobre o total de vagas</i>
1996	1418	4848	29,2
2000	1448	5113	28,3
2004	1206	4584	26,3
2008	1175	4573	25,6
Média	1311,7	4779,5	27,3

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (dados brutos).

A exemplo das prefeituras, nota-se que a representatividade do PP nas câmaras municipais gaúchas é considerável. Em média 27,3% dos vereadores eleitos no período estudado são progressistas. A tendência à estabilidade também é perceptível, uma vez que a variação entre o melhor e o pior resultado não atinge a casa dos quatro pontos percentuais, ainda que tenham transcorrido doze anos.

Mesmo em face das derrotas das candidaturas próprias ao governo estadual, atesta-se que o PP/RS, em suma, possui significativa expressividade eleitoral no Rio Grande do Sul, preenchendo em média 18,68% das vagas oferecidas por cada legislatura ao estado na Câmara dos Deputados e 18,28% das cadeiras na Assembleia Legislativa entre 1994 e 2010. Além disso, em média 30,56% dos municípios gaúchos foram governados pelo PP desde o pleito de 1996, e a média dos vereadores progressistas no estado atinge a casa dos 27,3% no mesmo período.

A consistência e a relativa estabilidade das votações recebidas pelo PP/RS, ontem e hoje, devem ser explicadas mais pela estrutura e pela estratégia política do partido do que por fatores aleatórios. Nesse sentido, elementos como a formação da militância do partido e seu discurso ideológico requerem atenção.

Emerge assim o questionamento: como se processa o discurso do PP/RS? Conforme procuraremos demonstrar a seguir, o discurso conservador difundido pelo partido – especialmente pela FTD – e acatado pelos seus militantes, possivelmente lhe permite identificar-se com parcelas significativas do eleitorado gaúcho, que de acordo com os dados vistos até aqui, demonstram possuir alguma fidelidade eleitoral para com o partido e o capacitam a ser uma das forças políticas mais importantes do estado, ao contrário daquilo que ocorre no cenário nacional, onde o PP é apenas um figurante.

2.2 O PP E A CLASSIFICAÇÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA

A tentativa de posicionar os partidos políticos no *continuum* ideológico direita-esquerda é um exercício recorrente na Ciência Política. Ainda que o componente central de muitos trabalhos não seja propriamente a análise da ideologia dos partidos, a profusão de pesquisas que de algum modo buscam embasamento também neste discernimento evidencia a legitimidade do tema na atualidade, fato que robustece os pressupostos que inferimos no capítulo anterior. Entretanto, o mosaico de pesquisas existentes não nos impede de sintetizar os dados disponíveis em um quadro relativamente consensual, notadamente no que concerne à posição ocupada pelo PP no espectro ideológico formado pelos partidos em atuação no Brasil:

Apesar do debate a respeito da institucionalização e consistência do sistema partidário brasileiro, a ordenação dos partidos no eixo esquerda-direita não costuma ser objeto de grandes controvérsias e geralmente os analistas concordam com a classificação que coloca o PP, o PTB e o PFL na direita, o PMDB e o PSDB no centro e o PPS, PCdoB, PDT, PT e PSB na esquerda (TAROUÇO, 2007, p. 39-40).³¹

Com efeito, a ausência de controvérsias profundas nos permite prescindir da exposição exaustiva de todas as pesquisas que abordaram a temática no Brasil, bastando a citação de trabalhos referenciais. Leôncio Martins Rodrigues, por exemplo, assevera que existiriam três “blocos ideológicos” no sistema partidário brasileiro, sendo inseridos, “no bloco da direita, o PPB e o PFL; no do centro, o PMDB e o PSDB e, no da esquerda, o PDT e o PT”

³¹Como se percebe, a classificação de Tarouco e as pesquisas que apresentaremos em seguida abarcam algumas agremiações renomeadas ou já extintas. Todavia, parece claro que a eventual obsolescência de parte dos dados não compromete o contexto ou a adequação dos partidos ainda ativos ao eixo ideológico proposto.

(RODRIGUES, 2002, p. 32). De acordo com o autor, “essa classificação ideológica é predominante entre os cientistas políticos brasileiros e estrangeiros e corresponde àquela veiculada pelos meios de comunicação”, acrescentando em seguida que diante da unanimidade erigida, contenta-se em “acompanhar as avaliações expressas pela maior parte dos especialistas, meios de comunicação e pelos eleitores mais informados” (idem, p. 32).

Já Marengo dos Santos, (2001, p. 82) sugere a seguinte classificação: “Direita (PDS/PPR/PPB, PFL, PTB, PRN, PL, PDC, PSC, PRS, PTR, PP, PST, PMN, PSD, PRP, PRONA e PSL)³², Centro (PMDB e PSDB) e Esquerda (PT, PDT, PSB, PCB/PPS, PC do B, PV e PSTU). A definição de Carreirão (2006, p. 143) é basicamente a mesma: “Direita: PP (PPB; PPR; PDS); PFL; PRN; PDC; PL; PTB; PSC; PSP; PRP; PSL; PSD e PRONA. Centro: PMDB e PSDB. Esquerda: PT; PDT; PPS; PCdoB; PSB; PV; PSTU; PCO e PMN”.

Mainwaring (1999) expande as gradações possíveis do *continuum* ideológico, inserindo categorias como “centro-esquerda” e “centro-direita”, inexistentes nas mensurações de Tarouco, Rodrigues, Santos e Carreirão. De acordo com o brasilianista, na esquerda ficariam enquadrados o PT, o PSB e o PPS; na centro-esquerda, o PSDB e o PDT; no centro, o PMDB; na centro-direita, o PTB; na direita, o atual PP e o DEM. A disposição dos partidos na escala ideológica é apresentada ainda por Power e Zucco (2009, p. 11), guardando poucas divergências em relação às pesquisas já citadas:

Figura 13 - Disposição dos partidos políticos no *continuum* esquerda-direita conforme os deputados federais entrevistados por Power e Zucco (2009):

1990	PC do B	PT	PCB	PSB	PDT	PSDB	PMDB	PTB	PL	PDC PRN	PFL	PDS		
1993	PC do B	PT PSTU		PSB	PPS	PDT	PSDB	PMDB	PP	PTB	PL PFL	PPR	PRN	
1997	PC do B	PT		PSB	PPS	PDT	PMDB	PSDB	PTB	PL	PFL	PPB		
2001		PC do B	PT	PSB	PDT	PPS	PMDB PSDB		PL PTB		PFL	PPB		
2005		PC do B		PSB PT		PPS	PDT	PMDB PSDB		PTB PL		PFL PP		
2009	PSOL	PC do B		PSB PT		PDT	PV	PPS	PMDB PSDB		PTB	PR	PP	DEM

³²PRN, PL, PDC, PSC, PRS, PTR, PP, PST, PSD e PRONA foram extintos.

A figura acima procura demonstrar a trajetória ideológica dos partidos políticos brasileiros entre os anos de 1990 e 2009 de acordo com a percepção dos deputados federais que colaboraram com os autores. Como é possível se depreender, o PP³³ invariavelmente ocupa uma posição à direita, o que ocorre também nos estudos de Tarouco, Rodrigues, Santos, Carreirão e Mainwaring. Cumpre ressaltar, ademais, que de acordo com as medições de Power e Zucco o partido esteve na posição mais à direita em quatro das seis medições empreendidas.³⁴ Com efeito, a tabela que reproduzimos sugere que em 1993 os progressistas teriam sido superados pelo PRN – partido já extinto que ofereceu sustentação ao governo do ex-presidente Fernando Collor – e em 2005 passam a dividir a direita com o PFL, sendo ultrapassados na escala pelo DEM (sigla sucessora do PFL) apenas em 2009. Nas quatro avaliações restantes o PP foi apontado como o mais direitista dos partidos políticos brasileiros. Essa reincidência do PP nas posições à direita é sintomática, evidenciando a inexistência de desacordos decisivos no que se refere à sua constituição ideológica.

2.3 PP/RS: UM CASO DE “DIREITA ENVERGONHADA”?

Se a localização do PP no *continuum* ideológico direita-esquerda não é matéria de dissenso entre os cientistas políticos, qual seria a percepção dos militantes do próprio partido a respeito deste tema? Haveria, no caso específico do Rio Grande do Sul, uma disposição para que os filiados acompanhem a opinião dos analistas, associando o PP ao campo político da direita? Ou, pelo contrário, a tendência predominante consistiria na negação desta associação, fato que produziria um exemplo típico de “direita envergonhada”?³⁵

Temos no trabalho de Santin (2005) um primeiro instrumento capaz de mensurar a percepção dos progressistas acerca da definição ideológica do partido ao qual pertencem. Ainda que o núcleo duro do exame de Santin não seja a análise da doutrina do PP, sua pesquisa traz à luz dados importantes para o nosso problema. O autor entrevistou algumas lideranças de destaque no partido, perguntando-lhes, entre outras coisas, em que posição do espectro ideológico eles situariam o PP. Um dos respondentes, Celso Bernardi, ex-deputado,

³³Em virtude das sucessivas trocas de nome, o partido aparece como PDS em 1990, PPR em 1993 e PPB nos anos de 1997 e 2001. Somente a partir do ano de 2005 surge a sigla “PP”.

³⁴Embora Tarouco, Santos e Carreirão tenham inserido o PP (eventualmente sob suas antigas denominações) na extremidade direita do *continuum* em suas respectivas medições, não podemos concluir que esse posicionamento foi concebido a partir de uma comparação gradativa em relação aos outros partidos considerados de direita. A mesma ponderação se aplica ao caso de Mainwaring, em cuja pesquisa o PP aparece *antes* do DEM.

³⁵O fenômeno da “direita envergonhada” (SOUZA, 1988) foi examinado no capítulo anterior. Em decorrência disso, daqui em diante nos limitaremos a aplicar o conceito para o caso do PP/RS, sem discutir seus significados mais amplos ou sua abordagem pela Ciência Política.

ex-candidato a governador pelo PP/RS e atual presidente do partido no estado, sustenta que “eu não gosto dessas questões de centro, centro-esquerda, centro-direita. Eu acho que isto está um pouco superado. Nós somos um partido de centro, porque a virtude está no centro” (SANTIN, 2005, p. 225). Outro entrevistado, o então deputado estadual Jerônimo Goergen,³⁶ tem visão bastante similar:

Parece que não existem estes conceitos, direita e esquerda, pela confusão que estão os partidos. O nosso partido, ele tem essa característica: dependendo da tese nós nos mantemos entre a centro-esquerda e a centro-direita (...). Nós não somos nem direita nem esquerda, a gente migra entre a centro-direita e a centro-esquerda dependendo da tese que tenha o interesse da sociedade (idem, p. 232).

A opinião de uma terceira liderança entrevistada, a então deputada estadual Leila Fetter, não é diferente daquelas defendidas pelos seus correligionários acima citados:

eu tenho um pouco de preconceito em relação a este tipo de rotulação aos partidos, porque o que a gente tem observado ultimamente aí é que os partidos ditos de esquerda, que se caracterizam como esquerda, tem adotado posições às vezes muito mais à direita do que os chamados partidos de direita. (...) A gente tem que ir avançando, revendo posições, revendo ideologias, adaptando ao desenvolvimento e à evolução mundial. Então, eu não gostaria de fazer essa rotulação (ibidem, p. 266).

Em primeiro lugar, nota-se uma tentativa de negar a validade dos critérios ideológicos para diferenciar os partidos na atualidade. Na visão dos entrevistados, rótulos como “direita” e “esquerda” seriam incapazes de caracterizar adequadamente as forças políticas, o que lhes aproxima da concepção manifestada pelos intelectuais interessados pela “pós-modernidade”, conforme já verificamos. Além disso, os partidos estariam, segundo os entrevistados, rumando à indiferenciação programática – o que robusteceria os pressupostos de Kirchheimer (1972) –, sendo-lhes necessário alçar o interesse social acima da ideologia. Nesse sentido, surgem assertivas como “a gente migra entre a centro-direita e a centro-esquerda dependendo da tese que tenha o interesse da sociedade” e “a gente tem que ir avançando (...) revendo ideologias, adaptando (...) à evolução mundial”.

Ao refutarem a validade da diferenciação entre esquerda e direita, apostando no centrismo, as três opiniões evadem-se de associar o PP à direita e reproduzem o típico fenômeno de “direita envergonhada”. Com efeito, as declarações dos três entrevistados dão fôlego à conclusão de que: “à esquerda, não lhe incomoda aparecer como tal, antes, lhe agrada; os políticos de direita, por sua vez, têm o reflexo de se esconder como tais”,

³⁶Goergen atualmente é deputado federal pelo PP.

decorrendo daí que “os homens de direita que se declaram de direita, que ‘se assumem’, são bem raros” (PIERUCCI, 1999, p. 72-73).

A relutância dos políticos profissionais em ligarem seu próprio partido à direita – identificando a si próprios, por consequência, como direitistas – encontra uma explicação possível na presunção de que o termo direita, no Brasil, estaria intrinsecamente relacionado com o regime militar instalado em 1964. O ônus eleitoral decorrente da identificação com o autoritarismo, supõe-se, seria particularmente nocivo para a manutenção de carreiras políticas exitosas. No caso do PP, possivelmente esse temor seja particularmente acentuado, sobretudo se considerarmos que o partido é o principal herdeiro político da ARENA, justamente o partido que ofereceu sustentação ao regime militar no Congresso Nacional. Justificar-se-ia, assim, a postura de parte dos políticos profissionais do PP/RS, que embora pertencentes à direita, dela procuram afastar-se (pelo menos na dimensão que abarca o discurso externo).

Mas e no que se refere ao *discurso interno* dos políticos? A “direita envergonhada” se repetiria *intra muros*? Mais: como se configuraria o *discurso interno do PP*, especialmente no âmbito da formação de seus quadros? Também os militantes internalizariam e reproduziriam o sentimento característico da “direita envergonhada”?

2.3.1 A mensagem institucional externa do partido

Respondemos a primeira pergunta com base em uma observação empírica realizada durante nossa participação em um evento promovido pelo PP. Também chamado de “retiro” pelos militantes devido à ênfase cristã e ao regime de internato imposto aos participantes, o evento, planejado pela Fundação Tarso Dutra (FTD), intitulou-se “VIII Curso de Formação Humanística e Política”, teve duração de três dias ininterruptos (abril de 2011) e ocorreu em um antigo convento localizado na cidade de Porto Alegre/RS. Durante uma das atividades, uma liderança histórica do partido no estado declarou, em atenção a uma interpelação proferida por um dos participantes, que “é melhor ser de direita e ser filho do regime militar do que ser do partido que é filho da quadrilha do mensalão”.³⁷ Contudo, esse mesmo político, em entrevista concedida a Santin, afirma que o PP se situaria no “centro” (SANTIN, 2005). Portanto, a mesma liderança, quando se dirige internamente aos militantes, sustenta que o PP/RS seria um partido de direita, ao passo que, ao manifestar-se em uma entrevista que

³⁷Referência ao escândalo da “compra” de parlamentares pelo governo durante a gestão do ex-presidente Lula da Silva. Uma vez que a transferência dos valores ocorria mensalmente, o episódio ficou popularmente conhecido como “mensalão”. O partido aludido pelo palestrante, é, sem dúvida, o Partido dos Trabalhadores (PT).

sabidamente seria publicada externamente, considera que o partido situa-se no centro do espectro ideológico.

Tendo como ponto de partida um caso específico – que, no entanto, provavelmente não seja um caso isolado – podemos presumir que o discurso externo dos políticos profissionais eventualmente pode diferir do discurso interno. No entanto, a inflexão à direita percebida entre uma e outra declaração poderia ser expandida também para o partido como instituição? Em outras palavras: haveria uma diferenciação ideológica substancial entre a propaganda partidária do PP (discurso externo) e a doutrinação dirigida aos seus quadros (discurso interno)?

No tocante ao discurso externo, as inserções partidárias do PP/RS veiculadas nos meios de comunicação (rádio e televisão) no ano de 2010 oferecem dados interessantes. Agasalhadas pela lei nº 9096/95, tais inserções tem como pressuposto a difusão da mensagem institucional do partido, sendo vedada a propaganda de candidatos a cargos eletivos. Em decorrência desta característica, entendemos que sua análise, *a priori*, pode ser mais promissora devido a maior incidência de elementos ideológicos inerentes ao partido, elementos esses que dizem respeito à cosmovisão e às bandeiras doutrinárias da instituição. Seriam, na terminologia de Panebianco (2004), os “incentivos coletivos” utilizados como atrativo de recrutamento pelas organizações partidárias.

Em uma das inserções, voltada à juventude, pode-se constatar o seguinte discurso: “quem disse que o jovem tem que usar camiseta do Che Guevara e sair protestando toda hora? Quem disse que o jovem tem que ser de esquerda?” (PARTIDO..., 2010a). Ainda que a palavra “direita” não esteja presente, percebe-se uma postura de enfrentamento com a esquerda, que é explicitamente nomeada. Da mesma forma, o repúdio à Guevara pode significar que a mística a ele associada pelo imaginário esquerdista (revolução, revolta, contestação) não é vista com simpatia pelo PP. De fato, em artigo publicado no *site* oficial do PP/RS,³⁸ Cléber Benvegnú, ex-dirigente da FTD, reflete:

O 40º aniversário da morte de Che Guevara foi comemorado por grande parcela da esquerda brasileira e mundial. Essa festança toda nada mais é do que parte da estratégia de distorcer a história para adequá-la às próprias conveniências ideológicas. Eles querem que a gurizada continue ostentando a figura de Che em suas camisetas, acessórios e tatuagens – como fazem os “exemplares” Maradona e Mike Tyson -, sem saber, na maioria das vezes, quem foi e o que pensava esse

³⁸Saliente-se que a severa crítica formulada por Benvegnú, ao constar no *site* do PP, pode ser considerada como discurso externo.

revolucionário nascido na Argentina. (...) Eis a falseta interpretativa que envolve Che Guevara: ele foi coerente – sim – com seu ideal revolucionário. Só que esse ideal era de um poder totalitário, sangrento e odioso. Esse líder que tantos veneram se transformou, em nome de suas utopias, numa verdadeira máquina de matar. E nunca escondeu isso de ninguém: matava com naturalidade (BENVEGNÚ, [2007?]).

O contraponto ao modelo de juventude cujo símbolo é Guevara e a afirmação dos valores conservadores é evidente em outra inserção, também voltada ao público jovem. Nela, o então presidente nacional da Juventude Progressista, o gaúcho Pedro Feiten, declara:

Quem disse que o jovem tem que fazer baderna? Isso tá tão fora de moda... O jovem da moda é aquele que quer crescer na vida: fazer um estágio, formar família, ter uma profissão. Não é o jovem da baderna. É o jovem da fila do emprego, da festa, da faculdade, da igreja (PARTIDO..., 2010b).

Tendo como parâmetro de comparação a primeira peça de propaganda citada, pode-se perceber que a “baderna” é implicitamente atrelada à esquerda, que representaria uma postura ultrapassada (“fora de moda”). Já a antítese da esquerda seria inteiramente permeada por valores tidos como positivos: o trabalho, o estudo, a família e a igreja. Em oposição à desordem (“baderna”), propõe-se a ordem, elemento que, para Bobbio (1995), é caro ao pensamento conservador. Ademais, é curioso observar que aspectos como família e religiosidade não são frequentemente instrumentalizados como fonte de mobilização para o extrato jovem da população, ordinariamente relacionado a valores como ruptura, mudança e contestação. No discurso do PP, porém, ir à igreja e preocupar-se em constituir família tornam-se apelos mobilizadores direcionados precisamente aos jovens. A apologia dos princípios vinculados à direita ocorre ainda em outra inserção:

Você que acha que o mundo virou de cabeça pra baixo. Você que ainda crê em Deus, na família, no respeito entre pais e filhos, alunos e professores. Você que quer os bandidos na cadeia e menos crimes nas ruas. Então levanta da cadeira e vem fazer a tua parte (PARTIDO..., 2010c).

Cabe frisar que o discurso é permeado pela ideia de que a sociedade estaria imersa na desordem e na inversão de valores. O antídoto para o mundo que “virou de cabeça pra baixo” seria, em última análise, o retorno à tradição, outro princípio que Bobbio identifica com o conservadorismo. Assim, aqueles que crêem em Deus, na família e “no respeito” às hierarquias (“pais e filhos, alunos e professores”) deveriam agir, juntando-se ao PP: “vem fazer a tua parte”. Em artigo publicado no *site* do PP/RS (o que, em decorrência da natureza pública do veículo, configura discurso externo) Percival Puggina explicita os fundamentos do conservadorismo e sua oposição aos valores atribuídos à esquerda:

Os conservadores, prezado leitor, defendem tudo aquilo que você quer ver conservado: as liberdades, a ordem, a família, os valores, a religião, a democracia, o respeito à propriedade privada. Se opõem às revoluções e à violência como instrumento de ação política. Sabem que a justiça social é resultado do progresso econômico e da boa política e não das utopias, das revoluções e do relativismo, num cenário de desprezo pela ordem e pelos valores morais. Os conservadores, prezado leitor, respondem pelo progresso e produzem excelentes governos. Eram conservadores os políticos que tiraram a Europa da fome endêmica, fazendo avançar a democracia constitucional, enquanto outros, lá no Leste Europeu impuseram seu totalitarismo até que o regime caiu por pobre e podre (PUGGINA, [2010?]).

Pode-se alegar que este breve exame da propaganda institucional do PP/RS exibida nos meios de comunicação e de trechos de artigos publicados no *site* da sigla não seria suficiente para sustentar a hipótese de que o partido, manifestando-se institucionalmente, reproduziria invariavelmente um discurso externo abertamente direitista.³⁹ Não nutrimos essa presunção. Embora seja possível (e provável) que o discurso “envergonhado” eventualmente se faça presente em esferas como Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) e em manifestações de líderes do partido, a análise deste material pode não representar plenamente a visão do partido ao comportar interesses pessoais e eleitorais. No entanto, o conteúdo de algumas inserções e de artigos publicados no *site* dos progressistas sugere que o discurso externo do partido, se não é integralmente direitista, apresenta elementos típicos do conservadorismo. Logo, este discurso não pode ser indiscriminadamente associado à “direita envergonhada”.

2.3.2 O discurso interno

Já no âmbito do discurso interno, o fenômeno da “direita envergonhada” é ainda menos patente. Importa referir que durante o citado evento promovido pela FTD pudemos observar a presença constante de termos como “direita” e “conservador”, mencionados inúmeras vezes por vários palestrantes sob um viés invariavelmente positivo. Uma das palestras, por exemplo, intitulou-se “Comunicação política de um partido de conservador e progressista”, onde se pretendeu refletir acerca dos métodos mais adequados que seriam necessários para cooptar o eleitor conservador para o PP. Reproduzindo pesquisas que mensuraram a opinião do eleitorado brasileiro a respeito de temas como aborto, direito de propriedade, religiosidade e recrudescimento da lei penal, o palestrante, doutor em Ciência Política, concluiu que o eleitor seria “sensível às teses conservadoras” e que o PP se

³⁹Poderíamos, a exemplo de Almeida (2004), analisar o estatuto do partido. Porém, entendemos que este documento, por abarcar o PP nacionalmente, talvez não represente a doutrina e a praxis política do PP gaúcho. Sobre as possíveis diferenças entre o PP/RS e o PP nacional, ver o item 2.4 deste capítulo.

credenciaria como o partido mais indicado para difundi-las com êxito.⁴⁰ Para tanto, o partido precisaria: 1) investir na “formação ideológica” de seus militantes; 2) reverter a “dominância da retórica de esquerda nos meios de comunicação”, criando uma linguagem própria para a comunicação política com os eleitores; 3) formar “redes intelectuais” capazes de dar sustentação teórica aos pressupostos conservadores; 4) envolver-se com bases sociais populares e; 5) impedir que a esquerda efetive a “apropriação de bandeiras e teses” que originalmente pertenceriam a direita.

Outra palestra, proferida por um político experimentado, intitulou-se “*Case de Pelotas: uma gestão progressista conservadora*”, onde foi exposta a prática administrativa do PP/RS nas prefeituras. Interessa-nos aqui acentuar que os termos “progressista” e “conservador” novamente são apresentados como complementos (senão sinônimos), o que evidencia que o partido elabora uma significação particular do progressismo, que na terminologia política é associado à esquerda. Logo, o PP seria simultaneamente progressista e conservador, entendendo-se por “progressista” aquela proposta política que almeja a prosperidade e a melhoria das condições sócio-econômicas, sem qualquer sintonia com os valores da esquerda.

Essa concepção é chancelada por outro palestrante, ex-dirigente da FTD. Em sua exposição, intitulada “Ideologias políticas”, o palestrante ponderou que o progressismo consistiria em “conservar o que está bom e mudar o que não está, mas sempre gradualmente”. Para ele, esta postura não se confundiria com o reacionarismo, uma vez que “o reacionário quer voltar para trás; nós não: só queremos conservar o que é bom, preservando os valores”. Logo, a realização do progresso reclamaria necessariamente a preservação de algumas estruturas tradicionais já consolidadas, sem as quais o avanço se tornaria ruptura. Sobre o assunto, outro palestrante, diretor da FTD, escreve no *site* da entidade:

No Brasil o termo conservador assumiu uma conotação pejorativa. Conservador tornou-se sinônimo de retrógrado, defensor da manutenção de privilégios e do *status quo*. Nada mais longe da realidade: o verdadeiro conservador é aquele que preserva as conquistas do progresso humano, que incluem alguns dos mais basilares direitos do cidadão. Conservador é quem também defende avanços nestas conquistas e busca aprimorá-las, sempre respeitando os direitos individuais e as liberdades fundamentais (HATTEM, [2011]).

Portanto, se a visão de progressismo do PP almejar a mudança gradual juntamente com a preservação de determinados valores, o conservadorismo perseguiria a preservação das

⁴⁰Esta assertiva é compartilhada por outro palestrante do evento. Empresário e ex-dirigente da FTD, ele assegurou que “as eleições presidenciais têm sido um teatro dominado pela esquerda. Apesar disso, o povo brasileiro é conservador e aceita as nossas ideias”.

“conquistas do progresso humano”. Com base neste raciocínio, ser conservador é ser progressista (e vice-versa).⁴¹ Ancorando-se em tal percepção, o palestrante, em exposição denominada “O sentido e a função dos partidos políticos: os partidos conservadores europeus”, discorreu acerca de sua viagem à Europa, onde, representando a FTD e o PP/RS, manteve contato com algumas siglas consideradas próximas ideologicamente ao PP. A motivação da viagem, segundo ele, seria estabelecer laços com partidos específicos, como o Partido Popular (Espanha), o *Il Popolo della Libertà* (Itália) e o Partido Democrata-Cristão (Portugal). A partir destes contatos iniciais, o PP pretendia estabelecer relações permanentes com os partidos conservadores europeus, a fim de adaptar os métodos de ação destas agremiações ao contexto brasileiro. As conclusões são formuladas pelo próprio palestrante no *site* da FTD:

A visita aos três países mencionados e às lideranças políticas conservadoras demonstrou que a ideologia do nosso Partido Progressista brasileiro continua muito atual. No Brasil, apesar de o *establishment* político buscar incessantemente classificar erradamente toda ideia conservadora ou de direita anacrônica e equivocada, encontramos em nossa sociedade um grande respaldo à ideologia e à postura conservadora. Buscar exemplos no exterior do sucesso que partidos políticos estão tendo em apresentar com clareza e correção tais ideias a sociedade e como elas estão resultando em vitórias eleitorais é da maior importância, sobretudo neste momento de grave relativismo moral predominante e da crise dos valores e princípios que sempre sustentaram as democracias ocidentais e que hoje encontram-se sob forte ataque (HATTEM, [2011]).

Seria desnecessário destacar que a linguagem deste excerto é bastante ideologizada, notando-se claramente a apologia do conservadorismo. Depreende-se que haveria no Brasil um esforço contínuo para desqualificar as propostas políticas oriundas do campo da direita. A despeito disso, a sociedade brasileira seria receptiva a essas propostas, respaldando a “ideologia” e a “postura conservadora”. Uma vez que este apoio não tem se traduzido em adesão eleitoral massiva, caberia ao PP apreender os métodos utilizados com sucesso pelos partidos conservadores europeus, aplicando-os no Brasil.

Assim, se no discurso externo desenvolvido pelo PP/RS se verifica a presença de elementos que depõem contra o fenômeno da “direita envergonhada”, no discurso interno do partido essa tendência é ainda mais flagrante. Novamente ressaltamos que não seria prudente descartar a existência de mensagens “envergonhadas” também no discurso interno dos progressistas. Porém, ao menos no campo que abrange a formação doutrinária da militância,

⁴¹O julgamento de outro diretor da FTD não difere desta conclusão: “o progressista, eu vejo hoje não como alguém revoltado com tudo e contra tudo, mas justamente aquele que quer, visando o futuro, trabalhar em prol da manutenção dos valores com uma abertura para a visão solidária de um mundo melhor” (SANTIN, 2005, p. 229).

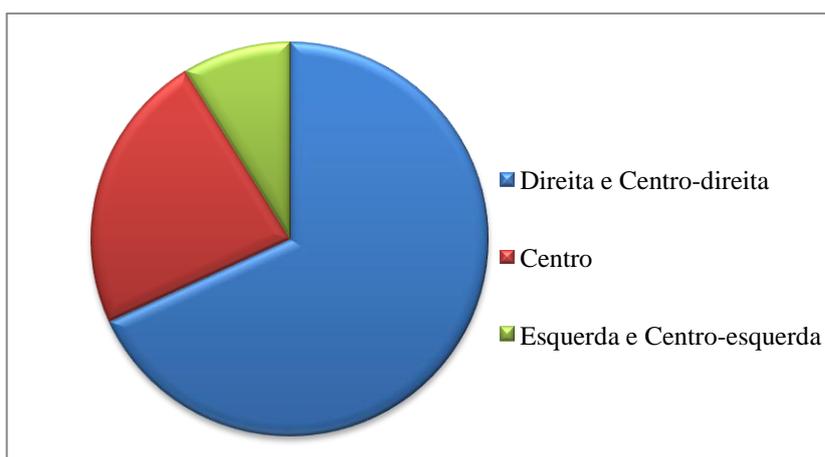
há um esforço permanente de afirmação dos valores ligados ao conservadorismo, o que percebemos através de observação participante experienciada no seio do próprio PP.

2.3.3 A visão dos militantes

Por fim, uma última questão se impõe: qual é a postura dos militantes do PP/RS? Em que medida a militância progressista absorve o discurso interno do partido, que, como vimos, não reflete o fenômeno da “direita envergonhada”?

Santin (2005) nos oferece alguns subsídios para elucidar essas interrogações. Quando instados pelo autor a classificar o PP na escala esquerda-direita,⁴² vinte e sete (27) militantes declararam que o partido pertence à “direita” e trinta e cinco (35) à “centro-direita”. Considerando um universo de 91 respondentes, a percentagem daqueles que optaram pelo campo situado mais à direita é relativamente alta: 68,1%. Além disso, apenas sete (7) dos militantes consultados sustenta que o partido pertence à “centro-esquerda” e um (1) optou por associá-lo à “esquerda” (alternativas que, somadas, representam 8,7% da amostra), enquanto vinte e um (23%) preferiram afiançar que o PP pertence ao “centro”. A fim de clarificar estes dados, confeccionamos a figura a seguir:

Figura 14 – Percepção dos militantes do PP/RS a respeito da posição ocupada pelo partido na escala esquerda-direita



Fonte: Santin (2005).

Logo, percebe-se que a grande maioria dos respondentes valida a posição do partido no *continuum* ideológico concebido pela Ciência Política, absorvendo o discurso interno

⁴²A pergunta elaborada por Santin teve a seguinte redação: “Em que campo político o senhor situaria o PP?” (SANTIN, 2005, p. 220). As alternativas apresentadas aos respondentes iam do item “esquerda” ao item “direita”.

ideologizado que presenciamos durante o curso de formação política promovido pela FTD. Se “às direitas hoje no Brasil repele (...) serem chamadas pelo nome” (PIERUCCI, 1999, p. 73), poderíamos afirmar que parte significativa dos progressistas gaúchos simplesmente ignora esta repulsa, associando o partido ao qual fazem parte justamente com o campo da direita.⁴³

Com efeito, é possível que a forja dessa identidade conservadora no seio do PP gaúcho tenha sido potencializada pelo esforço de doutrinação realizado pela FTD. Desenvolvendo um proselitismo singular entre os partidos conservadores do estado, a entidade publica regularmente seus “Cadernos de Ação Política”, mantém um *site* na WEB e promove cursos intensivos de formação de quadros partidários. A fim de mensurar a influência ideológica exercida pela FTD sobre os militantes do PP, formulamos um questionário, dirigindo-os a ex-participantes dos cursos de formação ofertados regularmente pela Fundação. Nosso objetivo seria mensurar a postura ideológica apenas de militantes que já estiveram diretamente expostos à doutrinação da FTD.

Infelizmente, os organizadores do “retiro” do qual tomamos parte não nos facultaram a possibilidade de repassar o questionário *in loco* para os demais participantes, restando-nos a alternativa de enviar as perguntas através de correio eletrônico. Tendo em mãos uma lista de *emails*, enviamos o questionário para todos os participantes do evento que presenciamos. Dentre as trinta e seis pessoas que compuseram a turma, recebemos (a despeito dos nossos reiterados apelos) apenas nove respostas, o que representa 25% dos participantes. Tendo em vista que este percentual de retorno é insuficiente, enviamos o questionário para outra lista de *e-mails*⁴⁴ de ex-participantes dos “retiros” anteriores, obtendo mais treze respostas. Portanto, dispomos de um total de vinte e dois questionários respondidos. Ainda que a amostra não seja a ideal, entendemos que os resultados merecem alguma análise.

Entre outros elementos, almejávamos verificar se o fenômeno da “direita envergonhada” era reproduzido pelos ex-participantes, procurando discernir também em que medida haveria discrepância entre a doutrinação conservadora difundida pela FTD e a percepção deles. Nesse sentido, uma das questões propostas teve a seguinte redação:

⁴³Embora a quantidade de militantes que efetivamente responderam ao questionário seja pequena em relação ao universo total das pessoas oficialmente filiadas ao PP, a amostra de Santin é significativa à medida que seu questionário foi aplicado em uma Convenção Estadual do partido, ocasião em que militantes de todas as regiões do estado se fazem presentes em um mesmo local. Além disso, os filiados que comparecem a uma convenção tendem a ser mais ativos na rotina partidária, especialmente se considerarmos que muitos deles se deslocam de regiões longínquas especialmente para o evento. Somados, estes fatores qualificam a amostra.

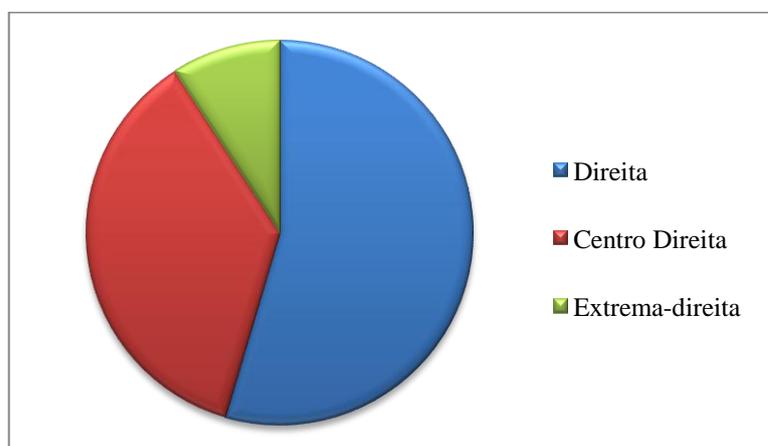
⁴⁴Esta lista nos foi fornecida por um ex-participante.

Em uma escala ideológica que vai da extrema-esquerda à extrema-direita, qual a posição que mais se aproxima da sua postura política?

() *extrema-esquerda* () *centro-esquerda* () *esquerda* () *centro*
() *centro-direita* () *direita* () *extrema-direita*

Os dados coletados ficaram assim distribuídos: doze participantes (54,5%) assinalaram a opção “direita”, enquanto oito (36,3%) marcaram o item “centro-direita” e dois (9%) assinalaram a opção “extrema-direita”. Explorando os dados graficamente, temos a seguinte figura:

Figura 15 – Auto-posicionamento de ex-participantes dos cursos da FTD no *continuum* ideológico esquerda-direita:



Os números são esclarecedores. As três opções disponíveis no campo da esquerda não receberam nenhuma marcação, ocorrendo o mesmo para o item “centro”. Todos os respondentes se auto-declararam direitistas e a maioria (54,5%) preferiu o item “direita” à opção “centro-direita”, não deixando de ser surpreendente que duas pessoas tenham se posicionado na extrema-direita. Portanto, o fenômeno da “direita envergonhada” simplesmente não existe entre os ex-participantes dos cursos da FTD que colaboraram com a nossa pesquisa.

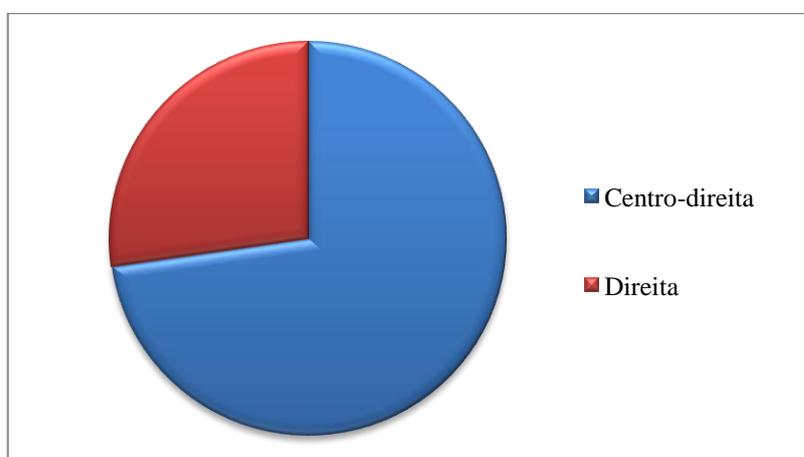
Para além da auto-localização ideológica pessoal, buscamos mensurar como os ex-participantes visualizam o PP/RS no *continuum*. Para tanto, formulamos a seguinte questão:

Em uma escala ideológica que vai da extrema-esquerda à extrema-direita, qual a posição que mais se aproxima da postura política do PP do Rio Grande do Sul?

() *extrema-esquerda* () *centro-esquerda* () *esquerda* () *centro*
() *centro-direita* () *direita* () *extrema-direita*

Os resultados foram os seguintes: dezesseis participantes (63,6%) assinalaram a opção “centro-direita”, enquanto seis (27,2%) marcaram o item “direita”. Eis a disposição dos dados sob a forma de gráfico:

Figura 16 – Posição do PP no *continuum* ideológico esquerda-direita segundo de ex-participantes dos cursos da FTD:



Novamente os números são reveladores. Nenhum participante considera que o PP seja um partido situado no campo da esquerda.⁴⁵ Ademais, é sintomática a inexistência de marcações do item “centro” (na amostra de Santin – 2005 – nada menos que 23% dos respondentes situou o PP no centro). Em contrapartida, nenhum dos respondentes situou o PP/RS na extrema-direita, embora dois deles tenham se auto-localizado nesta posição do *continuum*.

Com o objetivo de transcender a escala direita-esquerda, procuramos também avaliar a percepção dos ex-participantes acerca de concepções político-ideológicas mais precisas. Nomeadas como “doutrinas”, propusemos as seguintes alternativas aos respondentes:

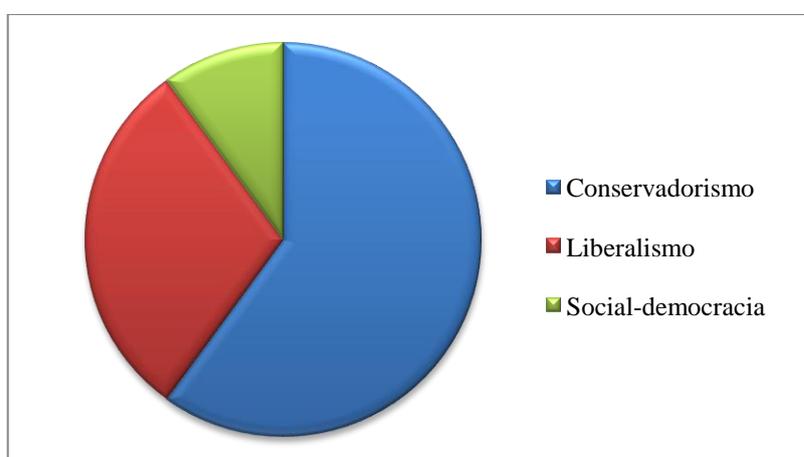
⁴⁵Nos dados colhidos por Santin (2005), praticamente 10% dos respondentes assinalaram essa opção.

Qual das doutrinas abaixo mais se encaixaria com o seu pensamento político?

() *socialismo* () *liberalismo* () *comunismo* () *conservadorismo*
() *social-democracia* () *outra – especifique:*

Os resultados foram os seguintes: doze participantes (54,5%) assinalaram a opção “conservadorismo”, enquanto seis (27,2%) marcaram o item “liberalismo” e quatro (18,1%) assinalaram a opção “social-democracia”.

Figura 17 – Auto-posicionamento doutrinário de ex-participantes dos cursos da FTD:



Novamente as opções à esquerda (“socialismo” e “comunismo”) não foram assinaladas por nenhum respondente, o mesmo ocorrendo para o item “outra”. Embora se perceba que em torno de 46% dos militantes tenha se auto-declarado liberal ou social-democrata, as respostas sugerem que o discurso conservador difundido pela FTD tem eco na cosmovisão política de boa parte dos ex-participantes dos cursos de formação promovidos pela entidade, uma vez que 54,5% dos nossos entrevistados identificaram-se com o conservadorismo.

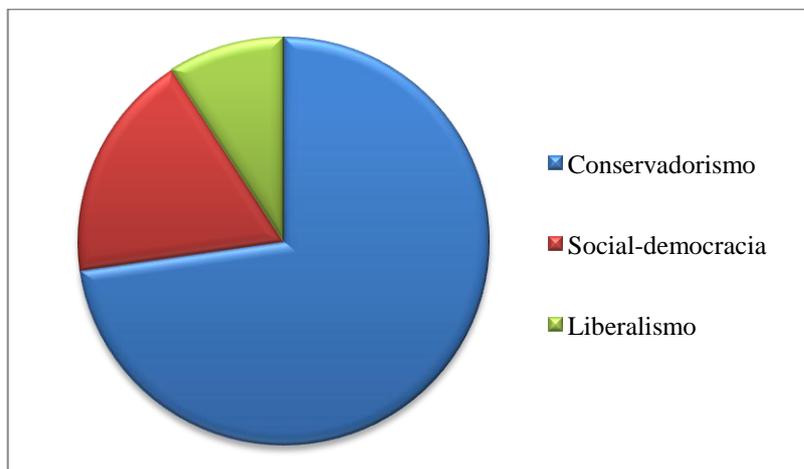
Ainda no que se refere àquilo que genericamente denominamos “doutrinas”, inserimos a seguinte questão para mensurar a percepção dos ex-participantes a respeito da identidade do partido neste campo:

Na sua opinião, qual das seguintes doutrinas mais se aproxima da ideologia do PP no Rio Grande do Sul?

() *socialismo* () *liberalismo* () *comunismo* () *conservadorismo*
() *social-democracia* () *outra – especifique:*

Os resultados foram os seguintes: oito participantes (72,7%) assinalaram a opção “conservadorismo”, enquanto dois (18,1%) marcaram o item “social-democracia” e um (9%) assinalou a opção “liberalismo”.

Figura 18 – Posição doutrinária do PP segundo ex-participantes dos cursos da FTD:



Mais uma vez a alternativa “conservadorismo” mereceu ampla adesão. Porém, quando instados a classificar o partido, os respondentes que optaram por este item foram 72,7%, enquanto o percentual daqueles que declararam a si próprios como conservadores, como vimos, não superou a casa dos 54,5%. Portanto, os dados indicam que na visão dos ex-participantes dos “retiros” o PP/RS possuiria uma doutrina política que eventualmente pode divergir da doutrina por eles próprios abraçada. Assim, a postura institucional do partido seria mais conservadora do que aquela defendida pelos seus militantes, fato que solidifica nossa hipótese de que o discurso da FTD é exitoso na construção de uma identidade conservadora para o PP/RS.

Os dados acima expostos indicam que a maioria dos militantes por nós investigados insere o PP no campo político da direita, demonstrando coerência com a classificação dos cientistas políticos. Ademais, a adesão ao conservadorismo é manifestada abertamente, sobretudo pelos militantes que estiveram expostos à doutrinação formulada pela FTD. Estes, aliás, tendem a ser mais explicitamente direitistas do que os demais militantes, o que pode ser percebido através da comparação entre os nossos questionários e as respostas colhidas por Santin. Além disso, percebemos que o discurso externo do partido eventualmente pode coincidir com o discurso interno, que é fortemente conservador quando emanado a partir da FTD e de seus líderes. Logo, o fenômeno da “direita envergonhada” atestado por autores

como Pierucci (1999), Souza (1988) e Rodrigues (1987) dificilmente pode ser aplicado a todo o PP/RS.

No entanto, a postura conservadora que permeia o PP no Rio Grande do Sul poderia ser expandida para o PP nacionalmente? Qual seria a percepção dos militantes acerca das eventuais diferenças entre o PP gaúcho e o PP nacional? Os tópicos a seguir almejam clarificar tais questionamentos, mapeando também o papel do partido no ambiente político gaúcho.

2.4 PROGRESSISTAS E PETISTAS NO RIO GRANDE DO SUL

Embora tenha se originado da ARENA, partido de sustentação do regime militar, o atual PP, em âmbito nacional, vem passando por uma possível inflexão ao centro, o que foi cogitado por autores como Power e Zucco (2009). Esta inflexão encontra justificção na adesão do partido à base de sustentação das últimas administrações federais lideradas pelo Partido dos Trabalhadores (PT).⁴⁶ A despeito da orientação à esquerda que caracteriza a formação histórica petista, Lula da Silva e Dilma Rousseff cooptaram o PP para a coalizão governista, o que possivelmente contribuiria para amenizar, na prática, a postura conservadora que pauta a trajetória do partido.

Assim, o PP passa a ocupar cargos na administração federal petista, indicando ministros⁴⁷ e compondo a base governista no Congresso Nacional. Com efeito, assinala-se que em 2010, após colaboração ininterrupta com a gestão Lula da Silva, a direção nacional do PP engajou formalmente o partido na campanha de Rousseff ao Palácio do Planalto. Nesta oportunidade, o atual presidente da sigla, senador Francisco Dornelles (RJ), assinalou que o PP “apoiou majoritariamente a ministra Dilma. Quero reiterar este apoio porque concordamos com o programa da ministra” (PP..., 2010). Não obstante a declaração explícita de concordância e adesão ao “programa” proposto pela candidata petista, a cúpula nacional, ciente das resistências que adviriam das singularidades regionais que caracterizam o partido, optou pela liberação dos diretórios estaduais, para os quais foi facultada a formação de alianças alternativas em cada unidade da federação. Valendo-se dessa margem de manobra, o diretório do PP no Rio Grande do Sul, acompanhado apenas pelos seus congêneres em Minas

⁴⁶Outra explicação plausível seria a de que o PFL/DEM, assumindo sua condição de oposição aos sucessivos governos petistas, teria acentuado seu caráter direitista como forma de contrapor-se àquelas administrações, movimento que teria deslocado o PP para o centro.

⁴⁷Como o Ministério das Cidades, chefiado por Márcio Fortes de junho de 2005 a janeiro de 2011, quando foi sucedido, já sob a gestão Dilma Rousseff, por Mário Negromonte, também do PP.

Gerais e no Paraná, decidiu apoiar o candidato José Serra (PSDB). Porém, nada menos que 22 diretórios estaduais puseram-se de acordo com a orientação nacional, cerrando fileiras em torno da coligação encabeçada por Dilma Rousseff e o PT.⁴⁸

Ainda no que diz respeito à posição adotada nacionalmente pelos progressistas, é interessante observar os comentários formulados por Jarbas Passarinho, político de relevo no período arenista e ex-presidente da Fundação Milton Campos (FMC).⁴⁹ Em revista publicada pela própria FMC em abril de 2003, quando os progressistas ainda não haviam aderido formalmente à base aliada do governo Lula que se iniciara quatro meses antes, o ex-governador do Pará pondera:

Que os novos, que não tem compromisso com a história do partido, estejam ávidos de formar na maioria, não há o que estranhar. Mas que os encanecidos companheiros da primeira hora, que já sofreram a vilania da acusação desonrosa, o façam, é pouco compreensível, ainda que sob o manto nobre de ajudar o país (PASSARINHO, 2003, p. 31).

Além de recorrer à origem arenista para condenar a então iminente adesão dos progressistas ao governo Lula, Passarinho considera que mesmo a inserção do então PPB à base de sustentação da administração Fernando Henrique Cardoso seria uma “concessão”, embora justificável em face da ascensão do PT: “A aliança com o PSDB já foi uma concessão, mas tinha ao menos uma explicação: estávamos a ajudar a social-democracia a evitar que os porta-bandeiras dos galhardetes vermelhos tomassem o poder” (idem, p. 20). Porém, adesão ao bloco de apoio ao PT (partido ao qual Passarinho, ao valer-se da expressão “galhardetes vermelhos”, notoriamente associou o comunismo) implicaria em traição ideológica e diminuição da expressividade eleitoral dos progressistas: “Agora, nós ajudamos a carregar a bandeira vermelha... E caminhamos para juntarmo-nos às legendas nanicas se não mudarmos de rumo” (idem, p. 20).

A censura do ex-presidente da FMC parece encontrar eco nas opiniões dos progressistas gaúchos. Em artigo publicado pela revista da mesma entidade em 2011, Francisco Turra, ex-dirigente do PP/RS e ex-candidato ao governo estadual, transmite seu apelo aos progressistas:

⁴⁸Os dois diretórios restantes – Santa Catarina e São Paulo – optaram pela neutralidade.

⁴⁹A Fundação Milton Campos é a entidade partidária responsável pela salvaguarda da doutrina do PP em âmbito nacional. Trata-se, portanto, de uma estrutura bastante semelhante àquela que caracteriza a Fundação Tarso Dutra, sua congênere no Rio Grande do Sul.

Precisamos recuperar nossa liderança e deixarmos de lado o papel de coadjuvante, que estamos desempenhando com questionável talento, diga-se de passagem. (...) Ser coadjuvante é arriar nossas bandeiras ideológicas e empunhar as bandeiras do protagonista, o que tem gerado profunda perda de identidade, que é como um câncer a consumir o principal alicerce de uma agremiação política, o Idealismo (TURRA, 2011, p. 6).

Assim, na visão de Turra, a aliança como PT estaria dificultando o protagonismo do PP no cenário político brasileiro e causando a “perda de identidade” do partido. Com efeito, a postura de discordância em face da aproximação com o PT não é manifestada somente por Turra: a direção do PP/RS, além de não aderir publicamente à base governista, apoiou candidatos do PSDB, adversários do PT, nas três eleições à presidência da República ocorridas desde 2002 (nas eleições da década de 1990 os progressistas gaúchos fizeram eco à posição da cúpula nacional, sustentando a candidatura própria de Espiridião Amin em 1994 e compondo com a chapa tucana liderada por Fernando Henrique Cardoso no segundo turno, candidatura que o PP também defendeu no pleito de 1998).

Quanto às eleições estaduais, o PP/RS, ora lançando candidaturas próprias, ora somando-se às coligações encabeçadas pelo PMDB ou pelo PSDB, se contrapôs reiteradamente ao campo político da esquerda liderado pelo PT, jamais ingressando em qualquer candidatura que abrigasse este partido.⁵⁰ A despeito dessa trajetória, contudo, a ascensão do petista Tarso Genro ao governo gaúcho em 2011 trouxe consigo rumores acerca de tal possibilidade, inclusive com repercussões na imprensa:

[...] o PP passou a cogitar mais fortemente a possibilidade de ingressar no governo Tarso Genro. O movimento é tímido, concentrado em alguns núcleos do partido e em parte da bancada estadual, mas a relação mantida com o Piratini até o momento encoraja alguns progressistas a defenderem publicamente a adesão ao governo. (PP..., 2011, p. 4).

Importa sublinhar que embora o título da matéria (“PP segue dividido em relação ao Piratini”) seja bastante emblemático, as observações do redator ao longo do texto fragilizam seu apelo, uma vez que se verifica o reconhecimento de que o esforço em prol da adesão é “tímido, concentrado em alguns núcleos do partido e em parte da bancada estadual”. Tais

⁵⁰Em alguns municípios, porém, verifica-se a existência de alianças entre os dois partidos nas eleições municipais. Contudo, creditamos essa associação à conveniência eleitoral, pontual e fortemente influenciada pela acomodação de forças em face da disputa política entre lideranças locais. Nesse sentido, o embate é muitas vezes desprovido de questões ideológicas, centrando-se no personalismo e no antagonismo entre elites distintas, mais ou menos oligárquicas. Além disso, cabe lembrar que o PT, em muitos municípios pequenos do interior do Rio Grande do Sul, não possui representatividade política e pode ser considerado um partido “nanico”, uma sigla apenas auxiliar, que não atua como referência na composição das coligações.

elementos, portanto, são insuficientes para subsidiar a assertiva de que o partido estaria “dividido” em torno da questão.

Ainda que não nos seja possível identificar os “núcleos do partido” que estariam dispostos a engajar o PP na base aliada de Tarso Genro, a existência de parlamentares inclinados para essa alternativa é notória. Ilustra essa realidade o depoimento de Mano Changes, único deputado estadual do PP que aborda o tema abertamente: “Eu trabalho por isso faz tempo. Temos pontos de identidade com o governo” (idem, p. 4). O deputado, no entanto, não deixa de admitir a existência de anteparos à sua postura no interior do partido, pois a adesão ao governo teria que ser “algo gradual, que acontece aos poucos, para superar alguns ranços que ainda existem” (idem, p. 4).

Com efeito, os “ranços” referidos pelo deputado são facilmente perceptíveis. Historicamente ligado às correntes conservadoras da política gaúcha, uma eventual migração do PP para o eixo de partidos que compõem o campo de esquerda não se daria sem resistências. Nesse sentido, Ana Amélia Lemos, primeira senadora eleita pelo PP/RS desde 1982,⁵¹ é enfática ao afirmar que uma eventual adesão à base governista seria “dar as costas ao eleitorado. Saímos de uma eleição em que o eleitor disse que tínhamos que ficar na oposição. Um alinhamento é muito delicado” (idem, p. 4).⁵² Já Miguel Peracchi Barcellos, militante histórico do partido e diretor da FTD, pondera que

[...] nosso partido tem doutrina, visão de história, formas e limites de ação que lhe impõem, no âmbito estadual, balizas morais sobre quem pode e quem não pode ser admitido como aliado, bem como a quais governos deve ou não deve conceder apoio. Tais balizas são tão evidentes que se torna desnecessário explicitá-las. Cada progressista sabe o quanto somos, em tudo que importa, diferentes do petismo gaúcho (BARCELLOS, [2011]).

Logo, Barcellos recorre à doutrina do PP e a princípios de ordem moral para rechaçar qualquer colaboração com a administração liderada por Tarso Genro. Estes elementos, tidos como “evidentes” na concepção de Barcellos, parecem sugerir que o *ethos* do PP seria incompatível com a trajetória e a doutrina do PT. Assim, haveria um antagonismo intrínseco que separaria progressistas e petistas, inexistindo pontos de convergência realmente

⁵¹Ana Amélia Lemos foi eleita para o Senado Federal em 2010. Como vimos anteriormente, o último senador eleito pelo partido no estado havia sido Carlos Chiarelli, ainda sob a denominação PDS, em 1982.

⁵²Note-se que a declaração da senadora é bastante similar a uma das alternativas propostas pelo questionário de pesquisa que apresentaremos adiante. Após pergunta acerca da participação do PP na base aliada do governo federal, a seguinte resposta foi colocada como alternativa: “é ruim (a adesão ao governo petista) para o partido, pois trai o eleitor progressista e fragiliza a identidade do PP”. Conforme verificamos em seguida, essa resposta foi marcada por significativo estrato de nossa amostra.

significativos entre os dois partidos, que seriam, pelo contrário, diferentes “em tudo que importa”.

Opinião similar é sustentada por Percival Puggina, fundador e primeiro presidente da FTD. Diante da ausência de um posicionamento mais enfático do partido diante do governo estadual, Puggina declara que

Essa ambigüidade afronta a doutrina partidária. PP e PT não deveriam ser líquidos nem miscíveis. A política precisa expressar o antagonismo das ideias. Dizer-se que fazemos agrados ao governo para que nossos prefeitos não sejam prejudicados é uma estratégia que ofende o governo e apequena o partido (AMBIGUIDADE, 2011, p. 10).

A “ambigüidade” relatada por Puggina diz respeito à posição sustentada pela cúpula estadual do PP frente à administração de Tarso Genro. O partido, ao invés de declarar-se ostensivamente oposicionista, aliando-se ao PMDB e ao PSDB, optou pela “oposição responsável”. Pedro Bertolucci, então presidente estadual do PP, fundamenta a decisão oficial da direção partidária: “ninguém vai nos obrigar a ser oposição radical ou nos colocar cabresto. Vamos fazer oposição responsável e aprovar aquilo que for bom para o estado” (BERTOLUCCI..., 2011, p. 4).

Tal procedimento, na prática, afasta o partido de uma postura oposicionista mais incisiva, o que parece ter motivado o reclame de membros da FTD, como Percival Puggina e Peracchi Barcellos.⁵³ Ademais, esse posicionamento contraria em parte a atuação do partido como protagonista na política de enfrentamento ao PT, a exemplo do que ocorreu durante a gestão anterior do PT no executivo estadual.⁵⁴

O que teria levado o partido a adotar essa conduta? Antes de significar uma possível mutação ideológica ou um indício de maior alinhamento com o PP nacional (que, lembremos, aderiu à base governista), a conduta do partido parece visar interesses eleitorais futuros:

(...) o PP, antigo aliado fiel de peemedebistas e tucanos, está convicto de que deve manter-se no campo da “oposição propositiva”, afastando-se da radicalidade e preparando o terreno para o lançamento da candidatura própria da senadora Ana Amélia Lemos (PP) ao Palácio Piratini em 2014 (OPOSIÇÃO..., 2011, p. 4).

Essa percepção é corrente nos meios políticos do Rio Grande do Sul. Almejando beneficiar-se da projeção obtida por Ana Amélia Lemos, o partido estaria evitando o

⁵³Conforme sugerimos anteriormente, quando o tema envolve questões de fundo ideológico, o discurso da FTD eventualmente mostra-se mais incisivo do que o discurso elaborado pelas demais instâncias do partido.

⁵⁴Durante o governo petista de Olívio Dutra (1999-2002), o PP foi um oposicionista declarado.

confronto explícito com o governo de Tarso Genro justamente para emergir como alternativa potencialmente promissora nas eleições estaduais de 2014. Adotando uma postura “propositiva”, apoiando o governo naquilo que, como afirmou Bertolucci “for bom para o estado” sem abandonar de todo a condição de opositorista, o partido evitaria a antipatia de setores do eleitorado que votaram em Tarso Genro e construiria uma imagem positiva junto a opinião pública gaúcha. Assim, a atual posição de virtual neutralidade do PP ocultaria uma estratégia que, se exitosa, poderia alçar o partido ao papel de principal força opositorista na disputa pela sucessão estadual. Logo, a postura aparentemente centrípeta encarnada pelos progressistas seria deliberadamente momentânea e levaria em seu bojo justamente o oposto de uma inflexão ao centro. Tratar-se-ia, em última análise, de uma tentativa de liderar o movimento político que ambiciona afastar o PT do Poder Executivo estadual.

Com o intuito de avaliar a percepção dos ex-participantes dos cursos de formação promovidos pela FTD a respeito da ligação do PP com o PT, propusemos a seguinte questão:

Nos últimos anos, o PP tem participado da base de sustentação do governo federal encabeçado pelo PT. Em sua opinião, este apoio (marque uma ou mais alternativas):

- () é bom para o partido, pois a ideologia do PT não é tão diferente da ideologia do PP*
- () é bom para o partido, pois aumenta sua influência na administração federal*
- () é bom para o partido, pois aumenta o número de eleitores e parlamentares do PP*
- () é ruim para o partido, pois sua ideologia é incompatível com o PT*
- () é ruim para o partido, pois trai o eleitor progressista e fragiliza a identidade do PP*
- () esse apoio não traz maiores consequências para o PP*

A primeira alternativa (“é bom para o partido, pois a ideologia do PT não é tão diferente da ideologia do PP”) não foi assinalada por nenhum participante, o mesmo ocorrendo com o último item (“esse apoio não traz maiores consequências para o PP”). Porém, a alternativa “é ruim para o partido, pois trai o eleitor progressista e fragiliza a identidade do PP” foi a mais assinalada, com um total de dezesseis marcações (53,3%),⁵⁵ o que é sintomático. Em seguida surge a alternativa “é ruim para o partido, pois sua ideologia é incompatível com o PT”, opção de oito (26,6%) dos respondentes. Por fim, quatro militantes (13,3%) preferiram o item “é bom para o partido, pois aumenta sua influência na

⁵⁵Uma vez que a formulação da pergunta facultou a opção de que mais de uma alternativa fosse marcada (o que foi seguido por alguns respondentes), o número de itens assinalados, por óbvio, excede o total de participantes.

administração federal” e dois (6,6%) escolheram a alternativa “é bom para o partido, pois aumenta o número de eleitores e parlamentares do PP”. Logo, pode-se inferir que mais de 80% das opiniões manifestaram discordância com a aliança formada entre PP e PT, percentual que faz coro à insatisfação de líderes progressistas gaúchos a respeito do assunto, conforme acabamos de verificar.

O descontentamento em face do apoio à base governista pôde ser igualmente atestado através de informações colhidas por nós durante participação no “retiro” promovido pela FTD. Em uma das atividades constantes no programa do evento, um palestrante, empresário ligado ao catolicismo, sustentou que a construção de identidades ideológicas capazes de diferenciar os partidos políticos seria imperativa para o funcionamento da democracia em sua plenitude. Nesse sentido, ponderou ele, cada partido deveria possuir “bandeiras” e “visões de mundo” próprias, com base nas quais o eleitorado poderia exercer sua escolha de modo mais adequado. A fim de subsidiar seu argumento, o palestrante citou o caso da adesão do PP nacional ao governo petista como um exemplo de “falta de identidade” que concorreria para “deixar o eleitor confuso” e prejudicaria, em última análise, a própria democracia.

Outro palestrante, político atuante no cenário estadual, sustentou em sua fala, entre outras coisas, que a estratégia de alianças do partido em nível nacional “não faz sentido”. Para ele, a adesão ao governo Lula demonstraria que o PP “não é mais o mesmo”. Optando por não apresentar candidaturas próprias na maioria dos pleitos majoritários, o partido estaria “ficando para trás” e seria preciso “aprender com o passado” para resgatar a força que o antigo PDS outrora possuía. Ainda durante esta palestra, um participante do “retiro” questionou: “o que o senhor acha da postura dos nossos deputados estaduais na Assembleia Legislativa?”. A resposta, precedida por breve sorriso, foi mais ou menos a seguinte: “Fica até difícil de falar sobre isso. Infelizmente alguns dos nossos deputados se esquecem que pertencem ao PP”.

Outro indício do descontentamento com a associação ao PT pode ser depreendido de uma das atividades propostas para os participantes do evento, que consistia na discussão de certas questões em grupos previamente determinados.⁵⁶ Uma dessas questões é bastante ilustrativa: “Será que o próprio PP não está sendo vítima das estratégias de dominação esquerdistas?”

⁵⁶A formação de tais grupos se deu de maneira aleatória, através de sorteio. Cada grupo era composto por cerca de 15 pessoas, que após debate interno realizado em salas separadas, ficavam responsáveis pela apresentação das conclusões no auditório, diante de todos os participantes.

A influência do “gramscismo” havia sido discutida em palestra ocorrida no momento anterior à discussão dos grupos. Durante a exposição, foram abordados temas como “revolução cultural”, “centralismo democrático”, ação de “intelectuais orgânicos” e “guerra de posição”, conceitos retirados do pensamento de Antônio Gramsci e que, conforme o palestrante, teriam exercido grande influxo nas concepções e nos métodos de ação empregados pela esquerda brasileira, sobretudo pelo PT. Assim, essas correntes políticas teriam abdicado da conquista do poder pela força sem abandonar o antissistemismo revolucionário, valendo-se, para tanto, de mecanismos acatados pela democracia justamente para fulminá-la. Ocupando posições-chave em instâncias como a imprensa, o judiciário e os movimentos sociais, a esquerda brasileira estaria implantando o programa e a ideologia comunista sem que a sociedade o perceba, através da introdução de novos valores culturais forjados pelos “intelectuais orgânicos”.

Em suma, este seria o projeto de “dominação esquerdista”. Considerando esse pressuposto, que, conforme salientamos, havia sido repassado aos participantes em palestra imediatamente anterior à discussão das questões propostas, nos parece plausível supor que a primeira pergunta refere-se, em grande medida, à adesão do PP ao governo petista. Assim, a redação da pergunta levaria o respondente (no caso, os diferentes grupos de militantes que participaram do “retiro”) ao raciocínio de que o partido teria sido cooptado com vistas na consecução de um plano deliberado de conquista de supremacia política por parte da esquerda. Ou seja, no momento em que passa a apoiar o governo liderado pelo PT, tido como principal difusor dos métodos gramscianos no Brasil, o PP teria dado sinais de que a “estratégia de dominação esquerdista” não apenas existe como vem logrando êxito mesmo entre aqueles que deveriam combatê-la. Logo, o PP estaria favorecendo o advento do comunismo, ainda que na condição de “vítima” inconsciente.

Com efeito, as conclusões apresentadas posteriormente pelos grupos para a totalidade dos participantes parecem chancelar nossa hipótese. De um modo geral, a percepção dos grupos gravitou em torno da ideia de que o PP de fato estaria sendo vítima das estratégias esquerdistas justamente porque participa da base de sustentação do governo federal.⁵⁷ No entanto, é interessante referir que uma particularidade foi acentuada por alguns participantes:

⁵⁷Um dos grupos, porém, advertiu que o termo “vítima” não seria apropriado para classificar o PP em face dos projetos políticos da esquerda. A inadequação se daria à medida que a adesão do partido ao governo petista teria se efetivado conscientemente, a partir da “ganância por cargos” que caracterizaria alguns líderes progressistas importantes no cenário nacional.

no caso do PP gaúcho, essa colaboração – mesmo inconsciente – com a “estratégia esquerdista” não estaria ocorrendo. A fim de embasar este argumento, citou-se, por exemplo, que a simples existência de um seminário de estudos políticos como aquele que estava então sendo oferecido pela FTD provaria que o PP/RS não seria um agente passivo diante do gramscismo. Além disso, conforme nos relatou um participante, “aqui a gente não se submete ao PT por causa de cargos. O que eles fazem lá em cima (na esfera nacional) é uma vergonha”. Emerge, neste ponto, um aspecto recorrente no discurso interno do PP gaúcho: o discurso de que o partido, no Rio Grande do Sul, seria diferente da sigla em âmbito nacional.

2.5 O PP GAÚCHO E O DISCURSO DA DIFERENÇA

A ideologia partidária que temos aqui no Rio Grande do Sul é bem diferente da nacional, porque somos bairristas, gostamos “da briga” da direita e da esquerda, temos a história dos maragatos e chimangos nas veias. Na minha opinião é difícil acontecer uma coligação como foi feita nacionalmente.

A opinião acima, colhida em um dos questionários que aplicamos junto a militantes do PP,⁵⁸ é bastante sintomática e espelha o discurso interno sustentado por importantes segmentos do partido no Rio Grande do Sul. Este discurso, ordinariamente proferido nos bastidores, fora das tribunas e dos demais espaços públicos, sustenta-se em uma percepção amplamente arraigada na *psique* dos gaúchos: a ideia de que os habitantes do estado seriam diferentes dos demais brasileiros. Os elementos que sustentariam essa visão são elencados por Ruben Oliven, estudioso do regionalismo rio-grandense:

O Rio Grande do Sul é geralmente considerado como ocupando uma posição singular em relação ao Brasil. Isto se deveria às suas características geográficas, à sua posição estratégica, à forma de seu povoamento, à sua economia, e ao modo pelo qual se insere na história nacional. Apesar do Estado ter uma grande diferenciação interna (do ponto de vista geográfico, étnico, econômico e de sua colonização), ele é freqüentemente contraposto como um todo ao resto do País, com o qual manteria uma relação especial, a ponto de ser às vezes chamado jocosamente por outros brasileiros de “este país vizinho e amigo do Sul (OLIVEN, [1989]).

Os aspectos culturais, históricos, geográficos, econômicos e antropológicos que compuseram esta presunção de diferença entre os gaúchos e os demais brasileiros, transferem sua influência também para o campo político. Nesse sentido, o contexto político do estado seria intrinsecamente polarizado, um *locus* marcado pelo embate secular entre farrapos e imperiais, chimangos e maragatos, petebistas e anti-petebistas, arenistas e emedebistas (TRINDADE, 1981). De acordo com essa lógica dicotômica que estaria assentada no comportamento político dos gaúchos, a rivalidade atual entre petistas e antipetistas poderia

⁵⁸Algumas das questões propostas no questionário reclamavam respostas dissertativas.

representar apenas uma expressão contemporânea da polarização que historicamente tem pautado a política gaúcha:

Nos anos de 1990 o cenário de polarização política foi revitalizado com muita intensidade no Rio Grande do Sul. Nele, foram expostas duas posições: a dos que simpatizavam ou convergiam com os princípios e práticas desenvolvidos pelo Partido dos Trabalhadores (PT) à época; e a dos que se colocavam no pólo oposto ao deste partido. A síntese desta nova polarização refletiu-se em dois discursos antagônicos que ganharam contornos culturais no Rio Grande do Sul e na capital Porto Alegre: o *petista* e o *antipetista* (FILOMENA, 2008, p. 284).

Tendo como campo de atuação esta arena conturbada, onde a identidade e o pertencimento a um determinado “lado” seria bastante valorizado, o PP/RS posicionou-se, como vimos, reiteradamente no pólo contrário ao campo de esquerda liderado pelo PT. Apesar do “adesismo” que vem caracterizando a sigla em âmbito nacional, a partir do comportamento dos progressistas na conjuntura política gaúcha seria possível “romper com um pré-julgamento estabelecido de que o PP é um partido fisiológico, sem enraizamento ideológico e baixo grau de adesão eleitoral. (...) Ao menos no que se refere a este partido no Rio Grande do Sul, tal pré-julgamento carece de validade (DIAS *apud* SANTIN, 2005, p. 13).

Esta afirmação possivelmente tenha alicerces no exame da postura de independência dos progressistas gaúchos em face da cúpula nacional, o que contribui para a formação de uma identidade partidária singular do PP no Rio Grande do Sul. Embora o partido, em âmbito nacional, seja associado ao fisiologismo e à ausência de coesão ideológica, sua atuação no contexto gaúcho sustentar-se-ia sob condições diferenciadas. Sem destoar da classificação geral adotada pelos demais analistas, Santin assegura que

A forma de atuação, os princípios básicos da doutrina partidária são de espectro de direita, carregando consigo os traços do conservadorismo e da manutenção de comportamentos e tradições. A defesa do bem comum, do direito de propriedade privada e uma atuação frontalmente contrária ao comunismo e ao socialismo, através de seus discursos e publicações, conferem ao partido uma atuação situada no campo político de centro-direita (SANTIN, 2005, p. 35).

O discurso dos militantes do PP com os quais mantivemos contato parece chancelar esta concepção. A fim de ilustrar nossa constatação, transcreveremos algumas respostas do questionário aplicado junto a ex-participantes dos cursos de formação oferecidos pela FTD. Diante da pergunta “Na sua opinião, o PP do Rio Grande do Sul é diferente do PP nacional? Por que?”, recebemos respostas como essas:

“Sim, é diferente assim como o de SC também é diferente, porque estes sim sempre estão com a mesma visão de anti-esquerda e visão viva direita, por exemplo, é um absurdo ver em outros

estados o PP apoiando partidos de centro ou de esquerda; é uma vergonha aos homens históricos do PP”

“Não tenho a menor dúvida que sim, pois somos um dos únicos estados que ainda mantêm a ideologia, ainda que a tendência, infelizmente, seja para que acompanhem a executiva nacional”.

“É diferente sim, tem raiz ideológica mais firme, além da grande influência ruralista característica de nosso Estado que possui muita força no setor primário”.

“O PP/RS ainda preserva, em seu conjunto, a ideologia ou algo próximo disso, que serve, pelo menos, para ainda nos manter no pólo oposto dos governos de esquerda. As contradições se dão a nível municipal, onde temos coligações com PT, PDT, PC do B... Talvez o PP/RS devesse exercer maior influência nos diretórios municipais, de forma a impedir que se perca a identidade do partido no Estado”.

“Sim, é diferente. Culturalmente, os gaúchos são muito mais conservadores do que as pessoas dos outros estados. Acredito que isso seja uma marca forte para caracterizar essa diferença”.

“Acredito que seja mais conservador que o PP nacional”.

As respostas sugerem que o discurso da singularidade do PP/RS é acatado por extratos da militância, que reproduzem, em linhas gerais, a ideia de que os gaúchos seriam diferentes dos demais brasileiros e de que o PP/RS acompanharia essa diferenciação. A julgar pelas respostas, o ingrediente central da diferenciação seria o conservadorismo (“culturalmente, os gaúchos são muito mais conservadores do que as pessoas dos outros estados”) e a adoção de posicionamentos políticos claros que respeitam a polarização, o que se expressa na frase de um dos respondentes transcrita no início deste tópico: “gostamos ‘da briga’ da direita e da esquerda, temos a história dos maragatos e chimangos nas veias”.⁵⁹

As pretensas singularidades da sigla no Rio Grande do Sul são acalentadas não apenas pelo discurso de seus militantes e da FTD, mas também pela conduta do partido na arena

⁵⁹Contudo, o discurso da singularidade é ironizado em uma das respostas: “Não vejo que o PP Gaúcho seja diferente do Nacional. Assim como qualquer outro partido, apenas possui pessoas diferentes e peculiaridades locais. Tal qual o PP de um pequeno município pode ser diferente do PP-RS. Acredito que isto seja apenas um discurso para justificar o porquê que alguns líderes progressistas demonizam a chamada a esquerda abaixo do Mampituba e, quando vão à Brasília, bajulam ministros em busca das benesses federais”.

eleitoral gaúcha. Embora a reiterada oposição ao PT possa revelar mais uma estratégia de viabilidade eleitoral do que um antagonismo ideológico propriamente dito, o fato é que o PP/RS vem obtendo significativa representatividade política no estado através da promoção de um discurso conservador, cooptando para si uma adesão eleitoral considerável que vai na contramão da performance do partido em âmbito nacional.

3 A FUNDAÇÃO TARSO DUTRA: DOCTRINA E MÉTODOS DE AÇÃO

No capítulo precedente, observamos que o PP, apesar da trajetória descendente do partido em âmbito nacional, vem demonstrando estabilidade eleitoral nas eleições legislativas no Rio Grande do Sul e significativo sucesso na conquista de prefeituras, sobretudo em municípios localizados no interior do estado. Ademais, a relevância eleitoral dos progressistas gaúchos sustenta-se em uma estratégia política que aproxima a sigla do campo político da direita, posição que é coerente com a classificação de boa parte da Ciência Política e com a inclinação dos próprios militantes do partido. Com efeito, a adesão ao conservadorismo é manifestada abertamente, sobretudo pelos filiados que estiveram diretamente expostos à doutrinação difundida pela FTD. Além disso, percebemos que o discurso externo da sigla eventualmente pode coincidir com o discurso interno, que é fortemente conservador quando emanado a partir da FTD e de seus líderes. Logo, o fenômeno da “direita envergonhada” dificilmente pode ser aplicado ao PP no Rio Grande do Sul, que, aliás, salienta o conservadorismo para o erguimento de um discurso de diferenciação em face do PP nacional.

Considerando a influência da FTD para a elaboração da identidade do PP gaúcho e de sua doutrina, no presente capítulo procuraremos examinar aspectos como a estrutura da entidade, seus métodos de ação e seus fundamentos ideológicos. Para tanto, analisaremos sobretudo os eventos promovidos pela FTD e os “Cadernos de Ação Política”, seu boletim doutrinário.

3.1 ORIGENS E COMPETÊNCIAS FORMAIS

O estatuto do PP, em seu artigo 7º, § 4º, prescreve que “os Diretórios Estaduais poderão instituir escolas de formação política, com o objetivo de difundir a ideologia do partido e contribuir para a valorização de suas lideranças e de sua militância”. (ESTATUTO, [2011]). Amparando-se nesta possibilidade, a Executiva Estadual do PP/RS fundou, em 27 de novembro de 1996, a Fundação Tarso Dutra de Estudos Políticos e de Administração Pública, pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos que tem como lema “Humanismo, Solidarismo e Liberdade”.

A sede da FTD localiza-se no interior da sede estadual do próprio PP/RS, na cidade de Porto Alegre, o que demonstra que o partido, ao menos formalmente, apoia e valoriza a instituição. Em seu batismo a FTD procurou reverenciar Tarso de Moraes Dutra, destacado

político gaúcho. Com efeito, a trajetória política de Dutra nos oferece indícios acerca dos motivos que levaram os fundadores da FTD a lhe prestar homenagem. Dutra foi eleito deputado estadual em 1946, exercendo, a partir de 1951, cinco mandatos consecutivos como deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD) e, a partir da ruptura institucional, pela ARENA. Neste ínterim, desempenhou a função de Ministro da Educação (1967-69) durante o governo do general Costa e Silva. Em 1970, foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul, sendo reeleito indiretamente em 1978, mandato que cumpriu até sua morte, em 1983. Em artigo publicado no *site* da entidade verifica-se a justificativa para a escolha do patrono:

Político de perfil conservador, estudioso, sempre dedicado ao cultivo das letras, soube mesclar sua natural atração pelas disputas eleitorais com a vocação para o mundo do pensamento e da reflexão política. [...] Homem de posições firmes, Tarso Dutra alinhou-se sempre com os ideais de desenvolvimento e austeridade que constituíam as aspirações do movimento revolucionário instalado em 31 de março de 1964. Essa coerência e a nunca questionada integridade o fizeram homem de muitos amigos e de eleitorado crescente. [...] É autor de diversos trabalhos publicados com ênfase na ordem política e na Educação (TARSO..., [2011]).

Logo, Dutra representaria a conciliação entre a *praxis* política e a reflexão intelectual, adotando um “perfil conservador” alinhado com o projeto do “movimento revolucionário” de 1964. Cabe ressaltar que a ligação de Dutra com a ARENA e o regime militar, longe de ser ocultada – como não é raro entre os grupos políticos que absorvem o sentimento da “direita envergonhada” –, é exaltada publicamente pela FTD.

Para além das inclinações políticas que eventualmente tenham pautado a origem da entidade, suas competências formais estão enumeradas em estatuto próprio:

I - organizar centros, núcleos e grupos de estudos sobre ciências humanas em geral, direcionadas à formação e à informação política e ao assessoramento a órgãos partidários e a instituições públicas e privadas; II - planejar e realizar cursos, seminários, simpósios, colóquios e promoções similares, relacionadas à educação política; III - planejar, realizar ou estimular pesquisas relacionadas com seus objetivos; IV - estabelecer relacionamento continuado ou esporádico com instituições nacionais, estrangeiras ou internacionais, mediante convênio, contratos ou outras formas de intercâmbio cultural e de cooperação recíproca; V - criar e manter publicações periódicas ou eventuais, bem como planejar e elaborar programas para o uso da mídia eletrônica visando à difusão dos temas objeto de suas atividades; VII - contribuir para os objetivos de organizações congêneres; VIII - sugerir, planejar e/ou executar outras atividades relacionadas com os objetivos de promoção da educação política e cívica do povo brasileiro (ESTATUTO, [2011]).

Assim, os métodos de ação da FTD teriam como metas o estudo de temas político-ideológicos – nesse sentido, a entidade operaria como uma espécie de canal para a atuação da *intelligentsia* partidária – e a difusão da doutrina do PP. Para tanto, a FTD promove cursos periódicos (os “retiros”), mantém um *site* na WEB e publica documentos voltados à análise

política (os “Cadernos de Ação Política”). Nos tópicos a seguir, procuraremos examinar estes instrumentos.

3.2 FORMANDO MILITANTES: OS “RETIROS”

Intitulados “Cursos de Formação Humanística e Política”, os cursos promovidos pela FTD somaram até o momento oito edições. A despeito da acepção historicamente associada ao humanismo – que teve gênese no antropocentrismo e na contraposição ao teocentrismo medieval – o emprego do termo na linguagem da FTD (que, repita-se, é uma das palavras que compõem o lema da entidade) traz consigo uma carga cristã bastante saliente. De fato, a “formação humanística” expressa no batismo do evento alicerça-se em elementos como a espiritualidade e a ética cristã, ficando a concepção secularista e anti-clerical típica dos iluministas inteiramente abortada. Portanto, a FTD ressignifica o humanismo, adequando-o à sua cosmovisão de maneira similar à postura diante do termo “progressista”, como vimos no capítulo anterior.

Para além dos coloridos religiosos, a própria organização dos cursos contribui para sua identidade cristã, uma vez que os participantes são submetidos a um regime de internato, sem comunicação com o mundo exterior, prática recorrente em certos eventos realizados pelas congregações religiosas. Acrescente-se que os cursos da FTD invariavelmente ocorrem em estabelecimentos confessionais ligados à Igreja Católica, que são alugados pelo PP por um período de três dias (de sexta-feira a domingo). Por fim, como veremos a seguir, a linguagem e a temática de algumas atividades assumem caráter eminentemente religioso. Somados, estes fatores explicam porquê tais cursos costumam ser conhecidos como “retiros” pelos progressistas.

A fim de compreender intimamente o funcionamento destes “retiros”, cumpre formularmos uma espécie de “diário de campo” com base na experiência que vivenciamos na sétima edição do “Curso de Formação Humanística e Política” oferecido pela FTD. O evento, que teve como lema “Construindo uma alternativa política para o Brasil”, ocorreu entre os dias 01 e 03 de abril de 2011 (perfazendo um total de 33 horas de atividades) e teve como palco a Casa de Retiros Vila Betânia. O local, situado na zona sul da cidade de Porto Alegre/RS, funcionou como convento de freiras católicas até ser convertido pela Arquidiocese em espaço para “retiros”. Suas instalações oferecem alojamentos para até 150 pessoas, pátio arborizado, refeitório, capela, salas de reunião e auditório.

Previamente inscritos através do *site* do PP/RS,⁶⁰ chegamos ao evento às dezoito horas do dia 01 de abril, horário pré-estabelecido pelos organizadores. Após o credenciamento, onde recebemos um crachá de identificação, fomos conduzidos pela organização às acomodações destinadas aos participantes (um quarto mobiliado com cama, pia e guarda-roupas, mas sem banheiros, que são comunitários). A disposição dos participantes nos alojamentos respeitou a separação entre os sexos, já que os quartos do segundo andar ficaram com as mulheres e os quartos do terceiro andar couberam aos homens.

Devidamente ambientados, os participantes foram reunidos no auditório antes das 19h. Nesta oportunidade, o coordenador do evento, um diretor da FTD, pronunciou as saudações iniciais e apresentou as regras do “retiro”. Em primeiro lugar, foi informado que nenhuma pessoa poderia sair das dependências da Casa Vila Betânia antes das dezoito horas do dia 03 de abril, quando ocorreria o encerramento oficial do curso. Em seguida, foram elencadas outras disposições disciplinares, tais como a proibição do uso de celulares e *notebooks*, exceto no interior dos quartos e nos horários reservados às refeições.⁶¹ Também foi vetado o consumo de bebidas alcoólicas e mesmo o tradicional chimarrão só poderia ser sorvido nos horários livres. Ademais, o coordenador explicitou a rotina programada para os dias do evento: alvorada (7h), sessão de “espiritualidade” na capela (7h30), café-da-manhã (7h45), início das palestras (8h15), almoço (12h30), retomada das atividades (13h30), lanche (16h15), novas atividades (16h30), janta (19h30), atividades (20h15), ceia (22h30) e silêncio (23h).⁶²

Por fim, cada um dos participantes (trinta e seis ao todo) se identificou, relatando suas ligações com o PP e as motivações que o levaram a participar do “retiro”. A faixa etária dos participantes foi bastante variada, tendo o mais jovem 21 anos de idade e o mais velho 70 anos (a média de idade foi de 39,5 anos). Quanto ao sexo, 13 participantes eram mulheres e 23 eram homens. No que refere aos municípios de origem, formaram a turma pessoas oriundas das seguintes cidades: Butiá, Cachoeirinha, Canoas, Encruzilhada do Sul, Passo

⁶⁰A inscrição é livre para o público em geral, uma vez que consta no *site* do partido uma ficha que deve ser preenchida pelo candidato. Contudo, supomos que haja alguma avaliação posterior por parte dos organizadores dos “retiros”. No nosso caso, obtivemos a vaga mediante conversa prévia com um dos diretores da FTD, para quem expusemos nossos propósitos.

⁶¹Posteriormente, um dos participantes, “veterano” de eventos anteriores, nos confidenciou que nas edições passadas o uso de celulares era inteiramente proibido durante todo o curso.

⁶²Os horários estabelecidos eventualmente eram ajustados conforme o desenvolvimento do evento, embora as linhas gerais da rotina não tenham sofrido alterações consideráveis. Chegado o momento programado para o início de cada nova atividade, os participantes eram alertados através de uma sineta, devendo se deslocarem imediatamente para o local determinado. Como se percebe, a rotina estabelecida pauta-se pela rigidez, encerrando similaridades com as prescrições diárias a que se submetem os aderentes da vida monástica: justificava-se, assim, a alcunha de “retiro” que os progressistas dão aos cursos da FTD.

Fundo, Porto Alegre, Rio Grande, Saldanha Marinho, Sentinela do Sul e Taquara.⁶³ A maioria absoluta da turma era composta por militantes progressistas, sendo alguns pré-candidatos a cargos eletivos. No entanto, percebemos a presença de pelo menos três *outsiders*: um militante do PSDB, um postulante à vereança que até então não mantinha vínculos formais com nenhum partido político e a esposa de um participante (militante progressista) que se dizia “desconhecedora da política”. Através de diálogos informais que mantivemos em diversos momentos com quase todos os participantes, verificamos que boa parte deles ocupa cargos comissionados na administração pública ou funções remuneradas na estrutura do partido, o que evidencia tratar-se de indivíduos que vivem *da* política, para valeremo-nos de conceito proposto por Weber (2004).

Uma vez realizadas as apresentações, os participantes receberam o material que seria utilizado durante a programação do curso (*folders*, publicações e adesivos do PP e da FTD, papel para anotações, etc.) e foram convocados para a janta. Em seguida (por volta das 20h30), realizou-se a primeira palestra do evento, intitulada “O Sentido da Vida”. Proferida por um ex-diretor da FTD conhecido pela atuação entre os leigos católicos, a palestra foi pautada pela espiritualidade e pelos apelos éticos, dirigidos, inclusive, ao campo político, que estaria, conforme o palestrante, “secularizado” e “carente de valores morais”.

Após a palestra, a turma foi dividida aleatoriamente em três grupos distintos, sendo proposta uma reflexão acerca das seguintes questões: “1) O que eu espero da política? 2) O que a política espera de mim? 3) O que eu gostaria que a política esperasse de mim?”. Exaurido o tempo prescrito para a discussão, os grupos, através de porta-vozes, expuseram suas conclusões, que, em última análise, chancelavam as assertivas do palestrante: a política atual careceria de robustez ética, atributo apontado pelos participantes como a grande demanda que deveria ser exigida dos atores políticos. Parece evidente que os objetivos deste tipo de atividade consistem na formação ou reforço de consensos, cristalizando na consciência dos participantes os pressupostos doutrinários irradiados pelas palestras.

⁶³A compilação destes números foi possível graças a um levantamento repassado posteriormente pelos organizadores do evento a todos os participantes. Este documento, aliás, nos possibilitou enviar o questionário (analisado em parte no capítulo anterior) para a turma. Outras informações a respeito da turma, como perfil sócio-econômico e filiação religiosa não foram disponibilizados.

Por volta das 22h30, foi veiculado um vídeo motivacional,⁶⁴ sucedido por breves considerações de um organizador do “retiro”. Finalmente, os participantes foram encaminhados para os alojamentos a fim de pernovernarem.

Pela manhã do segundo dia, às 7h, os participantes foram acordados pelo ruído da sineta, e trinta minutos depois estavam reunidos na capela para a sessão de “espiritualidade”. Portando um exemplar da Bíblia, um organizador do evento efetuou a leitura de um trecho do Evangelho, atividade consumada com exortações gerais de caráter ético-religioso. Nota-se, assim, que a religiosidade/espiritualidade é fortemente valorizada pela FTD, uma vez que a primeira palestra do evento versou sobre temas de natureza religiosa e a primeira atividade de cada dia se realizava na capela, sendo pautada pela leitura da Bíblia. Embora se realizassem na capela de um antigo convento católico, ornamentada por imagens de santos e pela estética típica da Igreja Romana, estas atividades tinham caráter ecumênico a fim de respeitar a filiação religiosa de alguns participantes. De fato, o ecumenismo se mostrou necessário, já que identificamos, em conversas posteriores, pelo menos duas pessoas que declaravam pertencer à igreja Mórmon. Ainda assim, cabe salientar que não percebemos qualquer desconforto ostensivo por parte destes ou de outros participantes, uma vez que participaram desta atividade em postura respeitosa e sem explicitar contrariedade.

Após o desjejum matinal, realizou-se a palestra “O senso comum na política”, proferida por um empresário ligado ao catolicismo. Durante sua fala, o palestrante abordou o influxo do pensamento do pensador italiano Antonio Gramsci, ponderando que a única forma de romper com o “domínio” político da esquerda” no Brasil seria a formação doutrinária dos militantes dos partidos de direita, esforço que estaria sendo levado a cabo pela FTD. Analisamos detidamente esta palestra no capítulo anterior, motivo que nos permite prescindir de fazê-lo novamente. Cumpre acrescentar, no entanto, que vários participantes demonstraram desconhecer o pensamento de Gramsci e outros elementos da ideologia de esquerda, o que evidencia alguma lacuna na bagagem intelectual de parte da militância progressista, ao menos no que diz respeito aos assuntos relativos à filosofia-política e ao marxismo.⁶⁵

⁶⁴Trata-se de um vídeo que circula na *internet*, protagonizado por um deficiente físico que, a despeito de todas as limitações impostas pela sua condição, notabilizou-se pela postura pró-ativa e pela capacidade de estimular as pessoas com o seu exemplo de vida.

⁶⁵Exemplifica nossa constatação o fato de poucos membros da turma terem levantado a mão quando o palestrante perguntou se alguém conhecia o pensamento de Gramsci.

Por volta das 9h30, um professor universitário, doutor em Filosofia do Direito, proferiu a palestra “Ocidente e civilização brasileira”, na qual foram expostos os fundamentos éticos e a formação histórica do ocidente. Comparando a cosmovisão ocidental com o *ethos* das sociedades orientais e do mundo muçulmano, o palestrante posicionou-se enfaticamente contra o “relativismo”, o “igualitarismo” e o “ateísmo”, sustentando que a absorção de tais ideias estariam impedindo o florescimento da “civilização brasileira”. Ademais, o “abandono” dos valores cristãos – que seriam a “base fundamental da civilização ocidental” – estaria levando o Brasil ao caos social, comportamento que, de acordo com o palestrante, estaria sendo estimulado pelas “forças da esquerda”.

Nota-se, uma vez mais, que a ênfase cristã avulta-se como elemento essencial na doutrina difundida pela FTD. Ademais, o cristianismo é apontado como característica principal da “civilização ocidental”, que impactada na contemporaneidade pelo secularismo, estaria perdendo o esplendor que outrora teria possuído. Os agentes responsáveis por essa situação seriam o marxismo e as organizações de esquerda, que estariam implantando seus planos (a “revolução cultural”) com êxito, inclusive no Brasil. Apesar da temática intrinsecamente filosófica, notamos que a palestra foi uma das mais bem recebidas pelos participantes, que aplaudiram demoradamente o expositor ao término de sua fala.⁶⁶

Após o almoço, uma palestra, intitulada “*Case* de Pelotas: uma gestão progressista e conservadora”, marcou o retorno das atividades. Proferida por um político muito conhecido no Rio Grande do Sul – que, além disso, é doutor em Ciência Política – a exposição mapeou as ações do PP na gestão do município de Pelotas, ressaltando a prática dos progressistas na condução das prefeituras de um modo geral. Para além deste tema, o palestrante abordou “os desafios do PP nas cidades médias e grandes”, ponderando que o partido precisaria expandir suas conquistas eleitorais também para os grandes centros urbanos a fim de “romper com a pecha de partido da agricultura e dos municípios nanicos”. Por fim, acrescentou-se que seria possível executar políticas públicas progressistas (no sentido de melhorar as condições de vida da população) sem perder de vista a doutrina conservadora, que consistiria na manutenção de “valores importantes que estão arraigados na índole do nosso povo”. Logo, as duas ideias – progressista e conservador – não seriam contraditórias, mas complementares, o que chancela alguns argumentos que sustentamos no capítulo anterior.

⁶⁶Em conversas posteriores, alguns participantes nos manifestaram entusiasmo com esta palestra. Um deles, por exemplo, ponderou que o palestrante havia tocado no “cerne” do problema do Brasil atual: a imoralidade decorrente do abandono do cristianismo.

Em seguida, por volta das 15h, um professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), palestrou a respeito do tema “Estado democrático de direito”. A palestra, bastante instigante devido à postura provocativa do expositor,⁶⁷ desenvolveu-se inicialmente em torno de problemas éticos, tendo o palestrante revelado que é “católico militante”, postura que teria blindado sua personalidade “diante do pecado que reina no mundo atual”. Valendo-se de seu exemplo de vida, o professor assegurou que a religiosidade e o comportamento imaculado seriam fundamentais para a atuação pública, devendo ser transpostos para o campo das instituições formais do Estado brasileiro, que precisariam, segundo o palestrante, ser objeto de ampla reforma. Segundo ele, seria imperativo “separar Estado, governo e administração”, promovendo, por fim, um “novo pacto federativo”. Tal reforma se daria através da adoção de um novo sistema operacional para a política, que se consubstanciaria no parlamentarismo. Ainda que a proposta parlamentarista não conste em qualquer documento oficial da FTD ou do PP, pudemos perceber que este pensamento não é de todo estranho à Fundação.⁶⁸

Após um breve lanche, realizado no refeitório, um diretor da FTD pronunciou a palestra “Pacto Federativo: realidade ou ficção jurídica?”. Amparando-se em sua experiência como prefeito, o palestrante apresentou inúmeros dados acerca das distorções no repasse das verbas aos municípios, que estariam sendo prejudicados em decorrência da “hipertrofia da União”. Aderindo aos pressupostos do municipalismo, o palestrante sugeriu que “a vida real dos cidadãos” teria como palco o município e que sua administração, por estar mais próxima das pessoas, seria capaz de empregar os recursos do orçamento em áreas verdadeiramente carentes, atendendo às demandas diretas da população. A fim de viabilizar essa formatação, o palestrante, a exemplo de seu antecessor, sugeriu a promoção de um novo pacto federativo, desde que acompanhado das reformas política e tributária.

As atividades continuaram com a palestra “Ideologias políticas”, proferida pelo mesmo ex-diretor da FTD que havia apresentado o tema “O Sentido da Vida” no dia anterior. Aqui, o palestrante discorreu sobre assuntos como marxismo, liberalismo, conservadorismo e

⁶⁷Em certa altura da exposição, por exemplo, o palestrante gerou algum constrangimento ao referir-se a um deputado estadual paulista que seria “uma das esperanças do Brasil”, devido à sua atuação no campo moral e religioso. O constrangimento decorre do fato de que o citado parlamentar não pertence ao PP.

⁶⁸O termo “parlamentarismo” não foi explicitamente mencionado pelo palestrante, embora sua argumentação claramente conduzisse a essa ideia. Um dos participantes, inclusive, propôs que “se nomeasse os bois”, referindo-se ao parlamentarismo. A réplica do palestrante foi a seguinte: “não importa o nome, importa a mudança do sistema atual”. Porém, em intervenção posterior à palestra, um dos organizadores do evento salientou que seria importante estabelecer um debate a respeito das potencialidades do parlamentarismo, o que, na sua opinião, deveria ter sido explicitado pelo palestrante.

totalitarismo. Além de algumas observações a respeito dos valores defendidos pelo conservadorismo – observações que, aliás, foram mencionadas no capítulo precedente – a ênfase desta exposição dirigiu-se às críticas ao marxismo e à esquerda, que teriam historicamente promovido o “cerceamento das liberdades”, a “massificação”, o ateísmo e o Estado totalitário.

Em seguida, outro diretor da FTD expôs os resultados de sua recente viagem à Europa,⁶⁹ traçando um esboço da conjuntura política do velho continente na atualidade e elencando os êxitos eleitorais dos partidos conservadores em países como Espanha, Itália e Portugal. O objetivo da viagem, conforme expusemos anteriormente, seria estabelecer parcerias com partidos considerados ideologicamente próximos do PP, adequando seus métodos de ação para o contexto brasileiro.

Após a janta, as atividades foram retomadas através de uma palestra com um experimentado político gaúcho, militante histórico do partido desde o período arenista e ex-ocupante de importantes cargos na estrutura política do Rio Grande do Sul. De fato, a fim de sintonizar-se com a biografia do expositor, a palestra intitulou-se “O sentido e a função da política na sociedade: testemunho de uma vivência”. Além, é claro, da narrativa biográfica acerca da trajetória política do palestrante, foram discutidos temas como a robustez político-eleitoral da antiga ARENA, a construção do PDS, o comportamento do atual PP nas esferas estadual e municipal e as projeções para o futuro. Importa ressaltar que a ARENA e o regime militar foram apresentados como motivos de orgulho para o partido, notando-se também severas críticas ao “adesismo” do PP nacional às administrações petistas. Em intervenções feitas após a palestra, mais de um participante demonstrou concordância com as ideias do expositor, sobretudo no que se refere à aliança nacional entre o PP e o PT.

Já a última palestra do dia intitulou-se “O homem em busca do transcendente: viver em plenitude os valores humanos que nos elevam a Deus” e foi proferida por um padre católico de origem espanhola.⁷⁰ Após relatar que sentiu-se “feliz” ao receber o convite para palestrar em um evento promovido por um partido político (uma vez que, segundo ele, seria “raro” uma sigla procurar amparo religioso), o sacerdote discorreu acerca de tópicos como a

⁶⁹O diretor havia retornado naquele mesmo dia ao Brasil.

⁷⁰Além do pronunciado sotaque espanhol, o palestrante chamou a atenção pelo uso da batina, hábito nem tão comum entre os padres quando circulam nos ambientes externos à Igreja.

caridade cristã, a ética, o amor e a devoção a Deus, elementos que seriam fundamentais para uma prática política voltada ao “bem-comum”.

O terceiro e último dia começou às 8h15⁷¹ com a sessão de “espiritualidade” na capela, que respeitou a dinâmica utilizada no dia anterior: leitura da Bíblia sucedida por breves considerações tecidas por um dos organizadores. Após o café da manhã, realizou-se a palestra “Comportamento Humano na Política”, ministrada por outra militante histórica do PP, também professora (aposentada) da UFRGS. Apesar do título elástico da palestra, a fala norteou-se pela ideia de que a política não poderia ser dissociada da ética, sendo seu objetivo fundamental a “promoção do bem-comum”. Nesse sentido, apenas as pessoas “com vocação para servir” deveriam se dedicar à atividade política. Devido à personalidade firme e cativante e à extrema erudição aliada à simplicidade, a palestrante foi entusiasticamente aplaudida pelos participantes, o que justificou o espaço dilatado oferecido à sua palestra, a mais longa de todo o “retiro”.⁷²

Após o almoço dominical, o coordenador do evento reiniciou as atividades com uma breve exposição a respeito da história do PP e da FTD. Foi relatado que o partido “tem raiz” (a ARENA), o que o diferenciaria das siglas “fisiológicas”. Além disso, o PP foi apresentado como um partido dotado de “consistência doutrinária”, merecendo destaque o conservadorismo, o humanismo e o solidarismo. A fim de aprofundar o conhecimento a respeito da doutrina progressista, cada participante recebeu um dos “Cadernos de Ação Política” publicados pela FTD, intitulado “O que pensa o Partido Progressista?”.⁷³ A estrutura do PP foi igualmente exaltada, sendo elencados os espaços ocupados pelo partido no legislativo e nos executivos municipais do Rio Grande do Sul. Por fim, o expositor trouxe dados a respeito do *site* da FTD, que seria inaugurado nos próximos dias.

Em seguida, um cientista político ligado à Fundação Milton Campos (FMC) pronunciou a última palestra do evento: “Comunicação política de um partido conservador e progressista”.⁷⁴ Para além dos aspectos desta palestra comentados no capítulo anterior, caberia acrescentar que o expositor procurou afastar o PP do liberalismo (foi dito textualmente: “não

⁷¹Na noite anterior, alguns horários precisaram ser revistos devido à extensão de algumas palestras, que excederam o tempo previsto. Assim, a última palestra, inicialmente programada para terminar em torno das 22h30 só foi encerrada após às 23h30, o que diminuiu o espaço reservado ao descanso. Em virtude disso, o coordenador do evento informou a todos os participantes que a alvorada do último dia seria às 7h45 (e não às 7h, como havia sido informado no primeiro dia).

⁷²Com efeito, vários participantes com quem conversamos afirmaram ter sido essa “a melhor palestra” do evento.

⁷³Analisaremos este e todos os outros “Cadernos de Ação Política” ainda neste capítulo.

⁷⁴A palestra foi dividida em dois blocos: antes e depois do lanche da tarde.

somos liberais”). Assim, a defesa da iniciativa privada, embora importante, “não é o bastante”, uma vez que o crescimento econômico reclamaria também a “ação do Estado”. Entretanto, o palestrante afirmou que “nem por isso somos estatistas como a esquerda”, acrescentando que a solução seria a implantação do “Estado Necessário”. Por fim, o palestrante enumerou os desafios imediatos do PP no Rio Grande do Sul: ocupar maiores espaços nas médias e grandes cidades e vencer as eleições na região metropolitana de Porto Alegre, “hoje dominada pelo PT”.

Outro ponto interessante da palestra diz respeito à aliança do PP nacional com o PT. Em decorrência de sua atuação junto a instância nacional do partido, o palestrante, que trabalha na FMC em Brasília, não se manifestou abertamente contra a adesão do PP à base governista. Quando questionado sobre o assunto por um dos participantes, o cientista político afirmou que, do ponto de vista ideológico, a aliança “não é de todo incoerente”, já que “não fomos nós que mudamos, foi o PT”. Logo, a incoerência, se houvesse, partiria dos petistas, que “teriam que se explicar para suas bases” ao desenvolverem uma administração que teria transitado da esquerda para o centro. Tais afirmações geraram alguma inquietação entre os ouvintes, que procuraram contrapor os argumentos do palestrante, fato que evidencia a postura de intransigência de boa fatia dos progressistas gaúchos em face da aproximação como o PT. De fato, a postura do palestrante parece se justificar em decorrência de sua ligação com a cúpula nacional do partido e com a FMC, o que, *a priori*, o conduziria à legitimação da estratégia de alianças do PP em Brasília. No entanto, a julgar pela visível contrariedade manifestada pelo público, pode-se inferir que a aproximação com o PT não é ponto pacífico no Rio Grande do Sul, o que se evidencia, para além da postura dos participantes do “retiro”, pelo comportamento do partido na arena eleitoral gaúcha e pelas declarações públicas de lideranças importantes, como vimos anteriormente.

Ainda sobre o assunto, é curioso perceber que alguns dos participantes, oriundos da cidade de Canoas, município onde PP e PT formam a base da atual prefeitura⁷⁵, destoavam da maioria da turma ao apoiarem a aproximação dos dois partidos. Em uma das discussões realizadas em grupos separados, o tema foi pauta de debates acirrados, o que presenciamos “ao vivo”. Em síntese, os argumentos dos canoenses giravam em torno da ideia de que a aliança fortaleceria o PP no município, ampliando sua representatividade e sua capacidade de

⁷⁵Desde 2009, o PT ocupa a prefeitura, sob a figura de Jairo Jorge, ao passo que ao PP cabe a vice-prefeitura, através de Beth Colombo.

efetivar políticas públicas. Como consequência, segundo eles, o partido paulatinamente adquiriria robustez suficiente para almejar o protagonismo no futuro. Contudo, a contra-argumentação, exposta especialmente por um suplente de vereador que participava dos debates, assegurava que a estratégia seria equivocada, já que o PT estaria apenas “usando” os progressistas, o que geraria, ademais, um “custo político” alto, que não se justificaria.

Finda a palestra, os participantes foram submetidos ao preenchimento de um formulário voltado à avaliação do evento, opinando acerca de itens como qualidade das instalações e das refeições, consistência das palestras e domínio dos palestrantes a respeito dos temas por eles apresentados. Finalmente, os organizadores do “retiro” conduziram a exposição de encerramento, agradecendo a presença de todos. Organizadas as malas, os participantes se reuniram no pátio da casa de retiros, havendo uma confraternização informal antes da despedida.

Por meio dessa “observação participante”, pudemos compreender na íntegra a lógica que rege os “retiros” da FTD, observando o ambiente, as pessoas e o conteúdo da doutrinação da entidade *in loco*, sem intermediários, o que sem dúvida acrescentou à presente dissertação valiosos subsídios. Ademais, pudemos manter contato com militantes progressistas e diretores da FTD, o que nos permitiu obter documentos e depoimentos essenciais à pesquisa que dificilmente poderiam ter sido obtidos por outros meios.

No que diz respeito à estrutura geral do curso, diríamos que merece relevo a qualificação dos palestrantes, muitos deles dotados de formação acadêmica e/ou vasta experiência política, o que sem dúvida contribuiu para o alto nível dos debates que presenciamos. Da mesma forma, a maioria das pessoas da turma com as quais conversamos mostrou-se bastante politizada, evidenciando uma militância consciente e profundamente engajada na vida partidária. A despeito das normas disciplinares impostas pela organização (que, diga-se de passagem, executou sua tarefa de forma impecável), notamos um ambiente distencionado, onde fomos muito bem acolhidos. Apesar disso, algumas pessoas relataram que o curso, devido à rotina repleta de atividades, seria “cansativo”, sem, no entanto, deixarem de frisar sua qualidade e sua importância. Também deve-se referir o conforto das instalações e a abundância das refeições oferecidas durante o curso (que, aliás, é inteiramente gratuito).

3.3 OS “CADERNOS DE AÇÃO POLÍTICA” E A DOCTRINA DA FTD

Para além dos “retiros”, a FTD desenvolve seu proselitismo também através de publicações regulares, tais como os “Cadernos de Ação Política”. Divulgados por meio eletrônico⁷⁶ e em formato impresso, tais documentos explicitam a doutrina da entidade e a percepção de seus líderes acerca de fatos políticos considerados relevantes para o Rio Grande do Sul e para o Brasil. Em sua primeira edição, são elencados os objetivos dos cadernos:

estes CADERNOS DE AÇÃO POLÍTICA buscam em primeiro lugar informar e formar doutrinariamente os filiados e simpatizantes do Partido Progressista Brasileiro/PPB estadual, oferecendo-lhes uma base para construírem e defenderem com firmeza e convicção suas posições ideológicas, firmeza e convicção que são hoje cada vez mais importantes para qualquer partido político (FUNDAÇÃO..., [2001?], p. 3).

Logo, a meta dos cadernos consistiria inicialmente na formação doutrinária dos militantes progressistas do Rio Grande do Sul, ofertando-lhes uma conscientização ideológica que é considerada imprescindível para os partidos políticos na atualidade. Contudo, o público-alvo é expandido também para a população em geral, já que a publicação ressalta que os temas abordados “ultrapassam o âmbito partidário e certamente interessarão a todas aquelas pessoas que desejam entender o que está acontecendo no Rio Grande do Sul” (idem, p. 3).

Intitulada “Democracia e Totalitarismo”, esta edição veio à luz durante a gestão do petista Olívio Dutra no executivo estadual (1999-2002) e se destaca pelas críticas ferrenhas dirigidas contra o PT. Atrelando o totalitarismo à esquerda e ao partido do então governador, a publicação sustenta que “no Brasil, o totalitarismo foi sempre representado por partidos e organizações de esquerda que seguiam as idéias marxistas-leninistas. A maior parte destes grupos está hoje no PT” (idem, p. 6). Nesse raciocínio,

O verdadeiro projeto do PT é chegar ao poder e estabelecer a ditadura do partido único, como na China, em Cuba e na Coréia do Norte. E como era na ex-União Soviética e em todos os países por ela dominados na Europa Oriental. Porque o verdadeiro projeto do PT é eliminar todos os demais partidos e toda a liberdade de opinião, de organização, de religião etc. (idem, p. 9).

Logo, os objetivos políticos do PT seriam intrinsecamente afinados com as bandeiras do socialismo real, o que demonstraria que o partido, a despeito de sua epiderme democrática, em verdade ocultaria um projeto político antissistêmico, totalitário e antidemocrático. Balizado em estratégias como a promoção da criminalidade, o silenciamento da imprensa, o

⁷⁶Todos os números dos “Cadernos de Ação Política” encontram-se disponíveis para *download* no *site* da FTD: <http://ftd.org.br/publicacoes/publicacoes/>.

controle ideológico da burocracia estatal e a partidarização da educação pública, o PT, prossegue o documento, estaria paulatinamente promovendo, através de Olívio Dutra, a implantação do totalitarismo socialista no Rio Grande do Sul.

Contudo, o corolário da alegada estratégia totalitária do PT seria a instrumentalização política do “Orçamento Participativo”, modalidade de consulta popular bastante divulgada pelos petistas no Rio Grande do Sul. Na visão da FTD, as plenárias do Orçamento Participativo, longe de representarem espaços de deliberação e participação cidadã, seriam análogas às reuniões dos *soviets* sob a ditadura bolchevique e trariam como interesse inconfessável um projeto político voltado à dissolução da democracia representativa (e do arcabouço democrático como um todo):

Tendo conseguido manipular e controlar todas as reuniões do Orçamento Participativo, o PT poderá se apresentar como o novo poder "democrático e popular" e exigir o fechamento das Câmaras de Vereadores, das Assembléias Legislativas e do Congresso Nacional. E instalar a ditadura marxista-leninista. Este é o seu verdadeiro objetivo. [...] Na Rússia, no Rio Grande do Sul e no Brasil o objetivo era e é acabar com as eleições livres, fechar as Câmaras de Vereadores, as Assembléias Legislativas e o Congresso Nacional, eliminar todos os partidos e substituir tudo pelas reuniões dos soviets, isto é, do Orçamento Participativo. Ao final, restarão apenas o partido único e o governo totalitário (idem, p. 31).

O governo de Olívio Dutra, durante o qual a Democracia Socialista (corrente interna do PT influenciada pelo trotskismo) foi muito influente, promoveu uma série de iniciativas que geraram a ira de setores mais conservadores do estado, o que teria contribuído para dar novo fôlego à polarização da política gaúcha (FILOMENA, 2008). No entanto, ainda que a administração de Dutra de fato tenha sido avaliada por alguns autores como ideologizada e dominada pelas facções mais à esquerda do próprio PT (MOURA, 2001; TAVARES, 2000), a natureza combativa das críticas explanadas pela FTD é ela própria bastante ideologizada, dotada de uma virulência incomum entre os partidos de direita no Brasil.

Como antídoto aos intentos totalitários creditados ao PT, a FTD receita que seria “fundamental reafirmar a crença nos princípios ético-religiosos da tradição judaico-cristã, porque eles pregam a dignidade inata e a liberdade do ser humano, seja contra a violência e a opressão dos poderosos, seja contra o terror e o totalitarismo” (FUNDAÇÃO..., [2001?], p. 45). Portanto, a exemplo das declarações colhidas no “retiro”, percebe-se que a religiosidade novamente emerge como elemento central na doutrina da FTD, que não raro a evoca como símbolo da contraposição às ideias da esquerda. Logo, o antídoto mais apropriado ao marxismo-leninismo pretensamente propagado pelo PT seria o cultivo dos valores cristãos.

As críticas ao PT, porém, não ficaram restritas ao primeiro número dos “Cadernos de Ação Política”, que na edição posterior, “Terrorismo e Democracia”, compilaram artigos de opinião a respeito dos atentados terroristas perpetrados pela *Al Qaeda* nos Estados Unidos em 2001. Embora o tema, *a priori*, pareça desvinculado do antipetismo, a FTD trata de correlacionar o terrorismo e certas práticas do PT. Não é outro o parecer de um dos autores que participaram desta edição: “não se iludam. Não estamos tão longe assim do terrorismo. O governo do RS está transmutando o gene da democracia”. (GODOY, [2002?], p. 43).

Com efeito, esta edição dos cadernos transcreve pareceres que arrolam similaridades entre os atos terroristas ocorridos em território estadunidense e certos acontecimentos promovidos pela esquerda no Rio Grande do Sul:

Dir-se-á existir desproporção entre o acontecido nos EUA e o que se passa por aqui, e ninguém o negará, mas entre ambos existe uma comunhão substancial, concretizada por grupos que se colocam acima da lei, nacional ou internacional, violando abertamente as regras de convívio humano. O alvo é agredir símbolos nacionais, lá e cá. Quem não se lembra da proteiforme agressão cometida aqui por ocasião da celebração dos 500 anos do descobrimento do Brasil, da cena selvagem da destruição do relógio, da deformação da história brasileira em livros didáticos, das tristes e inéditas manifestações no 7 de Setembro? Dir-se-á que estes fatos não seriam imputáveis ao MST, mas isto apenas revela que o trabalho de mutilação dos valores nacionais tem mais agentes além desse movimento, o que é igualmente grave (BROSSARD, [2002?], p. 23-24).

Haveria, portanto, uma “comunhão substancial” entre os jihadistas e os movimentos da esquerda gaúcha (nesse caso, o MST, implicitamente associado pelo autor ao PT): a destruição dos “valores nacionais” e da democracia. Esta visão é chancelada por outro autor cujo texto compõe o caderno. Para ele, o objetivo dos terroristas (muçulmanos ou esquerdistas) seria fulminar

[...] a democracia, os direitos humanos e a liberdade. Não cabe tergiversar sobre esse ponto essencial, sob pena de deslizarmos para as formas potenciais de despotismo, francamente religioso no caso dos fanáticos que perpetuaram esse fato ou político, no caso de setores do PT e intelectuais que festejaram ou relativizaram os fatos ocorridos (ROSENFELD, [2002?], p. 25).

Logo, o PT e a esquerda brasileira se difeririam dos militantes islâmicos apenas pela doutrina que fundamentaria seus atos: enquanto estes agem pretendendo cumprir preceitos religiosos, aqueles são fanatizados por uma ideologia política, o marxismo. O PT, prossegue o autor, tenderia à justificação do terrorismo:

Nesse sentido, não deixa de causar espanto a reação de determinados setores do PT e de intelectuais alinhados com essas posições, que defenderam indiretamente tais ações ou assumiram posições dúbias que conduzem à sua justificação. Há até

mesmo rumores de que alguns chegaram a comemorar, outros preferindo uma posição "politicamente correta", a saber, uma linha de condenação do atentado e todo um discurso ou artigo de crítica ao "neoliberalismo" e ao "imperialismo". Não nos deixemos iludir: determinadas "explicações" conduzem a justificações do terror. [...] Tal raciocínio é historicamente conhecido, correspondendo ao desenvolvimento dos germes de uma mentalidade totalitária (idem, p. 26-27).

Assim, o PT e a esquerda em geral exaltariam o terrorismo em decorrência de conveniências políticas, criticando-o eventualmente pelos mesmos motivos:

Não por acaso, no próprio dia do atentado, houve entre nós quem aludisse aos crimes do imperialismo americano, numa aparente justificativa para a brutalidade do terror. E o mais estranho é que esses severos juízes do imperialismo são justamente aqueles que aplaudiam o expansionismo e o terrorismo soviéticos de Estado ou silenciavam diante dos seus piores crimes (FRANCO [2002?], p. 17-18).

A terceira edição dos cadernos, intitulada "Fórum Social Mundial: utopia ou farsa?", persiste nas críticas à esquerda. Como se sabe, o Fórum Social Mundial (FSM) é um evento promovido por movimentos esquerdistas de todo o mundo, que sob o lema "um outro mundo é possível", congrega intelectuais, partidos políticos e ativistas sociais no debate em torno das alternativas ao capitalismo e ao "Fórum de Davos", que reúne, por sua vez, os protagonistas da economia global. Tendo sua primeira edição em 2001, na cidade de Porto Alegre (então administrada pelos petistas), o FSM é, no Brasil, identificado sobretudo com o PT. De fato, para a FTD, a escolha da capital gaúcha como palco para a realização do evento não é aleatória:

[...] sob o manto das mais elevadas intenções, reuniram-se em Porto Alegre os mesmos trogloditas da esquerda internacional, para fazer o que mais lhes agrada: falar para si mesmos sobre a maldade alheia em contraposição com seus elevadíssimos ideais. [...] A conta do Fórum é nossa. Aliás, são duas as razões para que o evento ocorra na capital do Rio Grande do Sul. Aqui há um governo disposto a pagar a fatura, com recursos do povo rio-grandense, para promover proselitismo ideológico. E aqui há um governo que usa recursos sociais para correr o mundo anunciando haver descoberto pela via do Orçamento Participativo o caminho das Índias da democracia. O que, como todos sabem, também é manipulação, proselitismo, frustração e mistificação (PUGGINA, 2002, p. 3-4).

Para além das críticas à utilização de recursos públicos para o financiamento do evento,⁷⁷ a FTD pondera que os agentes da esquerda estariam promovendo a "mistificação" e

⁷⁷O descontentamento diante do emprego dos recursos públicos é evidente em outro trecho do caderno: "Um bom começo para o Fórum seria evitar a propaganda estatal ufanista. Governo do Estado e Prefeitura pretendem gastar algo como R\$ 3 milhões na realização do evento. Estima-se que os visitantes irão deixar em torno de R\$ 23,5 milhões na capital, principalmente em restaurantes e hotéis, e que o retorno em impostos será próximo de R\$ 2,2 milhões. Da mesma forma que existem alternativas para os recursos utilizados com armas, existem para os recursos públicos. Será que estes mesmos R\$ 3 milhões não seriam melhor empregados na criação de postos de saúde, orfanatos e saneamento básico?" (ZANELA, 2002, p. 14). Não dispomos de dados oficiais a respeito dos recursos empregados pelo poder público para financiar o evento. A citação deste excerto objetivou apenas demonstrar a insatisfação dos autores (e, por consequência, da FTD) com este financiamento.

a deturpação da democracia parlamentar através da proposta de sua substituição pelo Orçamento Participativo, ideia que, aliás, encontrou guarida também na primeira edição dos cadernos. Tal mistificação se materializaria em decorrência da suposta ausência de proposições práticas como alternativas à ordem política vigente:

Para ouvir a discursão inócua ou lançar ao vento a retórica do nada, o governo gaúcho-petista não mediu esforços, nem recursos. Quanto ao slogan do Fórum, "um outro mundo é possível", se chega a ser alvissareiro, dá por outro lado um certo arrepio, porque o mundo que já se tentou fazer em nome dos mesmos ideais não deu nem um pouco certo. Pena que os inimigos da globalização liberal se abstenham de discutir no seu Fórum o extinto socialismo real nem avancem objetivamente na proposta de um modelo alternativo, que se contraponha ao que agora vigora planetariamente e que contempla a democracia e a liberdade de mercado. Talvez porque os turistas da esquerda que estão no Fórum sejam como o PT, que até hoje não sabe a que socialismo veio (BARBOSA, 2002, p. 10).

Embora se verifique a ideia de que o PT seria desprovido de um projeto político claro, o texto salienta que o partido operaria no campo do socialismo, que uma vez posto em prática, teria produzido apenas resultados nefastos. Com efeito, a experiência socialista seria anacrônica, pertencendo “à famosa lata de lixo da história”. O PT, por meio do FSM, estaria almejando ressuscitar uma “doutrina morta”:

Seria de esperar-se que, com o desmoronamento da União Soviética e o fracasso do marxismo, Porto Alegre se arejasse. Não é o que vemos. Alcaide e autoridades locais estão recebendo com orgulho os fósseis ambulantes de uma doutrina morta. [...] O Fórum Social Mundial se instala sob a sombra de Bin Laden. Quando afundou a União Soviética, as carpideiras do PT gaúcho foram correndo buscar afago nos braços de Castoriadis e Habermas, que vieram a Porto Alegre enxugar as lágrimas das viúvas inconsoladas. Intelectuais já em desprestígio na Europa sentiram-se guindados ao Olimpo, falando para hipnotizadas platéias nos salões da Reitoria da UFRGS. Um verdadeiro *bain de foule* para quem já estava sendo jogado à famosa lata de lixo da História (CRISTALDO, 2002, p. 18).

Já a edição posterior dos cadernos abraça inicialmente uma ênfase mais voltada às reflexões doutrinário-filosóficas, diante das quais as críticas ao PT que pautaram as versões anteriores tornam-se apenas residuais. Contudo, o documento não deixa de conter elementos interessantes para o estudo proposto na presente dissertação, que procura mapear a doutrina difundida pela FTD. Nesse sentido, o então presidente da FTD, Percival Puggina, em artigo intitulado “A importância da política”, disserta acerca de temas como a formação histórica do Brasil e os problemas morais que afligiriam o país na atualidade. No que se refere ao primeiro item, o autor positiva os caracteres psico-culturais que lapidaram a brasilidade, enfatizando a herança católica:

Vivemos dando sinais de que gostaríamos de ser anglo-saxões, materialistas, individualistas e racistas, quando, na verdade, teríamos sobradas razões para nos

orgulhamos do que somos: latinos e ibéricos, cristãos e mestiços. [...] somos católicos - pela graça de Deus - desde que os descobridores plantaram uma cruz nas areias de Porto Seguro e diante dela se ajoelharam reverentes para que os espantados nativos, nas palavras de Caminha, "vissem o respeito que lhe tínhamos". É pena que tais valores sejam, freqüentemente, apontados como se males fossem, levando-nos a querer ser diferentes do que somos e a seguir padrões culturais em quase tudo opostos aos nossos. Essa crise de identidade, essa baixa auto-estima, esse espírito do "não tem jeito, mesmo", produz conseqüências políticas e institucionais (PUGGINA, [2003?], p.10-11).

Assim, os problemas políticos e institucionais que atualmente assolariam o Brasil teriam gênese na negação dos valores que formaram a nacionalidade, como o cristianismo. De acordo com o autor, a promoção de reformas institucionais seria insuficiente para sanar as carências políticas do Brasil, que reclamariam sobretudo “uma visão cristã do Poder”:

Ensina o Cristianismo [...] que o poder político deve ser usado para realizar o bem comum (e isso, por si só, afasta a idéia de quaisquer regalias entre os frutos do poder). E ensina, também, que todo o poder legítimo, vindo de Deus, deve ser usado para o serviço do próximo. Como estamos longe disso, não é mesmo? Entendido em conformidade com a sã doutrina ele se converte em nobilíssima expressão da caridade; exercido como se tornou hábito entre nós, ele se converte em fonte de arbítrio, injustiça ou violência. [...] Por isso, parece importante lembrar o exemplo de Cristo, único personagem da história a se apresentar como alguém a quem todo poder foi dado no céu e na terra (idem, p. 16).

Porém, a segunda parte do caderno dedica-se a analisar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), valendo-se de um artigo de Jarbas Passarinho e de um estudo elaborado pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro. No primeiro documento, o ex-governador do Pará assegura que o MST, amparado pela Teologia da Libertação, seria um instrumento da revolução marxista:

O MST já não quer terra, mas toda a terra. Consolidou as invasões rurais e já tem os cadáveres que buscou ou fez. Na área urbana, não vejo possibilidade de repetir o movimento estudantil e as greves políticas de 1968. O movimento religioso dos cristãos-marxistas, sim. É uma aliança nítida, alimentada pela Teologia da Libertação, a estimular as invasões. Se Lula não vencer as eleições de outubro próximo, o MST pode tentar a aventura do "foquismo" que marcou a guerrilha do Araguaia. Na teoria da guerra revolucionária, a revolução já esgotou as fases iniciais. Só espera as famosas "condições objetivas", ensinadas por Marx (PASSARINHO, [2003?], p. 24-25).

Percebe-se que o autor condiciona o estancamento da “revolução” do MST à vitória de Luis Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais, ilação que evidentemente sugere uma íntima sintonia entre as duas entidades. De fato, o candidato petista venceu as eleições presidenciais em outubro de 2002, acontecimento que inspirou a sexta edição dos “Cadernos”. Intitulado “E agora presidente?”, o documento se inicia questionando com ironia a aparente inflexão ao centro que teria contribuído para o sucesso eleitoral de Lula:

Oremos, pois, por todos os milagres prometidos. E oremos, especialmente, para que os cegos vejam! Porque se os cegos do MST, do MPA, do MTD, da Via Campesina, da DS, da AE, não virem, há forte possibilidade de que sobrevenha um período de pragas durante o qual o país estará vulnerável ao serpentário criado por seu presidente, antes da recente conversão institucional (PUGGINA, [2003b?], p. 5).

Assim, de acordo com o autor, certos movimentos sociais (Movimentos dos Sem-Terra, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento dos Trabalhadores Desempregados) seriam fomentados pelo PT e agiriam em bloco com algumas correntes internas do partido (Democracia Socialista e Articulação de Esquerda), constituindo um “serpentário” potencialmente perigoso para o país.

A “conversão” de Lula ao centro é questionada por outro participante da edição, que em artigo de título sugestivo, “O medo”, interroga: “será que estamos diante de um mero jogo de palavras ou de uma transformação real?” (ROSENFELD, [2003?], p. 10). A resposta emerge em outro artigo que compõe o documento:

Há uma contradição evidente entre o tom pacifista e conciliatório de Lula, na TV, e o pensamento predominante no seio do partido e de seus vários agregados, como o MST, a CUT e a CNBB. E os tucanos - sempre no meu parecer - têm todo o direito de expor ao julgamento dos eleitores essa potencialmente perigosa ambigüidade do adversário. Perigosa, sim. Se eleito, o que fará Lula com os seus radicais? [...] Vamos supor que essa conversão, embora muito recente, seja sincera. Mesmo assim, de outro lado, está a base ideológica do partido, formada por marxistas-leninistas, trotskistas raivosos, revolucionários de espírito e a mais ampla gama de rebeldes com ou sem causa (KUJAWSKI, [2003?], p. 30).

Portanto, para além do discurso moderado do então candidato petista, seu partido e os grupos sociais que o sustentaram abraçariam uma ideologia revolucionária “perigosa” que reclamaria espaço no futuro governo, arrebatando-o à esquerda. Não é diferente o veredito de outro participante do “Caderno”: “A prova de que a virulência revolucionária do PT não foi extirpada está em que volta e meia ela se trai, como, por exemplo, no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. (...) foi a volta do que, outrora, se denominava de Internacional Comunista” (MELLÃO NETO, [2003?], p. 14).

Em que pese o fato de que semelhantes prognósticos possam ter se mostrado virtualmente equivocados a partir da prática político-administrativa geral de Lula na presidência da República, o modo através do qual o tema foi abordado pela FTD parece sintomático e evidencia o forte antipetismo (e anticomunismo) que caracteriza o PP/RS, o que também verificamos durante o “retiro” analisado anteriormente.

A parte final desta edição é escrita por Celso Bernardi, presidente do então PPB no Rio Grande do Sul. Seu artigo, intitulado “O PPB que temos e o PPB que queremos”, evoca os sucessos eleitorais da ARENA para salientar a tendência de enfraquecimento do partido atualmente:

Já fomos, um dia, o maior partido do Ocidente. Esquecidos de como chegamos a ser um gigante, entramos em um roteiro de equívocos que nos levou a ser, hoje, um partido médio, com risco de ficar pequeno. Nos últimos dez anos fizemos fusões improvisadas, mudamos de siglas, abdicamos de candidaturas e navegamos ao sabor dos ventos e das ondas eleitorais, sem, no entanto, saber com clareza a que porto queremos chegar (BERNARDI, [2003?], p. 50).

Para além da apologia do partido arquitetado pelos militares na década de 1960 (“um gigante”), Bernardi lamenta a inconsistência doutrinária do atual PP, atribuindo-lhe a responsabilidade pela perda de expressividade do partido:

Ficamos, sem unidade e identidade, meio tontos, ziguezagueando em um cenário repleto de contradições, com líderes apoiando socialistas, e outros, enrustidos, pedindo voto para nossos adversários ideológicos, a despeito da clara postura doutrinária que sempre tivemos. O resultado, como não poderia deixar de ser, foi a perda ainda maior da identidade partidária, a diminuição de tempo de rádio e televisão na próxima eleição e a ausência do PPB no debate político nacional (idem, p. 51).

Logo, o PP teria perdido a coerência de outrora, e abdicando de uma postura ideológica clara, teria se fragilizado também eleitoralmente. Para o autor, no entanto, o reerguimento do partido seria possível. Eis a fórmula proposta:

Chegou a hora de buscarmos maior densidade ideológica. Somos de direita, centro, de centro-direita? E exatamente o que é isso? Atrás do rótulo, o que tem? Qual nossa diferença com outros partidos? Precisamos remodelar nossa cultura partidária, modernizar a doutrina, redefinir nossas aspirações. Precisamos de mais substrato ideológico, a exemplo da direita europeia. A Fundação Milton Campos deve receber do partido, em todos os estados, as condições para capitanear esse processo, a exemplo do que consegue no Rio Grande do Sul através da integração estabelecida com a Fundação Tarso Dutra (idem, p. 52-53).

Logo, ao PP seria imperativo definir-se ideologicamente, explicitando seus valores políticos “a exemplo da direita europeia”. Para a consecução de tal tarefa, os órgãos responsáveis pela salvaguarda da doutrina partidária e pela formação dos militantes seriam os mais adequados. Nesse sentido, o autor (que, sublinhamos, era então presidente do PP/RS)⁷⁸ avaliza as ações da FTD e propõe que o mesmo protagonismo seja ampliado à Fundação Milton Campos no âmbito nacional. A julgar pelos dados que expusemos até aqui, a FTD parece de fato ter advogado para si a condição de porta-voz da doutrina progressista,

⁷⁸Bernardi assumiria novamente a presidência estadual do PP em 2011.

promovendo, inclusive, o estreitamento de laços com partidos conservadores europeus. Além disso, as assertivas de Bernardi chancelam a percepção de parte da militância do PP gaúcho, que conforme já assinalamos, constrói um discurso de diferenciação em face do PP nacional, uma vez que a definição doutrinária do partido já estaria adiantada no Rio Grande do Sul.

Já a sétima edição dos Cadernos é inteiramente dedicada à exposição da doutrina do PP. Sob o título “PPB: identidade, unidade e ação”, o documento inicialmente retoma o clamor pela ideologização da sigla, deixando subentendido que os progressistas deveriam encabeçar o campo político conservador: “impossível não perceber que há um vácuo político exatamente no espaço que o PPB deveria estar ocupando” (FUNDAÇÃO..., [?], p. 6). Assim, haveria um eleitorado potencialmente inclinado a confiar seu voto em partidos conservadores/direitistas. Embora não se percebesse a existência de uma sigla que empunhasse essa bandeira, o PP seria o partido mais credenciado para ocupar tal espaço.

Em seguida, a edição trata da “matriz doutrinária progressista”. O primeiro item destacado é “a dignidade da pessoa humana”, conceito que teria sido “articulado pelo pensamento cristão” (idem, p. 8). De fato, a ideia de “pessoa humana” encontra acalorada acolhida entre os exegetas católicos, notando-se sua presença inclusive em algumas encíclicas papais, como a *Rerum Novarum*, escrita em 1891 por Leão XIII. Essa referência mais uma vez denota o constante embasamento religioso perseguido pela FTD.

O amparo religioso está novamente presente mais adiante, quando o “Caderno” discute o individualismo e o coletivismo:

Como admitir-se que duas noções antagônicas possam estar corretas? Ou, ainda: como podem ambas estar erradas embora coincidam com o que se observa? Onde está, afinal, a verdade? Ela não está em qualquer das duas (como revelaram todas as práticas individualistas e coletivistas). Para encontrar-se a verdade é preciso reconhecer aquilo que a doutrina cristã ensina: a pessoa é um ser ao mesmo tempo individual e social. O bem da pessoa e da sociedade não pode ser atendido por uma ordem que desconheça essa dupla condição. Assim, o Estado não existe para garantir os espaços do egoísmo nem para extinguir o interesse individual (PUGGINA, [?] p. 11).

Assim, a FTD, em nome do PP, associa o individualismo ao liberalismo e o coletivismo ao socialismo, pretendendo fulminá-los com base naquilo que “a doutrina cristã ensina”. Outro ponto valorizado é a desigualdade, fator tido como natural. Conforme ressaltamos no primeiro capítulo, Bobbio afirma que para a direita “as desigualdades são

naturais, e enquanto tal, inelimináveis” (BOBBIO, 1995, p. 121). A FTD parece incorporar plenamente esta premissa, amparando-se mais uma vez na religiosidade:

Não existem duas pessoas iguais. Mesmo aquelas que vemos como "parecidas" diferem entre si em uma infinidade de aspectos. Deus não se repete. E as conseqüências dessa originalidade se multiplicam pela combinação de diferentes vontades e graus de liberdade com desigualdades físicas, psíquicas, emocionais e intelectuais. Ao criar com tão caprichosa variedade, Deus expressa determinados desígnios que relutamos em aceitar (PUGGINA, [?] p. 12).

Como consequência da desigualdade que teria sido forjada pelo próprio Deus, a garantia plena da propriedade privada é defendida pela FTD, que novamente recorre aos documentos da Igreja Católica para cimentar sua doutrina: “o direito à propriedade privada serve à eficiência da vida econômica, à segurança pessoal e familiar, à liberdade e a civilização. (...) Esses enunciados sobre o direito de propriedade (...) foram formulados nas encíclicas” (idem, p. 28).

Em seguida, esta edição dos “Cadernos” expõe na íntegra o manifesto nacional do PP, que, aliás, possui um conteúdo significativamente diferente da doutrinação formulada pela FTD à medida que omite referências ao conservadorismo. Com efeito, o manifesto partidário é ideologicamente difuso, destacando princípios vagos, como a defesa da democracia, o combate à corrupção e a primazia do interesse público na condução da política. Assim, os elementos ostensivamente conservadores que pautam o discurso da FTD desaparecem quando o partido se dirige ao público externo, o que pode revelar as divergências entre o PP/RS (ou parte dele) e a cúpula nacional. De fato, no capítulo anterior identificamos evidências de mensagens abertamente conservadoras também no discurso externo dos progressistas gaúchos, o que é menos aparente quando o partido se manifesta nacionalmente. Essa tensão não está presente apenas na percepção de frações da militância ou na conduta diferenciada do PP gaúcho na composição de alianças eleitorais: pode ser verificada nas críticas tecidas pelo presidente estadual da sigla à direção nacional do partido. De fato, o documento prossegue com um artigo de Celso Bernardi, que aponta dois motivos para a fragilização do PP:

[...] a falta de identidade e a falta de comando nacional. Nos tornamos um partido silencioso sobre a nossa ideologia, discreto sobre o nosso programa, sem uma agenda positiva, sem alternativas para as reformas que o país precisa, enfim, um partido que não se modernizou, mesmo dispondo de líderes fortes e de um quadro intelectual de qualidade. (BERNARDI, [?], p. 42).

Como se percebe, há um descontentamento diante das estratégias da cúpula nacional do partido, que estaria paralisado e carente de propostas. A superação deste quadro, por sua

vez, estaria condicionada à construção de uma identidade partidária, ligada à maior ideologização, que pelo contexto que já apreciamos, deveria respeitar a sintonia com o conservadorismo.

Nesta linha de raciocínio, o documento finaliza com “considerações sobre um plano de reestruturação partidária”. O texto insurge-se contra a tendência de indiferenciação programático-ideológica dos partidos políticos brasileiros, o que concorreria para o reino do “fisiologismo”:

O Brasil precisa de partidos políticos fortes, identificados e reconhecidos pelos seus princípios e valores, com identidade doutrinária e programática. Estruturas frágeis, fisiológicas e sem consistência doutrinária – meras máquinas eleitorais nacionais e estaduais – perdem sucessivamente seus espaços (CONSIDERAÇÕES..., [?], p. 44).

Logo, os *catch-all parties*, desprovidos de ideologia e atentos apenas aos interesses eleitorais, perderiam representatividade. O caminho apresentado para que o PP se libertasse deste contexto seria justamente um retorno à ideologização.

A oitava edição dos “Cadernos” abdica das reflexões doutrinárias, resgatando as críticas ao PT e ao então presidente Lula da Silva. Intitulada “Fome de propaganda? Propaganda da Fome?”, a edição traz uma coletânea de artigos acerca das ações sociais do governo federal, enfatizando abordagens sobre o programa “Fome Zero”. Lançado como grande prioridade da gestão Lula, o “Fome Zero” objetivaria extirpar a carência alimentar dos brasileiros e foi acompanhado de imensa repercussão nos meios políticos e na imprensa. Em síntese, a posição da FTD em face do assunto orbita em torno da ideia de que o programa seria “assistencialista”, não resolveria a miséria estruturalmente e teria sido forjado sobretudo como instrumento de *marketing* político. Nesta perspectiva, as ações de Lula e do PT, antes de almejarem realmente suprimir a chaga da fome, ambicionariam a perpetuação petista no poder através de uma propaganda de caráter populista e clientelista. O “Fome Zero”, em suma, seria uma “ancestral prática assistencialista de doar o pão com uma mão só para com a outra recolher o voto do faminto agradecido” (NÊUMANNE, [?], p. 19) .

A nona edição visa debater a reforma da previdência, compilando artigos a respeito do assunto publicados na imprensa. Os textos centram-se em questões técnicas, e o elemento ideológico não se faz presente, motivo que torna a análise do documento pouco atrativa para a nossa pesquisa.

No entanto, a última edição dos “Cadernos” publicada até o momento foi batizada de “O que pensa o PP”, e como o título sugere, é inteiramente dedicada às discussões doutrinárias, revelando aspectos emblemáticos do conservadorismo que caracteriza a ideologia da FTD. Inicialmente, o documento aborda o segmento jovem da população. Após expor o histórico de cooptação da juventude pelos movimentos de esquerda, o então presidente da FTD afirma:

Virar essa página tem sido o grande desafio dos partidos do campo conservador. É na centro-direita que estão os jovens mais bem preparados do país, com visão de futuro, reta formação moral, espírito empreendedor e capacidade profissional. Talvez eles mesmos nem saibam, mas possuem um perfil que se enquadra perfeitamente na inspiração doutrinária de partidos como o PP (BENVEGNÚ, [?], p. 9).

Neste raciocínio, os jovens conservadores seriam a parcela mais qualificada da juventude e possuiriam uma tendência inata para sintonizar-se com o ideário do PP. Conquistá-los seria uma tarefa importante para os progressistas:

O passo que é preciso dar é trazer esses jovens, cada vez mais, para dentro do ambiente partidário, mostrando que o que pensam da vida e do mundo se aproxima muito com o ideário do Partido Progressista. Mas aí é que está o problema: como se conquista estes jovens que, se por um lado, jamais serão joguete da esquerda (porque não caem nas falsas esperanças), por outro, também não vão servir de bengala de marketing para partidos e para políticos de centro-direita? Há uma imensidão de jovens assim, que jamais serão de esquerda, mas que ainda não foram convencidos por outro campo ideológico. Intelectualmente, em termos políticos, estão vagando; são apolíticos (idem, p. 9-10).

Novamente se percebe a ideia de que haveria um vácuo na representação política do conservadorismo, uma vez que a suposta existência de uma “imensidão de jovens” conservadores não teria desencadeado a ação política de um partido que os representasse. Assim, estes jovens, ainda que não tenham sido seduzidos pelas “falsas esperanças” propagadas pelas ideologias de esquerda, igualmente não teriam sido mobilizados pela direita. Nesse sentido, o PP seria o partido credenciado para fazê-lo, uma vez que a visão de mundo dos jovens coincidiria com “o ideário” dos progressistas. As estratégias necessárias para atingir este objetivo são exemplificadas por Benvegnú:

Para ficar num exemplo atual: qual estilo de fazer política é melhor e mais defensável: a do esquerdista revolucionário Hugo Chávez ou da conservadora Ângela Merkel, que está reformando a Alemanha para o futuro, sem demagogia e populismo? Agora eu pergunto: será que as pessoas sabem que o PP está muito mais para Ângela Merkel do que para Hugo Chávez? Só se pode mostrar este tipo de paradigma para os jovens se formos a fundo nas idéias que nos aproximam de políticos como ela (idem, p. 11).

A analogia entre Merkel e Chávez parece pretender demonstrar que o PP deveria declarar-se ostensivamente conservador, o que lhe renderia bons dividendos políticos, inclusive no que se refere à conquista dos jovens. Com efeito, conforme verificamos no capítulo anterior, o PP costuma explorar valores conservadores como apelos voltados justamente à cooptação da juventude, ao contrário da concepção corrente, que associa os jovens à bandeiras como revolta ou ruptura. Mais uma vez, o fenômeno da “direita envergonhada” desaparece, e a tentativa de aproximação com movimentos e líderes políticos ligados à direita conservadora é instrumentalizada como subsídio ao discurso da FTD.

Dentre estes apelos, a religiosidade ganha relevo mais uma vez: “o Humanismo Cristão é a mais antiga e coerente das respostas [...]. E é nele que partidos como o PP, ou que partidos como o de Ângela Merkel, buscaram inspiração. É esse o maior patrimônio dos partidos conservadores, que não pode ser desprezado” (idem, p. 12). Assim, os valores cristãos seriam os pilares do conservadorismo e dos partidos conservadores, cabendo ao PP defendê-los e usá-los como instrumento privilegiado para o sucesso do proselitismo político.

Mesmo sob o risco da repetição, cabe transcrever outro extrato do texto de Benvegnú:

Os jovens que têm uma proximidade com a esquerda só vão se afastar dela se o campo conservador for a fundo para demonstrar suas táticas e suas contradições. E o primeiro passo, inclusive, é se assumir, sim, como conservador. Não tem nenhum mal nisto. As pesquisas mostram que o eleitorado brasileiro, em sua maioria, mesmo sem saber, é conservador (idem, p. 13).

Logo, o PP (e os conservadores em geral) precisariam “se assumir”. A identificação explícita com o conservadorismo traria consigo a capacidade de representar politicamente o eleitorado brasileiro, que “em sua maioria”, seria conservador “mesmo sem saber”.⁷⁹

Mas no que consistiria o conservadorismo? O então presidente da FTD responde: “Conservador conserva alguns valores imutáveis, mas aceita progredir e rever posições. Negocia o que pode ser negociado” (idem, p. 13). Portanto, exceção feita a bandeiras e concepções tidas como “imutáveis” e inegociáveis, o conservadorismo não repudiaria o progresso. A exemplo do que verificamos anteriormente, a FTD, sobretudo através das mensagens irradiadas em seus “retiros”, procura associar-se ao conservadorismo sem descartar o progressismo, termo que é ressignificado e assume identidade apenas com as

⁷⁹A respeito deste pormenor, importa referir um artigo publicado por Percival Puggina no *site* do PP/RS: “Você é, mas não sabe”. O título, como se percebe, é bastante sugestivo e pretende sustentar que a maioria da população seria conservadora, a despeito de não ter ciência da posição ideológica em que se encontraria.

melhorias das condições de vida. É possível que a referência à palavra “progresso”, inclusive, tenha gênese na necessidade de justificar sua presença no próprio nome do PP: Partido Progressista.

Em artigo intitulado “O sempre atual programa conservador”, Luciano Dias, cientista político da FMC, retoma essa questão. Para o autor, um “valor programático do Partido Progressista que promove essa conexão saudável entre passado e futuro, entre a política nacional e a conjuntura internacional, é a defesa das tradições”. (DIAS, [?], p. 17). Logo, a manutenção das tradições seria uma bandeira política que deveria ser transposta às políticas públicas. Entre os valores tradicionais se incluiriam demandas como a “defesa da vida” (referência clara ao aborto). A ameaça a estes valores se espelharia na ameaça à religiosidade “por um mundo marcado pela intolerância e pelo secularismo compulsório” (idem, p. 16).

Com efeito, já verificamos que o apelo à religião é constante nos documentos e no discurso da FTD. Contudo, um dos elementos centrais da linguagem religiosa da entidade se condensa na ideia de “solidarismo” e no amparo da doutrina social católica. Compreender suas origens e o modo pelo qual a FTD instrumentaliza estes conceitos é o objetivo do próximo tópico.

3.4 O SOLIDARISMO

Para além da preocupação com a vida espiritual, a Igreja Católica historicamente manteve laços com o universo temporal e político, o que fica evidente especialmente após o advento de sua íntima associação com o Estado durante a Idade Média ocidental. A relação entre estas duas esferas se justificaria à medida que

A salvação, que o Senhor Jesus nos conquistou por um “alto preço”, se realiza na vida nova que espera os justos após a morte, mas abrange também este mundo nas realidades da economia e do trabalho, da sociedade e da política, da técnica e da comunicação, da comunidade internacional e das relações entre as culturas e os povos (MARTINO, 2005, p. 17).

No entanto, a visão social da igreja só é explicitamente codificada após a publicação da encíclica *Rerum Novarum*, escrita em 1891 pelo papa Leão XIII. No documento, o pontífice critica a exploração desmedida do trabalho operário desencadeada pelo capitalismo oitocentista, mas reitera sua oposição à premissa da “luta de classes” que impulsiona a ação social do marxismo. Propõe, em seu lugar, a “caridade cristã”, que deveria nortear a relação patrão-empregado e toda a dinâmica da economia e da política.

Embora essa doutrina tenha influenciado profundamente vários teólogos e movimentos políticos (como, por exemplo, alguns partidos da democracia-cristã europeia), interessa-nos, para os fins desta pesquisa, um pensamento específico que dela se derivou: o “solidarismo”, termo que faz parte do lema da FTD. Formulado pelo padre jesuíta Heinrich Pesch (1854-1926), o solidarismo apropria a doutrina social católica, enriquecendo-a através do acréscimo de elementos como o cooperativismo e a busca do “bem-comum”.

Através destes apelos, o solidarismo coloca-se como uma “terceira via” entre a alternativa liberal e a alternativa socialista:

É preciso reconhecer que se faz necessária uma “terceira via”, se não quisermos cair nas malhas nem da primeira, nem da segunda. [...] De fato, o liberalismo e o socialismo constituem dois extremos. O primeiro se agarra demasiadamente ao indivíduo, e o segundo propugna ferrenhamente a sociedade. [...] Fica pois de pé a necessidade de repensar o problema. O grande movimento que tenta fazê-lo se chama Solidarismo (GRINGS, 1978, p. 113).

Outros autores, também pertencentes às fileiras católicas, manifestam julgamento idêntico acerca da posição ocupada pelo solidarismo:

Contrário à natureza social do ser humano é o individualismo, por negar-lhe o ordenamento natural para a solidariedade. Por sua vez, o coletivismo admite ser o homem social, mas anula a sua dignidade como pessoa, desconhece-lhe os direitos inalienáveis e vê a sociedade humana quase como uma grei de brutos. Para designar, com um nome, o sistema social, que se situa, como intermediação (*via media*, *Vermittlung*) entre essas duas posições extremas, o jesuíta alemão Heinrich Pesch cunhou o termo *solidarismo* (ULMANN e BOHNEN, 1993, p. 81).

Esta ideia de “terceira via” é acatada pela FTD. O assunto é abordado em um dos “Cadernos”:

O liberalismo desregrado (individualista) e o socialismo utópico (coletivista) encontram suas semelhanças exatamente nessa característica egoísta e excludente. O Partido Progressista rejeita os dois extremos. Não somos liberais, tampouco socialistas. Somos solidaristas! Diferente do que prega a utopia socialista, o solidarismo entende que tudo começa com a voluntária e individual adesão ao bem, sem a imposição estatal e sem a igualização das pessoas humanas (TURRA, [?], p. 7).

Portanto, o PP repudiaria simultaneamente o socialismo e o liberalismo, propondo o solidarismo como uma doutrina capaz de oferecer novas soluções políticas:

O solidarismo é, portanto, a alternativa ideológica ao liberalismo e ao socialismo. Nada deu mais certo do que a postura solidária, seja na vida ou na política. Esse é o caminho mais produtivo para a superação de muitos dos nossos problemas, em favor do qual devem convergir igrejas, instituições, escolas, órgãos de imprensa e partidos. Mas ele só se solidifica de verdade se contar com a adesão racional e a

emotivade cada um de nós. Praticar o bem e dar de si: eis como podemos ajudar a mudar o nosso país: eis o pressuposto para fazer política no PP (idem, p. 8).

Se o solidarismo opera como fundamento às proposições políticas da FTD, vimos ao longo deste capítulo que a difusão de tais proposições ocorre por meio dos “retiros” e da publicação de textos doutrinários compilados nas edições dos “Cadernos de Ação Política”. Pelo conteúdo ideológico emanado destas atividades e destas publicações, percebemos que a FTD funciona como um órgão fundamental para a formação da militância partidária e de sua doutrina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Angelo Panebianco assinala que “é a presença dos crentes que impede os partidos de serem aqueles animais oportunistas descritos por Downs, prontos para mudar da esquerda para a direita e da direita para a esquerda por um punhado de votos” (PANEBIANCO, 2004, p. 54). Assim, em oposição aos “carreiristas” (militantes voltados à conquista das benesses oriundas do espólio econômico produzido pela conquista do Estado pelos partidos), os “crentes” representariam a base ideológica das siglas. Em raciocínio análogo, Bourdieu (2001) identifica duas categorias de militantes partidários: os “puristas” (sensíveis aos apelos ideológicos) e os “pragmáticos” (interessados em obtenção de espaços de destaque). Ancorando-se nesses pressupostos, emerge a seguinte questão: em face da indiferenciação programática e da tendência centrípeta que muitos analistas vislumbram na dinâmica política contemporânea, os “crentes” estariam definitivamente condenados ao ostracismo?

Este questionamento costuma encontrar resposta positiva diante do contexto em que atualmente opera a política. No caso brasileiro, de fato, ingredientes como o fisiologismo, a corrupção, o personalismo e as “alianças eleitoreiras” dão fôlego à percepção de que os nossos partidos políticos, de um modo geral, estariam dominados pelos “carreiristas”. No refluxo desta ideia, a presente pesquisa procurou examinar os elementos que permitiriam a manutenção de posicionamentos doutrinário-ideológicos no interior de um partido político (o Partido Progressista) em um *locus* específico (o Rio Grande do Sul). Nesse sentido, procuramos demonstrar que certas bandeiras ideológicas – particularmente as bandeiras conservadoras – possuem relevância para muitos militantes progressistas, ao menos no âmbito do discurso interno promovido pelo partido. O protagonismo na atividade de difusão deste discurso cabe à Fundação Tarso Dutra, que aglutina “os crentes” (ou “puristas”) no interior do PP gaúcho e difunde a valorização dos “incentivos coletivos”, para valerem-nos novamente da terminologia de Panebianco.

A fim mapear este fenômeno, procuramos inicialmente elencar os aportes oferecidos pela literatura da Ciência Política no sentido de tecer uma interpretação dos conceitos de ideologia e de suas consequências para a disputa política. Assim, no primeiro capítulo vimos que termos como “direita” e “esquerda”, a despeito de sua vulgarização mais do que secular,

suscitam relativizações na atualidade. Nesse sentido, o advento de novas pautas sociais promoveria uma espécie de “colonização” do campo político, fato que se manifestaria especialmente por meio das chamadas “questões pós-materialistas”. Com efeito, é na esteira desta premissa que alguns autores assinalam a exaustão da dicotomia direita-esquerda, que pelo seu suposto simplismo, não daria conta de expressar integralmente os complexos dilemas impostos pela sociedade contemporânea aos atores políticos. Essa sociedade, aliás, estaria sofrendo um processo de ressignificação profunda, de onde emergiriam paradoxos robustos o suficiente para classificá-la como um novo momento histórico, uma “nova era”.

Contudo, a manutenção de determinados padrões psico-sociais contribui para a fragilização dos argumentos propensos à crença no ineditismo absoluto do tempo presente. Paralelamente, percebemos que a tese do esgotamento da díade direita-esquerda (e das ideologias com um todo) está longe de ser consensual. Além da utilização recorrente da díade no senso comum, seria possível apontar a sobrevivência de identidades ideológicas na percepção e na *praxis* de eleitores e outros atores políticos, inclusive no Brasil. Da mesma forma, a permanência de categorias como “direita”, “esquerda”, “conservadorismo”, “progressismo”, “liberalismo” e “socialismo” encontra eco no referencial teórico de muitos cientistas políticos, que não raro neles se alicerçam. De fato, vimos que autores como Bobbio (1995) não apenas acatam a validade das identidades ideológicas na política, mas dedicam-se à empresa de codificá-las e de atribuir-lhes signos distintivos. Como complemento, mesmo prescindindo de análises ontológicas acerca dos significados de conceitos como “direita” e “esquerda”, é extensa a lista de pesquisadores que classificam ideologicamente os partidos políticos e o comportamento dos eleitores, assinalando inclusive a existência de relações entre preferências ideológicas e opção de voto.

Transpor esta temática para o nosso objeto de pesquisa, o PP, foi intuito do segundo capítulo. Mediante exame das origens históricas do partido e de seu enquadramento no *continuum* direita-esquerda efetuado pelos cientistas políticos, vimos que o PP invariavelmente ocupa o espaço político pertencente à direita. Com efeito, se a raiz arenista da sigla produziria uma associação quase natural ao campo conservador, a recente aliança nacional dos progressistas com o PT poderia sugerir uma inflexão ideológica ao centro. No entanto, esse episódio não foi suficiente para afastar o PP da direita, conforme atestam, em unísono, os estudiosos do assunto.

No caso específico do PP gaúcho essa migração ideológica é ainda menos perceptível. De fato, a sigla estadual não apenas se insurge contra a política de alianças desenvolvida pela cúpula nacional (apresentando candidaturas próprias ou ligando-se às forças de oposição ao PT), mas também cultiva um sentimento de singularidade atribuído ao partido no Rio Grande do Sul. O PP gaúcho, sustentam os militantes por nós investigados, seria fundamentalmente diferente do PP nacional e a base desta diferença residiria, em boa medida, na afirmação de crenças políticas ligadas ao conservadorismo.

Para além dessa percepção abstrata, a singularidade do PP/RS é saliente na apreciação de seus resultados eleitorais no estado. À margem de uma tendência de paulatina perda de espaços políticos por parte do PP no Brasil durante os últimos anos, os progressistas gaúchos mantêm alguma estabilidade eleitoral. Uma estabilidade alicerçada em números expressivos, já que o PP/RS tem mantido sob controle, como vimos, cerca de 30% das prefeituras e 27% das cadeiras nas câmaras municipais, além de cerca de 18% das cadeiras na Assembleia Legislativa e na bancada gaúcha lotada na Câmara dos Deputados.

Este relativo êxito eleitoral seria acompanhado por uma postura ideológica consistente e bem articulada? O conteúdo das propagandas institucionais veiculadas pelo PP/RS no ano de 2010 nos permitem concluir que o discurso externo do partido não raro se pauta por uma postura de enfrentamento às forças políticas de esquerda, o que é subsidiado pela apologia de valores ordinariamente associados ao conservadorismo, como a defesa da ordem de comportamentos tradicionais (como a religiosidade). Ademais, a julgar pelos dados que colhemos junto a militantes progressistas – que uma vez instados a classificarem o partido ao qual pertencem na escala direita-esquerda optaram pelos itens “direita” (63,6%) ou “centro-direita” (27,2%) –, o PP gaúcho não pode ser enquadrado indistintamente no fenômeno da “direita envergonhada”.

Com efeito, o conservadorismo e os valores relacionados ao campo político de direita são amplamente acatados, especialmente pelos filiados que participaram dos cursos de formação oferecidos pela FTD. Esta afirmação se sustenta na adesão explícita ao conservadorismo, doutrina na qual se alinham nada menos que 54% dos entrevistados, o que fulmina maiores possibilidades de existência recorrente do fenômeno da “direita envergonhada” entre determinados extratos da militância progressista.

Contudo, observamos que a afirmação destes ideais se torna possível ou se potencializa em decorrência da atuação da FTD. Dotada de competência estatutária para salvaguardar a doutrina do PP/RS, a entidade absorve e promove princípios conservadores abertamente, o que percebemos mediante participação em um de seus cursos de formação e através do conteúdo de suas publicações. De fato, nossa “observação participante” em um dos “retiros” da FTD enriqueceu a pesquisa, à medida que permitiu revelar o discurso interno do partido na íntegra, sem filtros advindos de possíveis preocupações eleitorais que eventualmente “contaminam” o discurso externo dos partidos. Assim, verificamos que a oposição ao PT e à esquerda em geral, ao lado da exaltação de valores morais ou religiosos, constituem a espinha dorsal da ideologia propagada pela FTD. Tal ideologia também se manifesta nos “Cadernos de Ação Política”, boletim doutrinário regularmente publicado pela Fundação. Por meio do exame de cada uma das dez edições do documento publicadas até o momento, notamos que a identificação à direita, a ojeriza diante do PT e a afirmação de elementos como a religiosidade e a tradição formam o arcabouço doutrinário do conservadorismo abraçado pela FTD, que se completa com o acréscimo do “solidarismo” e sua pretensão de contrapor-se simultaneamente ao liberalismo e ao socialismo.

Estes dados sugerem que se é verdade que a cobiça pelo *pork barrel* norteia muitos militantes e líderes políticos “carreiristas” ou “pragmáticos” – o que certamente se dissemina na maioria dos partidos e também no seio do próprio PP –, parece igualmente verdadeira a existência e a atuação consistente dos “crentes” ou “puristas”. Estes, juntamente com a ideologização que lhes é intrínseca, estão longe de serem uma força secundária condenada ao ostracismo, ao menos no que se refere ao Partido Progressista do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ludmila Chaves. **PPB: Origem e trajetória de um partido de direita no Brasil**. 233 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

AMBIGUIDADE. **Zero Hora**. Porto Alegre: 28 abr. 2011, p. 10.

BARBOSA, Maria Lúcia Victor. Um outro mundo é possível? **Cadernos de Ação Política**, n. 3, Porto Alegre, 2002, p. 9-12.

BARCELLOS, Miguel Peracchi. O PP não é assim. **Fundação Tarso Dutra de Estudos Políticos e Administração Pública**. Porto Alegre [2011]. Disponível em: <<http://ftd.org.br/noticias/o-partido-progressista-nao-e-assim/>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BENOIT, K; LAVER, M. **Party policy in modern democracies**. New York: Routledge, 2006.

BENVEGNÚ, Cléber. Che Guevara, a farsa. **Partido Progressista**. Porto Alegre: [2007?]. Disponível em: <<http://www.pp-rs.org.br/artigos.php?colunista=7/>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

_____. Perspectivas para a participação do jovem na política. **Cadernos de Ação Política**, n. 10/11, Porto Alegre [?], p. 9-14.

BERNARDI, Celso. O PPB que temos e o PPB que queremos. **Cadernos de Ação Política**, n. 6, Porto Alegre [2003?], p. 50-53.

BERTOLUCCI defende posição. **Correio do Povo**. Porto Alegre: 16 mai. 2011, p. 4.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: UNESP, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O paradoxo da esquerda no Brasil. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n.74, p. 25-45, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29638.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

BROSSARD, Paulo. A violência estudada lá e cá. **Cadernos de Ação Política**, n. 2, Porto Alegre [2002?], p. 21-24.

BUDGE, Ian. **Estimating party policy preferences: from ad hoc measures to theoretically validated standards**. Essex: Department of Government University of Essex, 1999.

CARREIRAO, Yan de Souza. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 136-163, 2006. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=01046276script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 10 ago. 2010.

_____. Identificação ideológica e voto para presidente. **Opinião Pública**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 54-79, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D-/op/v8n1/14874.pdf>>. Acesso: 17 ago. 2010.

COHEN, Abner. **O Homem Bidimensional**: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

CONSIDERAÇÕES sobre um plano de reestruturação partidária. **Cadernos de Ação Política**, n. 7, Porto Alegre: [?], p. 44-47.

CRISTALDO, Janer. O grande ausente. **Cadernos de Ação Política**, n. 3, Porto Alegre, 2002, p. 17-21.

DIAS, Marcelo. O sempre atual programa conservador. **Cadernos de Ação Política**, n. 10/11, Porto Alegre [?], p. 15-19.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Brasília: Editora da UNB, 1980.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Boitempo/UNESP, 1997.

ESTATUTO. **Fundação Tarso Dutra de Estudos Políticos e Administração Pública**. Porto Alegre [2011]. Disponível em: <<http://ftd.org.br/estatuto/>>. Acesso em: 30 ago. 2011.

ESTATUTO. **Partido Progressista do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre [2011]. Disponível em: <http://www.pp-rs.org.br/downloads_estatuto.php>. Acesso em: 21 out. 2011.

FERREIRA, Marcelo Costa. Participação e comportamento político no Estado de São Paulo em 1990. **Opinião Pública**, Campinas, v. 6, n. 2, 2000, p. 248-262. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1046276200000000004&s-cript=sci_arttext>. Acesso em: 19 jul. 2010.

FILOMENA, Cesar Luciano. A gênese da construção do discurso antipetista. Análise da eleição para governador do Estado do Rio Grande do Sul no ano de 1994. **Civitas**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 283-299, 2008. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/4764/3826>>. Acesso em: 06 mai 2011.

FRANCO, Sérgio da Costa. O atentado e a democracia. **Cadernos de Ação Política**, n. 2, Porto Alegre: [2002?], p. 17-20.

FREIRE, André. Identidades Ideológicas e Partidárias na Europa: Portugal, Espanha e Grécia em perspectiva comparativa. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 47, p. 11-33, jan. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n47/n-47a02.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2010.

FUNDAÇÃO TARSO DUTRA DE ESTUDOS POLÍTICOS E DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Democracia e totalitarismo. **Cadernos de Ação Política**, n. 1, Porto Alegre: [2001?].

_____. PPB: identidade, unidade e ação. **Cadernos de Ação Política**, n. 7, Porto Alegre: [?].

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

GODOY, André Vanoni. O nascimento de um terrorista. **Cadernos de Ação Política**, n. 2, Porto Alegre [2002?], p. 41-43.

GRINGS, Dadeus. **Solidarismo: a sociedade do futuro**. Porto Alegre: La Salle Editora, 1978.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 1968.

HATTEM, Marcel van. Conservadorismo com relevância política. **Fundação Tarso Dutra de Estudos Políticos e Administração Pública**. Porto Alegre: [2011]. Disponível em: <<http://ftd.org.br/noticias/conservadorismo-com-relevancia-politica-5/>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**. O breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HIPPOLITO, Lúcia. **De raposas e reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

INGLEHART, Ronald. The changing structure of political cleavages in western society. In: DALTON, Russel; BECK, Paul; FLANAGAN, Scott (orgs.). **Electoral change in advanced industrial democracies: realignment or dealignment?** Princeton: Princeton University Press, 1984.

KINZO, Maria D'alva. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo: Vértice, 1988.

KIRCHHEIMER, Otto. The transformation of the western european party systems. In: LAPALOMBARA, J.; WEINER, M. (orgs.). **Political parties and political development**. Princeton: Princeton University Press, 1972.

KNIGHT, Kathleen; LEWIS, Carolyn. Does ideology matter? In: GINSBERG, Benjamin; STONE, Alan (orgs.). **Do Elections Matter?** Armonk: E. Sharp, 1996.

KUJAWSKI, Gilberto de Mello. PT na encruzilhada. **Cadernos de Ação Política**, n. 6, Porto Alegre: [2003?], p. 29-31.

LEONI, Eduardo. Ideologia, democracia e comportamento parlamentar: a Câmara dos Deputados (1991-1998). **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 361-386, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v45n3/a02v-45n3.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2010.

LIMA JR., Olavo Brasil. **Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sebastien. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

LIPSET, M. **O Homem Político**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MADEIRA, Rafael Machado. A atuação de ex-arenistas e ex-emedebistas na Assembleia Nacional Constituinte. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 77, p. 189-204, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

MADEIRA, Rafael M.; TAROUCO, Gabriela S. Esquerda e Direita no Brasil: uma análise conceitual. In: Encontro Nacional da ANPOCS, 33., 2009, Caxambu. **Anais do XXXIII Encontro Nacional da ANPOCS**. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/component?option=com_docman/task,cat_view/gid,80/Itemid,85/>. Acesso em: 12 ago. 2010.

MAINWARING, Scott; POWER, Timothy; MENEGUELLO, Raquel. **Partidos conservadores no Brasil**: quais são, o que defendem, quais são suas bases. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MAINWARING, Scott. **Rethinking party systems in the third wave of democratization: The Case of Brazil**. Stanford: Stanford University Press, 1999.

MAIR, Peter. **Party system change, approaches and interpretations**. Oxford: Clarendon Press, 1997.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Porto Alegre: Editora Globo, 1952.

MARENCO, André; SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 22, n. 64, p. 93-113, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n64/a08v2264.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2010.

MARTINO, Renato Rafael. **Compêndio da doutrina social da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MELLÃO NETO, João. O que é isso, companheiro Lula? **Cadernos de Ação Política**, n. 6, Porto Alegre [2003?], p. 13-16.

MORGENSTERN, Scott. Explaining Legislative Politics in Latin America. In: MORGENSTERN, Scott; NACIF, Benito (orgs.). **Legislative Politics in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

MOURA, Paulo. **PT: comunismo ou social-democracia?** Porto Alegre: Soles, 2001.

NÊUMANNE, José. Lula, o profeta e a fome. **Cadernos de Ação Política**, n. 8, Porto Alegre [?], p. 17-19.

NICOLAU, Jairo. **Dados Eleitorais do Brasil (1982-1996)**. Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM, 1998.

OLIVEN, Ruben. O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controvertida. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 9, fev. 1989. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_09/rbcs09_01.htm>. Acesso em: 20. jul. 2011.

OPOSIÇÃO enfrenta fragmentação no RS. **Correio do Povo**. Porto Alegre: 16 mai. 2011, p. 4.

ORO, Ari Pedro. Políticos e religião no Rio Grande do Sul - Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 7, n. 15, p. 161-179, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v7n15/v7n15-a07.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

PANEBIANCO, Ângelo. **Modelos de partido**. Organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Editora, 2004.

PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO. **Propaganda partidária gratuita**. Porto Alegre: 2010a. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=1kGCUsDKA5I&feature=mfu_in_order&list=U-L>. Acesso em: 13 jul. 2011

_____. **Propaganda partidária gratuita**. Porto Alegre: 2010b. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=wOtQbhIhbMA&feature=related>>. Acesso: 13 jul. 2011.

_____. **Propaganda partidária gratuita**. Porto Alegre: 2010c. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=X1CPjjiq18Mo&feature=related>>. Acesso: 13 jul. 2011.

PASSARINHO, Jarbas. PPB: unidade e ação. **Revista da Fundação Milton Campos**. Brasília, n. 19, 2003.

_____. Um diálogo. **Cadernos de Ação Política**, n. 4/5, Porto Alegre [2003?], p. 22-45.

PETERSEN, Áurea Tomatis; PEDROSO, Elizabeth M.; ULRICH, Maria Albite. **Política brasileira: regimes, partidos e grupos de pressão**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.

POWER, Timothy; ZUCCO JR, Cesar. Estimating ideology of Brazilian legislative parties, 1990-2005: a research communication. **Latin American Research Review**, Princeton, v. 44, n. 1, 2009, p. 218-246.

PP anuncia apoio formal a candidatura Dilma Rousseff. **Portal Terra**, 14 nov. 2010. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/eleicoes/2010/noticias/0,,OI4735110EI1531-5,00P+anuncia+apoio+formal+a+c=-andidatura+de+Dilma+Rousseff.html>>. Acesso em: 17 mar. 2011.

PP segue dividido em relação ao Piratini. **Correio do Povo**. Porto Alegre: 18 abr. 2011, p. 4.

PUGGINA, Percival. A importância da política. **Cadernos de Ação Política**, n. 4/5, Porto Alegre: [2003?a], p. 5-21.

_____. A matriz doutrinária progressista. **Cadernos de Ação Política**, n. 7, Porto Alegre: [?], p. 8-28.

_____. Apresentação. **Cadernos de Ação Política**, n. 3, Porto Alegre, 2002, p. 3-4.

_____. Apresentação. **Cadernos de Ação Política**, n. 6, p. 5. Porto Alegre [2003b?], p. 4-5.

_____. Você é, mas não sabe. **Partido Progressista**. Porto Alegre: [2010?]. Disponível em: <<http://www.pp-rs.org.br/artigos.php?colunista=15&artigo=36>>. Acesso em: 21 jul. 2011.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Quem é quem na Constituinte**: uma análise sócio-política dos partidos e deputados. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987.

_____. Partidos, ideologia e composição social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 48, v. 17, p. 31-47, fev. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269092002000100004&script=sci_arttext&tlng=in>. Acesso em: 13. set. 2010.

ROBERTSON, D. **A theory of party competition**. London: J. Wiley, 1976.

ROSENFELD, Denis. O ovo da serpente. **Cadernos de Ação Política**, n. 2, Porto Alegre [2002?], p. 25-28.

_____. O medo. **Cadernos de Ação Política**, n. 6, Porto Alegre [2003?], p. 10-12.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SANTIN, Ricardo João. **Construção de um partido político**: a trajetória política e a estabilidade eleitoral do PP gaúcho. Porto Alegre: Berthier, 2005.

SANTOS, André Marengo dos. Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 45, p. 69-83, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n45/4331.pdf>>. Acesso em: 12. jan. 2011.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **O cálculo do conflito**: estabilidade e crise na política brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília: Editora da UNB, 1982.

SCHIMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCULLY, Timothy R. Reappraising the role of the center: the case of the Chilean party system. **Kellogg Working Paper Series**, n. 143, set. 1990. Disponível em: <<http://kellogg.nd.edu/publications/workingpapers/WPS/143.pdf>>. Acesso em: 11. dez. 2010.

SEGRILLO, Ângelo. A confusão esquerda/direita no mundo pós-Muro de Berlim: uma análise e uma hipótese. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, 2004, p. 615-632. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v47n3/a-06v47n3.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2010.

SINGER, André Vitor. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2002.

SOUSA FILHO, A. Cultura, ideologia e representações. In: CARVALHO, Maria do Rosário; PASSEGGI, Maria da Conceição; Sobrinho, Moisés Domingos (orgs.). **Representações sociais: teoria e pesquisa**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-un Rosado, 2003.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. A Nova República sobre a espada de Dâmocles. In: STEPHAN, Alfred. **Democratizando o Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

TAROUCO, Gabriela da Silva. **Os partidos e a Constituição: ênfases programáticas e propostas de emenda**. 2007. 161 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. A dimensão esquerda-direita: um debate sobre os partidos brasileiros. In: CISO - Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, 2009. Recife. **Anais do XIV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste**.

TARSO Dutra, uma vida dedicada ao interesse público. **Fundação Tarso Dutra de Estudos Políticos e Administração Pública**. Porto Alegre [2011]. Disponível em: <<http://ftd.org.br/tarso-dutra/>>. Acesso em: 30 ago. 2011.

TAVARES, José Giusti. **Totalitarismo tardio: o caso do PT**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.

TOFFLER, Alvin. **A Terceira Onda**. A morte do industrialismo e o nascimento de uma nova civilização. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.

TRINDADE, Hélió. Eleições e partidos no Rio Grande do Sul: do sistema multipartidário à criação do bipartidarismo (1950-1976). In: FLEISCHER, David (org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

TURRA, Francisco Sérgio. Protagonista ou Coadjuvante? **Revista da Fundação Milton Campos**. Brasília, 2011.

_____. Nem socialistas, nem liberais. **Cadernos de Ação Política**, n. 10/11, p. 7-8.

ULMANN, Reinoldo Aloysio; BOHNEN, Aloysio. **O solidarismo**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 1993.

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2004.

XAVIER, Roseane. Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis? **Psicologia Social**, v. 14, n. 2, p. 18-47, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822002000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13. ago. 2010.

ZANELA, Fernando. A pedra filosofal. **Cadernos de Ação Política**, n. 3, Porto Alegre, 2002, p. 13-15.